



*Em nome(s) da Educação:  
imaginários toponímicos dos  
Grupos Escolares do  
Rio Grande do Norte  
(1907-1947)*

ANDERSON DANTAS DA SILVA BRITO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**EM NOME(S) DA EDUCAÇÃO: IMAGINÁRIOS TOPONÍMICOS**  
**DOS GRUPOS ESCOLARES DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**(1907-1947)**

**ANDERSON DANTAS DA SILVA BRITO**

**NATAL/RN**  
**FEVEREIRO/2019**

ANDERSON DANTAS DA SILVA BRITO

Em nome(s) da Educação: imaginários toponímicos  
dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte  
(1907-1947)

Tese apresentada como requisito para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa  
de Pós-Graduação em Educação, Linha de  
Pesquisa Educação, Estudos Sociohistóricos  
e Filosóficos da Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte, Centro de Educação.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Olívia Moraes de  
Medeiros Neta.

NATAL/RN

FEVEREIRO/2019

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Moacyr de Góes - CE

Brito, Anderson Dantas da Silva.

Em nome(s) da Educação: imaginários toponímicos dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte (1907-1947) / Anderson Dantas da Silva Brito. - Natal, 2019.

173 f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, RN, 2019.

Orientador: Olívia Moraes de Medeiros Neta.

1. Imaginários toponímicos - Educação - Dissertação. 2. Grupos Escolares - Rio Grande do Norte - Dissertação. 3. Educação - Rio Grande do Norte - Dissertação. I. Neta, Olívia Moraes de Medeiros. II. Título.

## ANDERSON DANTAS DA SILVA BRITO

Em nome(s) da Educação: imaginários toponímicos  
dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte  
(1907-1947)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação do Centro de Educação, Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para  
obtenção do grau de Doutor em Educação □ Linha de  
Pesquisa Educação, Estudos Sociohistóricos e  
Filosóficos.

### Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Olívia Moraes de Medeiros Neta (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Programa de Pós-graduação em Educação

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Jailma Maria de Lima (Examinadora interna)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Programa de Pós-graduação em História dos Sertões

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Marlúcia Meneses de Paiva (Examinadora interna)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Programa de Pós-graduação em Educação

---

Prof. Dr. Francisco das Chagas Silva Souza (Examinador externo)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Programa de Pós-graduação em Educação Profissional

---

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira (Examinador externo)  
Universidade Federal de Campina Grande  
Programa de Pós-graduação em História

---

Prof. Dr. Helder Alexandre Medeiros de Macedo (Examinador suplente interno)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Programa de Pós-graduação em História dos Sertões

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Luciene Chaves de Aquino (Examinadora suplente externa)  
Universidade Federal da Paraíba

Dedico a todas  
as pessoas que cuidaram  
da Educação nos  
Grupos Escolares do Rio Grande do Norte.

## AGRADECIMENTOS

A todas as formas de fé que me permitiram concluir esta etapa de minha formação acadêmica em meio a tantas adversidades.

Aos familiares e amigos que me externaram amor, compreensão e sensatez abnegados durante o percurso do doutorado.

À orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Olívia Moraes de Medeiros Neta pela capacidade em saber mediar à condução meticulosa em torno da produção acadêmica com a sensibilidade em compreender o ser humano.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que contribuíram com a minha formação profissional e pessoal.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte por não só me abrirem as portas da instituição, mas por me permitirem ajudar a salvar-guardar e compartilhar a História da Educação do Rio Grande do Norte.

Aos professores avaliadores do meu trabalho que estão a contribuir para o adensamento das análises e para a continuidade de novos estudos.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.*

## RESUMO

Neste trabalho, que tem como temática culturas políticas e toponímias dos grupos escolares e como objeto imaginários toponímicos dos grupos escolares do Rio Grande do Norte no período de 1907 a 1947, objetivamos analisar como a cultura política que prevaleceu em cada momento histórico pode determinar a definição dos imaginários relativos às denominações daquelas instituições escolares. Desse modo, nos foi possível a defesa da tese de que a cultura política enredada no sistema de educação pública foi determinante para a definição do(s) imaginário(s) relativo(s) à toponímia dos grupos escolares do Rio Grande do Norte no período de 1907 a 1947. O corpus documental para o estudo dos imaginários toponímicos é composto por Constituições Brasileiras, mensagens de presidentes, mensagens de governadores, relatórios de interventores federais, legislação educacional federal, estadual e municipal, Anais da Primeira Conferência Nacional de Educação, convênios nacionais, estaduais e municipais, relatórios de diretores da instrução pública, estatísticas escolares, artigos de jornais e fotografias. Para o escrutínio das fontes, o estudo assenta-se prioritariamente nas análises e interpretações teórico-metodológicas fundamentadas em René Rémond e Serge Berstein para a compreensão das culturas políticas, em Carlos Roberto Jamil Cury quanto ao entendimento de federalismo, em Cornelius Castoriadis para problematizar os imaginários e o magma toponímico dos grupos escolares, em Júlio Aróstegui e Jörn Rüsen para o emprego do método da pesquisa histórica e em Maria Dick no que concerne à aplicação do modelo taxenômico utilizado para qualificar os topônimos. Assim, localizamos os imaginários toponímicos dos grupos escolares com base na organização familiar, na política local, na história nacional e na história da educação do Rio Grande do Norte, determinados pelas culturas políticas que prevaleceram em cada tempo histórico inscrito no período de 1907 a 1947.

**Palavras-chave:** Rio Grande do Norte. Cultura política. Grupos Escolares. Imaginário toponímico.



## ABSTRACT

In this work, which has as its theme political cultures and toponymies of school groups and as toponymic imaginary objects of the school groups of Rio Grande do Norte from 1907 to 1947, we aim to analyze how the political culture that prevailed in each historical moment can determine the definition of the imaginary ones related to the denominations of those school institutions. In this way, we were able to defend the thesis that the political culture entangled in the public education system was determinant for the definition of the imaginary (s) relative to the toponymy of the school groups of Rio Grande do Norte in the period from 1907 to 1947. The documentary corpus for the study of toponymic imaginaries is composed of Brazilian Constitutions, messages of presidents, messages of governors, reports of federal interveners, federal, state and municipal educational legislation, Proceedings of the First National Conference of Education, covenants national, state, and municipal levels, reports of public education principals, school statistics, newspaper articles, and photographs. For the scrutiny of the sources, the study is based primarily on the theoretical-methodological analyzes and interpretations based on René Rémond and Serge Berstein for the understanding of political cultures in Carlos Roberto Jamil Cury regarding the understanding of federalism in Cornelius Castoriadis to problematize the imaginary and the magma toponymic of the school groups, in Júlio Aróstegui and Jörn Rüsen for the use of the method of historical research and in Maria Dick with regard to the application of the taxonomic model used to qualify the toponyms. Thus, we locate the toponymic imaginaries of school groups based on family organization, local politics, national history and the history of education in Rio Grande do Norte, determined by the political cultures that prevailed in each historical time recorded in the period from 1907 to 1947.

**Keywords:** Rio Grande do Norte. Political culture. School Groups. Imaginary toponym.

## RESUMEN

En este trabajo, que tiene como temática culturas políticas y toponímias de los grupos escolares y como objeto imaginarios toponímicos de los grupos escolares de Rio Grande do Norte en el período de 1907 a 1947, objetivamos analizar cómo la cultura política que prevaleció en cada momento histórico puede determinar la definición de los imaginarios relativos a las denominaciones de aquellas instituciones escolares. De ese modo, nos fue posible la defensa de la tesis de que la cultura política enredada en el sistema de educación pública fue determinante para la definición del imaginario (s) relativo (s) relativo a la toponimia de los grupos escolares de Rio Grande do Norte en el período de 1907 a 1947. El corpus documental para el estudio de los imaginarios toponímicos está compuesto por Constituciones Brasileñas, mensajes de presidentes, mensajes de gobernadores, informes de interventores federales, legislación educativa federal, estadual y municipal, Anales de la Primera Conferencia Nacional de Educación, convenios nacionales, estatales y municipales, informes de directores de la instrucción pública, estadísticas escolares, artículos de periódicos y fotografías. Para el escrutinio de las fuentes, el estudio se basa prioritariamente en los análisis e interpretaciones teórico-metodológicas fundamentadas en René Rémond y Serge Berstein para la comprensión de las culturas políticas, en Carlos Roberto Jamil Cury en cuanto al entendimiento de federalismo, en Cornelius Castoriadis para problematizar los los imaginarios y el magma toponímico de los grupos escolares en Júlio Aróstegui y Jörn Rüsen para el empleo del método de la investigación histórica y en María Dick en lo que concierne a la aplicación del modelo taxonómico utilizado para calificar los topónimos. Así, localizamos los imaginarios toponímicos de los grupos escolares con base en la organización familiar, en la política local, en la historia nacional y en la historia de la educación de Rio Grande do Norte, determinados por las culturas políticas que prevalecieron en cada tiempo histórico inscrito en el período de 1907 a 1947.

**Palabras-chave:** Rio Grande do Norte. Cultura política. Grupos Escolares. Imaginario toponímico.

## FIGURAS

Figura 1: Patrono Augusto Severo de Albuquerque Maranhão.....	38
Figura 2: Prédio original do Grupo Escolar Augusto Severo, localizado à Praça Augusto Severo – Natal-RN .....	40
Figura 3: Patrono Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão.....	47
Figura 4: Governador e Patrono Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão .....	50
Figura 5: Patrono Pedro Velho de Albuquerque Maranhão .....	53
Figura 6: Fotografias do Presidente do Estado (Governador) – José Augusto Bezerra de Medeiros e do Diretor do Departamento de Educação - Nestor dos Santos Lima. ....	88
Figura 7: Grupo Escolar “Izabel Gondim” – Natal-RN .....	121
Figura 8: Grupo Escolar “João Tibúrcio” – Natal-RN.....	122

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Grupos Escolares criados no primeiro governo de Antônio de Souza e segundo governo de Alberto Maranhão (1908 – 1913).....	73
Quadro 2: Grupos Escolares criados no segundo governo de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1919).....	78
Quadro 3: Grupos Escolares criados no governo de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924 – 1927) .....	91
Quadro 4: Movimento da Educação Primária Pública e Particular (1931) .....	104
Quadro 5: Movimento da Educação Primária nos Municípios (1931) .....	107
Quadro 6: Modalidade Grupo Escolar (1934 – 1935).....	120
Quadro 7: Escolas Reunidas com topônimos de professores (1942 – 1943).....	131
Quadro 8: Escolas Isoladas com topônimos de professores (1942 – 1943) .....	132

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - GRUPOS ESCOLARES, TOPONÍMIA E PESQUISA HISTÓRICA...	14
CAPÍTULO 2 - EM NOME(S) DA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR ALBUQUERQUE MARANHÃO NOS GRUPOS ESCOLARES (1907-1913) .....	33
CAPÍTULO 3 - EM NOME(S) DA POLÍTICA NOS GRUPOS ESCOLARES (1908-1930) .....	63
CAPÍTULO 4 - EM NOME(S) DA HISTÓRIA NOS GRUPOS ESCOLARES (1930-1947) .....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	147
REFERÊNCIAS.....	153

**Semente do Amanhã** (Nunca Pare de Sonhar)

Ontem um menino que brincava me falou  
que hoje é semente do amanhã...

Para não ter medo que este tempo vai passar...  
Não se desespere não, nem pare de sonhar

Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs...  
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar!  
Fé na vida, fé no homem, fé no que virá!

Nós podemos tudo,  
nós podemos mais  
Vamos lá fazer o que será

*Gonzaguinha, 1984*

A decorative border made of light brown, stylized scrollwork or vine-like patterns, framing the central text area.

## Capítulo 1

*Grupos Escolares,  
toponímia e  
pesquisa histórica*

## **GRUPOS ESCOLARES, TOPONÍMIA E PESQUISA HISTÓRICA**

Eram meados de dezembro de 1992, penúltimo dia letivo de nossos estudos na Escola Estadual Tomaz de Araújo – outrora denominada Grupo Escolar Tomaz de Araújo, situada no município de Acari, região Seridó do Estado do Rio Grande do Norte –, instituição educacional pública e gratuita que nos havia acolhido desde quatro anos antes, em 1989. Era dia da aula da saudade das turmas da 4ª série – hoje 5º ano – e véspera da cerimônia de colação do 1º Primeiro Grau – atualmente Ensino Fundamental I. Logo na chegada à escola, a nossa professora da 4ª série A, Maria de Fátima Pereira Bezerra – ou simplesmente D. Fátima – convidou-nos a fazer uma leitura compartilhada, assim, tratada como as várias outras que havíamos feito ao longo do ano.

Antes mesmo de saber qual texto leríamos, já vimos que era um livro grande, da biblioteca da escola, e naquele dia, faz-se mister confessar, na verdade ficamos reticentes se aceitaríamos ou não compartilhar a leitura, devido a todas as emoções de “despedida” pelas quais a turma, cuja convivência começara ainda no jardim de infância e se completara naqueles últimos quatro anos, estava sendo tomada. Para além do encerramento da convivência diária com amigos, colegas e profissionais da escola, aquela despedida encerrava também uma convivência significativa com um espaço que considerávamos a nossa segunda casa, onde por anos crescemos e cotidianamente (re)aprendemos a ser, a existir como pessoas.

Com o aceite para participarmos daquele momento cultural a ser dividido com os quase cem alunos que compunham as três turmas de 4ª série, procedemos a uma leitura prévia do texto, com o acompanhamento zeloso da nossa professora para que pronúncia, pontuação e correção das palavras pudessem em parte espelhar um pouco do que levaríamos de conhecimento para as próximas etapas de nossas formações na vida. O texto que foi lido, intitulado “Semente do amanhã”, até hoje presente em nossas memórias educacionais, só pôde ser compreendido alguns anos depois, quando passamos a entender que a semeadura coletiva de cada um que fazia aquela instituição só seria colhida no nosso futuro. Semeavam naquela instituição a formação e os sonhos de inúmeras crianças, dentre elas, eu.

Passados vinte e cinco anos daquela inesquecível aula da saudade das turmas da 4ª série, em 1992, nos encontrávamos na nossa cidade para uma semana



de festividades natalinas quando nos deparamos com a triste notícia que neste recente dezembro de 2017, aquela instituição educacional mais do que centenária estaria para encerrar as suas atividades de formação de pessoas, em virtude de uma atitude política que pretendia justificar-se pela alegação de que era pequena a quantidade de alunos matriculados, insuficiente para que a escola continuasse de portas abertas.

Um ato administrativo do Governo estadual, indiferente às inúmeras gerações formadas pela mais antiga instituição pública e gratuita em funcionamento no município de Acari, colocava um fim na “história de portas abertas” em benefício de uma formação educacional iniciada em 13 de março de 1909, quando havia sido criado o Grupo Escolar “Tomaz de Araújo”, um dos primeiros do Estado do Rio Grande do Norte. Por tal ato, eram ali, mais uma vez, golpeadas, feridas, a história, a Constituição federal, a democracia e o direito à educação pública e gratuita.

Mesmo de portas fechadas, a estrutura física que nos acolheu e cuidou para que hoje figurássemos entre os “bons frutos” da sementeira do ontem ainda mantém no alto da fachada do prédio, inaugurado em 1942, a mesma denominação que nos é referência desde quando formávamos à sua frente filas organizadas para a entrada ou quando a cada atividade diária primeiramente escrevíamos nos nossos cadernos o seu nome, sobrevivendo o topônimo “[...] na memória de várias gerações e na linguagem ordinária [...]” (SOUZA, 1998, p. 17). A identidade daquele equipamento educacional, materializado no imaginário daquela localidade não somente no prédio, mas no ente que se tornara, afirmara-se tão fortemente que, mesmo passadas décadas, mesmo sendo recategorizado administrativamente e mesmo para as gerações que já o conheceram como Escola Estadual, ainda hoje aquela espacialidade é o Grupo Escolar Tomaz de Araújo.

Agora, a referência para aquele topônimo que faz parte de nossas histórias de vida compõe um objeto maior, pesquisado e analisado por uma história da educação que também pode ser compreendida pelos alicerces que o(s) propôs ao longo do tempo de sua(s) existência(s). É uma história de pessoas e interesses na e pela educação que resiste ainda não tendo sido apagada de sua(s) parede(s), de seus documentos e memórias de existência. É um olhar da história da e pela educação também construída por sujeitos e para outros sujeitos, que até hoje serve

de referência para lembrarmos do valor devido de cada um dos investimentos que nos conscientizam.

Assim, no convívio ainda infantil, quando precisávamos ir da residência dos meus pais para a residência de meus avós, para as escolas onde estudamos e para a biblioteca pública. Espaços esses que se localizavam na sede do município de Acari, na região do Seridó, no Rio Grande do Norte e compreendiam itinerários que, de alguma forma, em algum momento de nossa formação, tornariam-se históricos, assim como o espaço e o tempo “[...] foram sendo produzidos diferenciadamente ao longo da nossa história da educação [...]” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 20) referências fundantes do nosso posterior – e atual – interesse pelo tempo histórico de parte da Primeira República (1907 – 1930), da Revolução de 1930, do Governo Provisório (1930 – 1934), da Presidência Constitucional (1934 – 1937), e do Estado Novo (1937 a 1945) brasileiros, administrados por Getúlio Dornelles Vargas, pelo Governo Provisório de José Linhares (1945 – 1946) e parte do Governo eleito do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1947); pelo espaço geográfico e político do Estado (Rio Grande do Norte) e de seus municípios; pelos conhecimentos da História do Brasil, da história local e de seus sujeitos.

Naquele tempo, para chegar ao destino de formação escolar primária na Educação Básica, entre os anos de 1989 e 1992, o Grupo Escolar Tomaz de Araújo, assim como para outras instituições em que prosseguimos na Educação Básica e Ensino Superior, percorríamos alguns itinerários que, por suas denominações rememoravam parte da historicidade a que ora retornamos com esta pesquisa.

Os percursos que nos levavam até estas instituições educacionais que frequentamos passavam por logradouros públicos nominados pelos topônimos que homenageiam sujeitos de histórias, de tempos e espaços múltiplos: Joaquim José da Silva Xavier/Tiradentes (1746 – 1792), Tomaz de Araújo Pereira (1765 – 1847), Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1856 – 1907), José Augusto Bezerra de Medeiros (1884 – 1971), Juvenal Lamartine de Faria (1874 – 1956), Manuel Deodoro da Fonseca (1827 – 1892), Floriano Vieira Peixoto (1839 – 1895), Getúlio Dornelles Vargas (1882 – 1954). Estes tornaram-se, pois, nossos “companheiros” na busca pelo conhecimento nas escolas públicas de educação básica, nas bibliotecas e também na universidade.

Nesses caminhos percorridos ao encontro da Educação, orientados por aquelas placas que, para além de fornecer uma localização geográfica, instigavam nossa curiosidade pela(s) história(s) daqueles sujeitos sociais que nos “acompanharam” por vários anos de vida, tornava-se crescente o vigor de nossos passos em direção à História (do Brasil e do Rio Grande do Norte), onde nação, estado e municípios “se encontravam” com nossa formação educacional construída nas cidades de Acari, Currais Novos, Caicó e Natal, sucessivamente.

As histórias que foram passo a passo, tempo a tempo, sendo escritas em nosso itinerário de vida escolar ganharam novos percursos quando, no ano 2000, formalizamos matrícula no Curso de História ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Na universidade, tivemos a oportunidade de ampliar e aprofundar os interesses – “nascidos” ainda no tempo em que frequentamos as “nossas” escolas públicas de Jardim de Infância, Primeiro e Segundo Graus – por acontecimentos e sujeitos históricos do Brasil. Entendíamos que necessitávamos desse lastro de conhecimentos históricos do Brasil e do mundo na contemporaneidade para a nossa formação, para melhor responder a curiosidades e reflexões inerentes ao interesse pela investigação da história da cidade em que nascemos e moramos nos primeiros anos de vida.

Já no terceiro ano do Curso de História (2002), a professora Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento convidou-nos para integrar o Projeto de Monitoria que coordenava, de título “*Novas Linguagens no Ensino da História Antiga e Medieval*”, na condição de Bolsista do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica* (PIBIC). O nosso trabalho como Bolsista de Iniciação Científica consistiu na leitura e transcrição de processos criminais e elaboração de materiais didáticos para práticas de ensino dos alunos. Esses documentos, referentes a processos criminais, pertenciam ao 3º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó, e encontravam-se sob a custódia do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) daquele Centro de Ensino Superior do Seridó. Consideramos essa a nossa primeira inserção num trabalho de pesquisa histórica que se alinhava com a formação docente.

Com o manuseio dos documentos históricos a nossa curiosidade pela história do Rio Grande do Norte foi se tornando mais evidente, levando-nos a desenvolver, sob a orientação do professor Ms. Erivan Ribeiro de Faria, o trabalho

de Monografia de título *“Violeiros do Seridó: entre o repente e a história da cantoria de viola no sertão seridoense* (BRITO; OLIVEIRA, 2004), no qual uma história da região do Seridó foi escrita e refletida mediante letras de músicas de cunho popular tocadas e cantadas por violeiros repentistas residentes em Caicó.

A Graduação em História (2000 – 2004) proporcionou-nos principiar o trabalho na docência de História para os níveis de ensino Fundamental e Médio no Centro Educacional “José Maria de Aguiar Filho”, na sede do município de Monte Alegre-RN (2008); na Escola Municipal “Felipe Ferreira”, na zona rural de Arez-RN (2010) e nas Escolas Municipais “Rubens Manuel Lemos”, “Brigadeiro Eduardo Gomes” e “Maria Francinete Gonçalves”, situadas na sede do município de Parnamirim-RN (2011). Na docência de História para o Ensino Fundamental, desenvolvemos com nossos alunos trabalhos de pesquisa sobre as denominações das espacialidades de Parnamirim, proporcionando a estes a aproximação e o conhecimento dos interesses que motivaram a “existência” histórica e política daqueles recortes geo-históricos em seus contextos temporais de inserção.

No ano de 2009, decidimos nos submeter ao processo seletivo do Mestrado em História e Espaços do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no qual fomos aprovados. No Mestrado, a nossa dissertação intitulada *“Em nome(s) dos interesses: imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República (1889 – 1930)”*, desenvolvida sob a orientação do professor Dr. Renato Amado Peixoto, trouxe a análise histórica das denominações de municípios, cidades, vilas, povoações, pequenos lugarejos, bairros, ruas, algumas escolas públicas, hospitais, estradas e estabelecimentos comerciais durante os governos de Antônio José de Melo e Souza (1907 – 1908, 1920 – 1923), Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1908 – 1913), Joaquim Ferreira Chaves (1914 – 1919), José Augusto Bezerra de Medeiros (1924 – 1927) e Juvenal Lamartine de Faria (1928 – 1930).

Os interesses escrutinados para a elaboração de nossa dissertação nos trouxeram outros questionamentos. Aquela pesquisa, cronologicamente situada na Primeira República (1889 – 1930), portanto no limiar de uma nova realidade em que a Nação, o Estado do Rio Grande do Norte e seus municípios se inseriam a partir da Revolução que alçara, por meio de um golpe de estado, Getúlio Dornelles Vargas à presidência da República, em 03 de novembro de 1930, tornara para nós

sobremaneira interessante a situação em que Vargas chegara ao poder, levando consigo seus auxiliares e promovendo todo um conjunto de significativas mudanças.

E dentre tantas mudanças, interessavam-nos especialmente aquelas a cujas pesquisas temos nos dedicado e que subsidiam a constituição deste trabalho, as quais se concentraram na educação pública primária para a escola graduada nos grupos escolares. Ademais, no labor da pesquisa, deparamo-nos com a possibilidade de um novo olhar para a História da Educação, o qual poderia compreender os topônimos dos grupos escolares para além das referências biográficas de seus patrono(a)s.

Para o desenvolvimento deste novo trabalho, contudo, precisamos aprofundar a busca por outras fontes que se juntariam às que já tínhamos desde o mestrado. E no decorrer do *métier* investigativo fomos agregando orientações num diálogo acadêmico que terminou por nos levar à definição do recorte cronológico de 1907 a 1947, diferente daquele por nós pesquisado quando da elaboração da dissertação de Mestrado, 1889 a 1930.

A formalização do projeto de pesquisa – à época intitulado “*(Des)Centralizando a Educação: a institucionalização da escola pública primária no Rio Grande do Norte (1930-1947)*” –, aconteceu no ano de 2014, quando submetemo-nos e fomos aprovados no processo de seleção para o Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, especificamente para a linha de pesquisa *Educação, Estudos Sociohistóricos e Filosóficos*, a qual possibilita o desenvolvimento de temáticas referentes aos fundamentos históricos, filosóficos e sociopolíticos da educação. Porém, este não foi o projeto de tese desenvolvido, pois optamos por trilhar um novo caminho de pesquisa, contando com a companhia e a orientação da professora Dra. Olívia Moraes de Medeiros Neta no desenvolvimento do projeto de pesquisa “*Grupos Escolares e Toponímia: a institucionalização da escola pública primária no Rio Grande do Norte (1907 – 1947)*”, o qual se materializou nesta tese.

Os ajustes provenientes da nova orientação nos levaram à continuidade do levantamento das fontes documentais da pesquisa paralelamente com a revisão da literatura pertinente à temática da tese – culturas políticas e imaginários toponímicos dos grupos escolares do Rio Grande do Norte no período de 1907 a 1947 – e com a constituição do Estado da Arte, iniciado especificamente no Repositório Institucional

da UFRN, na tentativa de encontrar correlação temática a outras pesquisas desenvolvidas na mesma instituição. Essa prospecção não nos revelou qualquer outro trabalho que discutisse os interesses presentes nos topônimos dessa modalidade de escola. Contudo, como resultados de nossas buscas por trabalhos correlatos, em nível *Stricto Sensu*, outros objetivos de pesquisa foram revelados sobre os grupos escolares no Rio Grande do Norte.

Para além do critério da temática, o levantamento que empreendemos teve sua metodologia orientada também por um recorte cronológico, quanto ao tempo em que essas produções haviam ocorrido, sendo investigados os últimos dezoito anos (2001 – 2018), compreendendo, portanto, a totalidade das produções acadêmicas depositadas no Repositório Institucional da UFRN constituídas no século XXI. Nesse “universo” de produções sobre grupos escolares no Rio Grande do Norte nos deparamos com a existência de nove trabalhos concluídos entre os anos de 2005 e 2018, sendo a maior parte já da segunda década deste século, o que pode evidenciar um crescimento do interesse pelas pesquisas sobre essa modalidade de escola, tomada como objeto, a partir de múltiplas problematizações e abordagens.

No cômputo geral, são sete dissertações e duas teses que resultaram das pesquisas sobre grupos escolares da capital ou do interior do Estado. O primeiro trabalho que localizamos é do ano de 2005, de autoria de Ana Zélia Moreira. A dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, intitulada “*Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar ‘Augusto Severo’ – Natal/RN (1908 – 1913)*”, teve como objeto de pesquisa o primeiro grupo escolar edificado no Rio Grande do Norte, localizado na capital e tomado como modelo organizacional em educação para os demais criados a seguir. O objetivo desenvolveu-se a partir da compreensão da arquitetura edificada daquele espaço escolar enquanto símbolo de parte da modernização pela qual a capital do Estado passava.

Passados cinco anos da primeira incursão sobre o objeto grupo escolar no Rio Grande do Norte, registra-se a primeira dissertação que fora desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação. No ano de 2010, de autoria de Francinaide de Lima Silva, o trabalho denominado “*O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908 – 1928): vinte anos de formação de professores*”, repetia o objeto Grupo Escolar Augusto Severo, porém com outro objetivo ao problematizar as

práticas pedagógicas desenvolvidas pela experiência docente durante os seus primeiros vinte anos, tomadas como modelo pelos outros grupos escolares criados.

No ano de 2011, foi defendido o primeiro trabalho de tese sobre grupo escolar desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação. De autoria de Keila Cruz Moreira e intitulado *“Em nome da república: escolas e tradições modernas”*, a produção, assim como as duas anteriores, também esteve detida ao pioneiro Grupo Escolar Augusto Severo. Contudo, neste caso, a pesquisa englobou também o Colégio Americano – de iniciativa privada –, objetivando percebê-los enquanto instâncias privilegiadas na formação, divulgação e criação da identidade nacional e republicana e de suas tradições.

Datada do ano de 2012, encontramos a primeira dissertação sobre um grupo escolar do interior do Estado, o Grupo Escolar Duque de Caxias na cidade de Macau. No trabalho de autoria de Sebastião Alves Maia, denominado *“Grupo Escolar Duque de Caxias Festas Escolares: uma celebração de múltiplos significados”*, foram estudadas as festas escolares comemoradas naquela instituição entre os anos de 1949 e 1962, para perceber como elas seriam fundamentais para o funcionamento das relações políticas, sociais e culturais do seu entorno.

No ano de 2014 temos uma dissertação desenvolvida sobre outro grupo escolar localizado no interior do Estado, sendo este no município de São José de Mipibú. Na dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, de autoria de Paula Lorena Cavalcante Albano da Cruz e intitulada *“A educação como instrumento na construção do imaginário republicano: Grupo Escolar Barão de Mipibú (1909 – 1920)”*, discutiu-se a utilização da educação escolar como instrumento para a formação do imaginário republicano.

Em 2015, a dissertação também defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, de autoria de Amanda Thaíse Pinto e apresentando o título *“A presença do professor Luís Correia Soares de Araújo no Grupo Escolar Frei Miguelinho (1912 – 1967)”*, retoma a espacialidade da capital do Estado numa pesquisa em que a autora buscou compreender a atuação docente e gestora de um de seus sujeitos por mais de cinquenta anos.

No ano de 2016, temos um redirecionamento para trabalhos desenvolvidos sobre grupos escolares localizados no interior do Estado. A dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação, de autoria de Janaína Silva de

Morais, denominada “*Grupo Escolar Joaquim Nabuco – história e práticas educativas (Taipu/Rio Grande do Norte, 1919 – 1940)*” apresenta análise das práticas educativas de alfabetização e ensino da leitura relacionadas a valores republicanos, que foram desenvolvidas pelas professoras Josefa Botelho e Helena Botelho.

Em 2017, a dissertação de autoria de Gilson Lopes da Silva, intitulada “*História da educação primária na Atenas norte-rio-grandense: das escolas de primeiras letras ao Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia (1829 – 1929)*” revelava o objetivo de analisar a importância da História da Educação Primária para a construção da identidade da cidade de Assú (RN) como Atenas norte-rio-grandense.

E em 2018, verificamos a existência da mais recente pesquisa, que a exemplo da maioria também foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. A tese de doutorado de autoria de Paula Lorena Cavalcante Albano da Cruz em parte consolida a expansão das pesquisas direcionadas a grupos escolares localizados no interior do Estado. A pesquisadora revisita o grupo escolar (Barão de Mipibú) que foi objeto de sua dissertação para problematizar as ideias de suntuosidade e funcionalidade naquela instituição a partir de mudanças ocorridas nas temporalidades de 1909 e 1971.

Apesar da multiplicidade de objetivos e possibilidades já analisados para essa modalidade de escola, percebemos que nenhum dos trabalhos citados condiz com uma proposta para compreender a história da educação a partir dos imaginários referentes às denominações dos grupos escolares. No máximo, apresentam alguma referência biográfica sobre a pessoa homenageada no topônimo da instituição pesquisada. Nesse sentido, a originalidade do olhar que propomos se encontra na nossa temática, que, pelas culturas políticas e imaginários toponímicos dos grupos escolares do Rio Grande do Norte, no período de 1907 a 1947, pôde perceber como uma mudança sistêmica na educação viabilizou o fomento de interesses empreendidos na denominação de cada grupo escolar criado no recorte espaço-temporal que tomamos.

Não sendo constatadas sobreposições ou mesmo confluências temáticas com as pesquisas locais, resolvemos expandir a verificação de produções para a



espacialidade nacional por meio de um levantamento feito no Google Acadêmico<sup>1</sup>. Nessa etapa localizamos um único artigo que tangencia a nossa discussão temática intitulado “*Topônimos, nomes de escola e memória: o léxico como repertório do conhecimento cultural*” (BASTIANI, 2016), que se aproxima de nossa discussão quando relaciona topônimos e escolas. Contudo, distancia-se por se destinar a uma análise linguística que focaliza o léxico presente na memória de cada homenagem.

Por esses (des)encontros, uma compreensão histórica da modalidade de escola pesquisada, os grupos escolares, tornou-se mais evidentemente necessária, sobretudo para uma melhor utilização dos vetores conceituais eleitos para a costura teórico-metodológica de nossas análises – a(s) cultura(s) política(s) e os imaginários (toponímicos). Assim, o crescente interesse observado por pesquisas sobre temáticas pertinentes aos grupos escolares, somado ao notório não esgotamento de significados a eles pertinentes, ainda a serem apreendidos, compreendidos e/ou (re)construídos, apenas corrobora com o sentimento de pertença destacado por Souza (1998):

Somos muitos os que ainda se recordam do grupo escolar: ex-alunos, professores, diretores funcionários, pais de alunos e muitas gerações da sociedade brasileira. Como esquecer esse universo peculiar, essa organização que aprisionou a nossa infância numa rede de repressões, deslumbramentos e descobertas de conhecimentos, códigos, símbolos, normas, valores, disciplinas? Como esquecer esse espaço do exercício profissional do magistério? (SOUZA, 1998, p. 15).

O não esquecer, o melhor conhecer, o escrutinar sistemática e criteriosamente o modelo de escola e de educação que predominou no Brasil durante mais da metade do século XX, também por via de sua referência denominativa, descortina na história de sua institucionalização significativos indícios e esclarecimentos para os percursos políticos e pedagógicos trilhados. Assim, Souza (1998) a princípio localiza o tempo histórico dessa escola graduada:

No final do século XIX e início do século XX, a educação popular encontrava-se difundida em nível mundial e seguia os moldes da escola graduada baseada na classificação homogênea dos alunos,

---

<sup>1</sup> O Google Scholar ou Google Acadêmico é uma ferramenta de pesquisa do Google que permite pesquisar em trabalhos acadêmicos, literatura escolar, jornais de universidades e artigos variados. Lançado em 2004 passou a oferecer buscas em português em janeiro de 2006. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2019

na existência de várias salas de aula e vários professores. Tão acostumados estamos a essa modalidade escolar que pouco nos atemos aos seus fundamentos e à sua origem (SOUZA, 1998, p. 15).

O entendimento desse tempo histórico de adoção de mudanças educacionais que se apresenta na esteira das clivagens políticas oriundas da passagem do Império para a República, ocorrida em 1889, exige que nos localizemos temporal e espacialmente na institucionalização dessa modalidade de escola graduada na nação para também compreender como se apresentava o entendimento filosófico sobre o grupo escolar. Segundo Souza (1998) esse pioneirismo coube ao Estado de São Paulo, ainda no início da última década do século XIX, representando

[...] uma das mais importantes inovações no ensino. Tratava-se de uma organização administrativa e pedagógica mais complexa concebida nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho. Assim, a racionalidade pedagógica fundamentava-se na classificação dos alunos, no estabelecimento de um plano de estudos e na determinação da jornada escolar, resultando em um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme (SOUZA, 1998, p. 16).

No Brasil, essa modalidade de escola que “nasceu” atrelada à necessidade da República de remodelação da ordem política, econômica e social poderia servir como um instrumento diferenciado para a aceitação, para o fortalecimento e para a consolidação de um regime republicano que também almejava a construção de um país moderno. Porém, era a defesa da instrução pública como elemento de integração do povo à nação e capaz de oferecer as condições para sua inserção no regime democrático representativo que propiciou a produção dessa nova modalidade de escola sistematizada, em conformidade com os interesses do projeto educacional da nova ordem que se instaurava.

Para Saviani (2005), essa inovação constituiu na substituição das escolas de primeiras letras, classes denominadas de escolas isoladas ou avulsas e unidocentes pelos grupos escolares, que “[...] foram criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidos no raio da obrigatoriedade escolar.” (SAVIANI, 2005, p. 24). Assim, os grupos escolares também foram sendo percebidos enquanto instituições impulsionadoras e difusoras da República e da escola graduada no Brasil, incorporando-se à realidade educacional urbana do tempo em que são

fundados e o qual ajudam a fundar “[...] uma representação de ensino que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais.” (VIDAL, 2006, p. 9).

Com a criação dos primeiros grupos escolares no Estado de São Paulo no ano de 1893, aquelas escolas primárias foram se inscrevendo entre as principais instituições divulgadoras dos valores republicanos, fator este que gradualmente contribuiu para a sua expansão naquele estado e pelos demais. No final do século XIX e início do século XX, “[...] o modelo foi adotado na organização do ensino primário em todos os estados do país. Assim, por mais ou menos sete décadas, os grupos escolares constituíram o modelo preponderante de escola primária no Brasil.” (SOUZA, 1998, p. 17).

Entre o ano de 1893, quando da criação do primeiro grupo escolar no Estado de São Paulo, e o ano de 1908, em que foi inaugurado o primeiro grupo escolar no Estado do Rio Grande do Norte, outros Estados brasileiros foram também difundindo essa escola graduada primária (Rio de Janeiro – 1897; Maranhão e Paraná – 1903; Minas Gerais – 1906; Bahia e Espírito Santo – 1908).

No Estado do Rio Grande do Norte, as discussões pela adoção dessa escola graduada iniciaram no ano de 1907 e se consolidaram em parte no ano seguinte, com a criação do seu primeiro grupo escolar. Contudo, o fortalecimento da proposta se completou quando gradualmente foram sendo criados os demais grupos escolares, colocando-se na centralidade enquanto modalidade de escola almejada pelos governantes brasileiros, que se evidenciaria posteriormente em termos de expansão e de interiorização, inclusive fomentados pela atuação gradual de poderes locais e regionais no processo de escolarização da sociedade.

A par disso, o recorte cronológico desta tese começa em 1907, por ter sido naquele ano sancionada a Lei N. 249, de 22 de novembro – a qual autorizou a reforma da instrução pública primária no Rio Grande do Norte –, e se finda no ano de 1947, quando foi promulgado o Decreto-Lei N. 683 (Lei Orgânica do Ensino Primário para o Estado do Rio Grande do Norte), de 10 de fevereiro, e ainda ocorrera – aos 30 de julho – o término do último governo interventor no Rio Grande do Norte, completando-se assim na esfera local as mudanças iniciadas do espaço nacional em 1945. Dessa forma, as duas leis que marcam os recortes cronológicos

da tese destinam-se à escolarização primária no Rio Grande do Norte com ênfase na modalidade dos grupos escolares.

Esse olhar para a história da educação, que se inicia com a discussão das ideias que fomentaram a necessidade da existência da escola graduada, implementada por meio dos grupos escolares, nos proporciona apresentarmos a escolha dos vetores conceituais que serão aplicados pela mediação analítica entre a Nova História Política e a História do Imaginário (toponímico).

Nessa perspectiva, o diálogo entre ambas favorece a compreensão da maneira como, no decurso de uma reestruturação do sistema de educação pública, culturas políticas e imaginários, revestiram de interesses outros a toponimização dos grupos escolares do Rio Grande do Norte no recorte espaço-temporal aqui tomado.

Sobre os direcionamentos submetidos por essa história política, Rémond (1996) evidencia o olhar analítico que deve ser mediado entre cada temporalidade estudada e os acontecimentos que lhe são próprios, tendo que esta:

[...] se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos. Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está na longa duração (RÉMOND, 1996, p. 34-35).

O trato com o tempo histórico e com os acontecimentos sugeridos por Rémond (1996) se aplica de modo permanente no nosso trabalho de interpretação das fontes, tendo em vista que é possível entender esses imaginários toponímicos como derivados de processos contínuos e descontínuos oriundos das culturas políticas, reveladores das mudanças ocorridas na sociedade em ritmos temporais que variam.

Seguindo a mesma perspectiva, Lefort (1991) corrobora com o pensamento de Rémond (1996) quando considera as diferenças entre as formas instituídas de sociedade, verificando a política como um setor que dialoga efetivamente com os demais setores:

A investigação que suscita a diferença das formas de sociedade e a das categorias que permitem dar conta e fundar o juízo político estiveram na origem e permaneceram, enquanto ela esteve viva, no cerne da empreitada. Esta investigação impede que se designe a política como um setor particular da vida social. Implica, ao contrário, a noção de um princípio ou de um conjunto de princípios geradores das relações que os homens mantêm entre si e com o mundo [...] (LEFORT, 1991, p. 10).

Para uma história política da educação utilizamos a *cultura política* enquanto vetor conceitual propício às compreensões relativas às aproximações e mudanças históricas entre os imaginários que recaíram sobre os topônimos dos grupos escolares, certa vez que a mesma constitui

[...] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinária, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, [...], um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante. (BERSTEIN, 1998, p. 350-351).

A predileção pela cultura política para analisar os topônimos e imaginários dos grupos escolares nos possibilitou compreender cada parte e o todo a que pertence, sendo “[...] no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos.” (BERSTEIN, 1998, p. 359-360).

A Nova História Política também nos permite empreender o diálogo sobre os imaginários toponímicos através dos liames teóricos do federalismo. As definições de federalismo foram articuladas para refletir sobre a educação escolar no Brasil pelo filósofo e historiador da educação Carlos Roberto Jamil Cury, no texto *A questão federativa e a educação escolar*. Segundo Cury (2010, p. 149), a República Federativa do Brasil, constitucionalmente “[...] formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]”.

O federalismo é um regime, como teoriza Cury (2010, p. 152), “[...] em que os poderes de governo são repartidos entre instâncias governamentais por meio de campos de competências legalmente definidas”. A repartição de competências é matéria decisiva para a elucidação da forma federativa de Estado, sobretudo, em diferentes momentos históricos que nos fazem perceber as culturas políticas e os imaginários toponímicos presentes nos grupos escolares. Ademais, sendo o federalismo a forma de organização do Estado brasileiro, desde a proclamação da República (1889), há, portanto, competências e responsabilidades legais e políticas da educação escolar pública próprias da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Pelas explicações de Cury (2010, p. 152): “A distribuição de competências legislativas, normativas e financeiras é o distintivo do federalismo e de sua composição resulta, tanto a atuação de cada ente federativo, quanto a articulação conjunta de todos”.

Por isso, há na educação primária do Rio Grande do Norte, especialmente no período de 1907 a 1947, incumbências que o regime federativo impôs à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal. Como ressalva Cury (2010), o conjunto dessas incumbências, com suas diferenciações e com suas responsabilidades, é o que nos permitiu a elucidação dos imaginários toponímicos resultantes e culturas políticas presentes na educação primária num regime federativo e cooperativo.

Sendo essa a compreensão de cultura política que perpassará os períodos históricos em análise para percebermos as relações que determinaram, pelas toponímias, quais imaginários sintetizavam as relações de poder empreendidas, ela também exige um estudo centrado no *Imaginário*. Pela relevância das considerações de Castoriadis (1982), a *História do Imaginário* é aqui empregada enquanto perspectiva de análise histórica para a qual interessam essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas as imagens visuais, também as imagens verbais que dizem quem são e, principalmente, como certos entes “passarem a existir” por meio dos usos feitos de seus nomes.

Assim, a toponímia presente revela imagens verbais que simbolizam os imaginários contidos nas significações dos nomes dos grupos escolares. Para Castoriadis (1982, p. 404), esses significados, à medida que dialogam entre si, tornam-se alicerces imaginários de uma sociedade, e instituem pela repetição uma

compreensão maior, a “[...] instituição de um magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um *mundo* de significações.”

O *corpus* documental desta tese de doutorado é composto pelas Constituições Brasileiras, mensagens de presidentes, mensagens de governadores, relatórios de interventores federais, legislação educacional federal, estadual e municipal, Anais da Primeira Conferência Nacional de Educação, convênios nacionais, estaduais e municipais, relatórios de diretores da instrução pública, estatísticas escolares, artigos de jornais e fotografias. Esse corpus documental foi prospectado nos acervos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

O escrutínio desse *corpus* documental revelou considerável variedade de ritmos ao pensarmos as culturas políticas na República Velha e em parte da Nova República e os imaginários prevalentes na toponimização dos grupos escolares, tendo em vista que buscamos:

[...] perseguindo alguns caminhos, a marca do político nos fatos, nos atos, nas representações, nas relações que não atribuímos para servir a tal ou qual registro determinado de nossa “condição”. Atentos aos sinais da repetição como aos sinais do novo, comprometemo-nos a evidenciar a dimensão simbólica do social (LEFORT, 1991, p. 15).

Para a análise do *corpus* documental utilizamos o método da *pesquisa histórica* de acordo com Julio Aróstegui (2006) e Jörn Rüsen (2010), mas também se fez necessária uma aproximação entre os estudos de história política da educação e o campo da linguística devido aos topônimos, para que aplicássemos o método denominado *modelo taxeonômico* com base em Maria Dick (1990; 1996). Com base em Aróstegui, a articulação metodológica da *pesquisa histórica* que empregamos apresenta-se sob o plano dos fenômenos sócio-históricos particulares inseridos numa perspectiva instrumental sistemática. Nessa lógica, as fontes são analisadas considerando “[...] a organização da informação, sua tipologia e seu uso, assim como a relação com outras pesquisas.” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 468).

A análise das diversas fontes que compõem o *corpus* documental a partir da prática da *pesquisa histórica*, ademais, permitiu-nos melhor ajustar a abordagem empreendida “[...] à definição clara de problemas, à formulação de hipóteses, à construção dos dados, à elaboração de explicações o mais consistentes possível e à

construção de mecanismos para ‘provar’ comparativamente a adequação de suas explicações.” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 469). Esse olhar para a análise das fontes a partir do método da *pesquisa histórica* coaduna-se ainda ao entendimento postulado por Rüsen, que a trata como “[...] um processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente perspectivas (teóricas) referentes ao passado humano.” (RÜSEN, 2010, p. 104).

Alinhado ao método da *pesquisa histórica*, Cury (2014, p. 10) reconhece a legislação como uma fonte histórica que se apropria da realidade política, “[...] por meio das regras declaradas, tornadas públicas, que regem a convivência social de modo a suscitar o sentimento e a ação da cidadania. Não se apropriar das leis, é de certo modo uma renúncia à autonomia e a um dos atos constitutivos da cidadania.” Essa legislação política e educacional, visibilizada como *corpus* documental, “[...] permite perceber e compreender o processo da instalação do sistema escolar no país e as modificações referentes às políticas educacionais implementadas [...]” (STAMATTO, 2012, p. 280).

Nessa análise das fontes, pelo método da *pesquisa histórica*, para compreender um ou mais fenômenos sociohistóricos particulares que se direcionam a perspectiva(s) teóricas que podem se afirmar ou serem refutadas, soma-se a interpretação pela linguística, buscando as histórias presentes nos topônimos dos grupos escolares. Nas obras *A motivação toponímica e a realidade brasileira* (1990) e *A Dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo – 1554-1897* (1996), Maria Dick constrói e aplica o método para análise dos topônimos denominado modelo taxeonômico.

Nesse método, a toponímia, enquanto campo da Onomástica – que cuida do estudo dos nomes próprios das espacialidades –, propõe uma classificação para as significações simbólicas dos nomes. Por essa proposta metodológica para análise das fontes, podemos desnaturalizar as toponímias dos grupos escolares norte-riograndenses, pensando-as para além do nome do(a) homenageado(a). A compreensão histórica que por ora apresentamos é uma construção modelada por clivagens de diferentes ordens, porém em conformidade com as culturas políticas que aqui empreenderam as toponimizações sobre os grupos escolares.

Assim, o trabalho construído, que discute a temática culturas políticas e toponímias dos grupos escolares e o objeto de estudo imaginários toponímicos dos



grupos escolares do Rio Grande do Norte, no período de 1907 a 1947, tem o objetivo de analisar como a cultura política que prevaleceu em cada momento histórico pôde ser determinante para a definição dos imaginários relativos às denominações daquelas instituições escolares. Por essas definições nos foi possível a defesa da tese de que a cultura política enredada na mudança do sistema de educação pública foi determinante para a definição do(s) imaginário(s) relativo(s) à toponímia dos grupos escolares do Rio Grande do Norte no período de 1907 a 1947.

Esta tese de doutorado estrutura-se, então, em quatro capítulos, os quais segmentam, em relação de complementaridade, o recorte cronológico e a discussão temática proposta. Neste Capítulo Um, *Grupos escolares, toponímia e pesquisa histórica*, apresentamos a tese e seus elementos constitutivos: revisão bibliográfica, fundamentos teóricos e metodológicos, temática, objeto de estudo, delimitação do período investigado, objetivo, corpus documental e tese defendida.

No Capítulo Dois, *Em nome(s) da organização familiar Albuquerque Maranhão nos Grupos Escolares (1907 – 1913)*, discute-se a relação entre a cultura política local sediada no poder de uma organização familiar durante a Primeira República e o imaginário toponímico que prevaleceu nas/pelas denominações dos primeiros grupos escolares criados no Estado do Rio Grande do Norte nos governos de Antônio José de Melo e Souza e Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão.

No Capítulo Três, *Em nome(s) da política nos Grupos Escolares (1908 – 1930)*, problematiza-se como a cultura política das organizações familiares e grupos políticos dominantes na Primeira República recorreu a outros imaginários toponímicos que não circunscritos à organização familiar somente, mas voltados à política local e a nexos com a história e sujeitos nacionais, que podem ser visibilizados nas denominações de grupos escolares criados entre o segundo governo de Alberto Maranhão e o governo de Juvenal Lamartine de Faria.

No Capítulo Quatro, *Em nome(s) da História nos Grupos Escolares (1930 – 1947)*, analisamos como as mudanças de cultura política ocorridas no Brasil a partir da Revolução de 1930 determinaram o imaginário toponímico local que prevaleceu para as denominações dos grupos escolares. Nesse capítulo, entendemos que sobressaiu o interesse por (de)marcar nas denominações a história da educação local e a cultura política nacional iniciada em 1930 e que predominou no Rio Grande do Norte até 1947, quando ocorreu o término da última interventoria federal.

Desse modo, refletindo a historicidade dos grupos escolares e suas denominações, é que desvelamos e ora revelamos a dimensão de cada imaginário toponímico que prevaleceu no Rio Grande do Norte durante quase toda a primeira metade do século XX, tendo como viabilizadoras as culturas políticas movidas pelos agentes da administração pública.

A decorative border made of light brown, stylized scrollwork or vine-like patterns, framing the central text area.

## Capítulo 2

*Em nome(s) da organização familiar  
Albuquerque Maranhão  
nos Grupos Escolares  
(1907 – 1913)*

## EM NOME(S) DA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR ALBUQUERQUE MARANHÃO NOS GRUPOS ESCOLARES (1907 – 1913)

Decreto n. 174 de 5 de Março de 1908

Cria no bairro da Ribeira um Grupo Escolar denominado 'Augusto Severo'.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, exercendo a atribuição que lhe confere a lei n. 249 de 22 de Novembro de 1907

DECRETA:

Art. 1º – É criado no bairro da Ribeira desta capital, um grupo escolar, sob a denominação de 'Grupo Escolar Augusto Severo' e abrangendo pelos menos duas cadeiras de ensino primário mantidas pelo Estado naquele bairro.

Art. 2º – O grupo escolar será regido pelo regulamento que a este decreto acompanha.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 5 de Março de 1908. 20º da República.

ANTÔNIO JOSÉ DE MELLO E SOUZA.

Henrique Castriciano de Souza (RIO GRANDE DO NORTE, 1909a, p. 31).

Em 5 de março de 1908, a escola graduada primária de modalidade grupo escolar concretizou o seu “nascimento” no Estado Federativo do Rio Grande do Norte, pois foi criado o primeiro grupo escolar potiguar com a denominação de Grupo Escolar “Augusto Severo”.

Inicia-se assim o imaginário toponímico dos grupos escolares do Rio Grande do Norte, pondo em relevo a imagem de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, como intelectual dedicado à engenharia aeronauta que ocupava o cargo de deputado federal, representante do grupo político que detinha o poder sobre a gestão pública do estado naquele momento – a *organização familiar* Albuquerque Maranhão (1892 – 1913). Tal imagem fora se constituindo à medida que o grupo político ia atribuindo a espacialidades os nomes de seus próprios membros, imprimindo nelas a sua lembrança. (BRITO, 2012).

Desse modo, no imaginário toponímico dos grupos escolares, ia-se gradualmente estabelecendo o mundo à sua volta como o seu mundo, “[...] ou seu mundo como o mundo, e instituindo-se como parte deste mundo.” (CASTORIADIS, 1982, p. 222).

Fazemos a opção pelo conceito de *organização familiar* em concordância com a designação dada por Peixoto (2010), a qual se torna viável pela filiação

teórica à Nova História Política, que permite analisar as especificidades empregadas por uma organização familiar ao compreendê-la como um organismo movido por estratégias de atuação longitudinal, facultadas inclusive por dinâmicas culturais que denominam espacialidades, sendo capaz de articular entre si vários grupos correlatos. Assim, as peculiares desse arranjo de poder que aqui apresentamos como o primeiro imaginário toponímico dos grupos escolares do Rio Grande do Norte coadunam-se ao entendimento aplicado para a temporalidade histórica em questão, uma vez que

[...] o conceito de organização familiar se torna mais eficiente para trabalhar os problemas peculiares à história política do Rio Grande do Norte que o conceito já naturalizado de oligarquia, já que nos permite apontar as peculiaridades das estruturas espaciais e dos arranjos de poder, permitindo inferir, por exemplo, como essas organizações constituíam estratégias de atuação de longo prazo, ou como o sistema daí resultante, comprovada sua eficiência, pôde ser adotado por outras organizações familiares que se articulariam no espaço norte-rio-grandense posteriormente ao recorte aqui trabalhado – a eficiência, no caso, teria conduzido à repetição. (PEIXOTO, 2010, p. 181-182).

Nesse sentido, a organização familiar que, para além dos poderes político e econômico, conduzia também o poder administrativo no Estado do Rio Grande do Norte, estava preocupada em atrelar ao(s) seu(s) nome(s) a lembrança pelas ações políticas nas diversas espacialidades, sobretudo, com larga repetição da referência que lhe era própria. (BRITO, 2012).

Aquele duradouro momento em que a gestão estadual esteve sob o poder da organização familiar Albuquerque Maranhão pode ser compreendido pela ideia de cultura política movida por elites políticas que também são culturais e se definem “[...] especialmente pelo seu poder de influência, isto é, de ressonância e de amplificação [...]” (SIRINELLI, 1998, p. 274), que predominou durante a Primeira República, sustentada por um modelo de federalismo denominado por Cury (2010, p. 153) de centrífugo e que se remete “[...] ao fortalecimento do poder do Estado-membro sobre o da União em que, na relação concentração – difusão do poder prevalecem relações de larga autonomia dos Estados-membros.”

Pela referência inaugural tomada para a toponimização de grupos escolares, entendemos que a atuação do grupo liderado pelos Albuquerque Maranhão enquanto parte de uma elite política e cultural foi favorecida pela ressonância do

nome de Augusto Severo que, pelo reconhecimento, automaticamente amplificou o nome de sua organização familiar.

Contudo, apesar do primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte ter sido denominado em homenagem àquele que era a referência intelectual dos Albuquerque Maranhão, não foi um membro da família o responsável pelo ato de criação e nomeação. Coube ao correligionário Antônio José de Mello e Souza, governador à época (1906 – 1908), que assumiu o cargo por ser o vice-governador de um membro da organização familiar que havia renunciado.

Com a saída do governador Augusto Tavares de Lyra (1904 – 1906) para assumir o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo do Presidente Afonso Augusto Moreira Pena (1906 – 1909), o então sucessor Antônio José de Mello e Souza iniciou o processo de institucionalização da escola graduada no Rio Grande do Norte através dos grupos escolares. Para tanto, corroborou com uma legislação que preparou o Estado para a existência dessas instituições. Pois, a Lei N. 249, de 22 de novembro de 1907, não criava os grupos escolares, mas, autorizava a reforma da instrução pública primária:

Autoriza o governo a reformar a instrução pública.

O governador do Estado do Rio Grande do Norte:

Faço saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º – É o governo autorizado a reformar a instrução pública, dando especialmente ao ensino primário moldes mais amplos e garantidores da sua proficuidade, devendo oportunamente acomodar ao que dispuser a legislação federal os respectivos regulamentos, que poderão ser expedidos à proporção das mais urgentes necessidades do serviço.

Art. 2º – Nos novos regulamentos a expedir a parte referente ao acréscimo de despesa, embora podendo entrar desde logo cedo em execução, ficará dependente de aprovação do Congresso.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do governo, 22 de setembro de 1907, 19º da República.

ANTÔNIO JOSÉ DE MELO E SOUZA.

Joaquim Soares R. da Camara. (RIO GRANDE DO NORTE, 1908a, p. 1).

Foi por sua importância para a conseqüente existência dos grupos escolares que tomamos tal legislação também como sendo o marco cronológico inaugural para a nossa discussão, por ter sido ela que possibilitou a reforma educacional iniciada em 1908, para fundar assim

[...] uma escola identificada com os avanços do século, uma escola renovada nos métodos, nos processos de ensino, nos programas, na organização didático-pedagógica; enfim, uma escola moderna em substituição à arcaica e precária escola de primeiras letras [...]. (SOUZA, 1998, p. 29).

A preocupação com a educação pública oferecida no Rio Grande do Norte já havia sido externada anteriormente pelo governador na Mensagem Anual de 1907, quando, a partir do lugar de fala de jornalista e, sobretudo, de professor, demonstrava ter conhecimento de que o setor necessitava de providências urgentes:

Não é fácil encontrar na capital, e muito menos no interior do Estado, indivíduos com a idoneidade precisa que, mediante os insignificantes vencimentos que se lhes atribuem, tomem o mínimo interesse por altíssima função de ensinar. E cumpre ver ainda que, além de mal pagos, porque até em algum município apenas se lhes concede a subvenção de 50\$000 mensais paga pelo Tesouro em virtude da lei de 1900, essa insuficiente remuneração anda sempre atrasada e o professor, não tendo recursos materiais que lhe permitam utilizar descansadamente o pouco que sabe, vai negociar, vai fazer roçado ou, ainda, recorrer a expedientes que a necessidade sugere a quem não muito raramente atinge as fronteiras da mendicidade [...]. Há, no Estado, 46 cadeiras municipais, estando matriculados em todas 1.766 alunos e sendo a frequência média de 1.354 (RIO GRANDE DO NORTE, 1907, p. 9-10).

Na fala do governador Antônio José de Melo e Souza, a pequena oferta de classes pelos municípios (46 cadeiras municipais) e o incipiente número de alunos (1.766 matriculados e 1.353 frequentes) dialogava com a desvalorização do profissional responsável pelo ensino, fatores estes que por si só já mereciam o cuidado e a dedicação dos investimentos a serem efetuados a partir daquele mesmo ano de 1907. Conforme Lima (1927) – Diretor do Departamento de Educação do Rio Grande do Norte –, em obra que comemora o centenário da Educação Pública em 1927, os problemas apontados pelo governador Antônio de Souza em 1907 exigiam atuação urgente com uma presença maior do Estado, certa vez que

[...] a autorização constante da lei n. 249 de 22 de novembro de 1907 e devida à iniciativa do então governador Antônio de Souza, tinha de produzir os seus efeitos salutareos, mesmo porque a situação do ensino primário no Estado, entregue aos municípios, era a mais desanimadora e deplorável.

Urgia uma reação, que, quanto mais enérgica e radical, tanto mais proveitosa e benéfica exultaria. (LIMA, 1927, p. 165).

Com a autorização para a reforma da instrução pública, o ano seguinte tornar-se-ia marco para a história da educação no Rio Grande do Norte. Assim, foi objetivando, especialmente para o ensino primário, moldes mais amplos e garantidores da sua proficuidade que logo no início de 1908 foi criado em Natal o grupo escolar que homenagearia Augusto Severo, sendo aquele ato também uma forma de agradecimento do então governador ao grupo político que possibilitara estar aquele correligionário ocupando a administração do Estado.

Porém, para problematizarmos o imaginário toponímico que se sobressaiu com a criação e nomeação do primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte, faz-se necessário pensarmos a construção de um *mundo* próprio de denominações para diversas espacialidades (município, vila, distrito, ruas, praças, grupos escolares) na capital e no interior do Estado durante o tempo em que tal grupo político esteve à frente do poder (1892 a 1913).

Para essa prática de toponimizar espacialidades com os nomes dos membros mais proeminentes daquela organização familiar, a gênese é anterior ao nome do primeiro grupo escolar do Estado. Foi no primeiro governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1900 – 1904), que verificamos no Rio Grande do Norte o aparecimento da homenagem pioneira ao irmão Augusto Severo, à época deputado federal e dedicado engenheiro-aeronauta que buscava realizar o sonho de voar.

A homenagem que marca a criação de um imaginário toponímico a ser repetido por diversas espacialidades e também por nomes de outros sujeitos da organização familiar construiu-se a partir do trágico acidente aeronáutico ocorrido no dia 12 de maio de 1902, na cidade de Paris, na França, que tirou a vida de Augusto Severo e do mecânico George Sachet, que o auxiliava. Ainda no mesmo ano fora sancionada a Lei estadual N. 175, de 26 de agosto, que declarava feriado o dia 12 de maio, em homenagem: “[...] à memória do eminente aeronauta Rio Grandense do Norte, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, morto gloriosamente em Paris, nesse dia do corrente ano, por ocasião da ascensão da aeronave ‘Pax’ de sua invenção.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1903, p. 6).

Contudo, foi pela Lei N. 197, de 28 de agosto de 1903, que o nome de um dos Albuquerque Maranhão se concretizou num imaginário toponímico que representava a organização familiar que comandava o poder político no Estado do



Rio Grande do Norte. Pela Lei, uma vila, município e distrito de mesmo nome foram destoponimizados para elevar o nome de Augusto Severo:

Declara que a Vila do Triumpho e município e distrito judiciário do mesmo nome denominar-se-ão Augusto Severo.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte: Faço saber que o Congresso Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. Único – A Vila do Triumpho, município e distrito judiciário do mesmo nome denominar-se-ão d’ora em diante – Augusto Severo, revogadas as disposições em contrário.

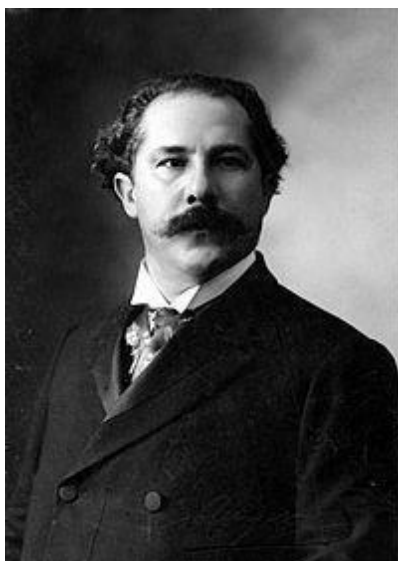
Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte – Natal, 28 de Agosto de 1903, 15º da República.

ALBERTO MARANHÃO

Joaquim Soares Raposo da Câmara (RIO GRANDE DO NORTE, 1904, p. 4).

Apesar do trágico acidente que vitimou Augusto Severo e George Sachet, entendia-se o momento do voo como um “trunfo” do conhecimento aeronáutico a ser utilizado por vários outros cientistas contemporâneos de seus estudos, do que emerge a justificativa pelo município, que à época se chamava “Triumpho”, ter sido o escolhido para ter seu nome modificado, assinalando a gloriosa contribuição deixada para a ciência por parte de um membro da organização familiar Albuquerque Maranhão. Mesmo que tenha sido parcial o “trunfo” científico de Augusto Severo (Figura 1), por aquele ato que engrandecia por uma lei a sua memória, passaria a ser convertido para um triunfo cultural na lembrança dos norte-rio-grandenses por parte da família que já triunfava na política e na economia.

Figura 1: Patrono Augusto Severo de Albuquerque Maranhão



**Fonte:** Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte

Aquele reconhecimento ao nome do cientista aeronauta potiguar ocorreu para além do espaço local, fazendo-se ecoar em diversas cidades do Brasil e até do exterior. No local onde ocorrera o acidente, na cidade de Paris, também fora fixada placa em sua homenagem.

Logo depois, quando chegou o momento de toponimizar a primeira escola graduada moderna através do Decreto N. 174, de 5 de março de 1908, existiu também a necessidade de atender a Lei N. 249, de 22 de novembro de 1907, que autorizou a reforma da instrução pública. Os atos de criação, nomeação e sistematização do funcionamento do Grupo Escolar Augusto Severo fizeram parte do mesmo Decreto N. 174, que trazia o Regulamento como anexo e tinha como abertura os direcionamentos sobre a sua organização:

Art. 1º - O grupo escolar “Augusto Severo” será formado por três cadeiras, funcionando em salas distintas do mesmo prédio, uma para o sexo masculino, outra para o feminino e uma escola mista, sendo nele compreendidas pelos menos duas das cadeiras mantidas pelo Estado no bairro da Ribeira. (RIO GRANDE DO NORTE, 1909a, p. 31).

Ainda naquela sistematização a ser aplicada no primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte, verificamos a constituição do corpo de funcionários, a referência a métodos modernos e aos conteúdos de ensino, o desenvolvimento do regime disciplinar, a disposição da mobília e dos livros, a organização do tempo letivo, os procedimentos de matrícula e de escrituração escolar de matrícula, frequência, aproveitamento, exames e certificados, os modelos referenciais de exames e as disposições gerais sobre a relação oficial entre o grupo escolar e a Diretoria Geral da Instrução Pública compondo assim o grupo escolar Augusto Severo.

As propostas física e pedagógica do Grupo Escolar Augusto Severo, para Moreira (2005), respondiam ao projeto de modernizar a cidade do Natal. Tal projeto, almejado pelas autoridades locais, incluía desejadas obras que constituíam novos espaços e remodelava outros, com vistas a concretizar o ideal republicano de progresso. E, para tanto, fazia-se necessário:

[...] destacar que a cidade moderna também dispunha de uma escola moderna. Sua construção integrou o programa de obras de

embelezamento, melhoramento e saneamento da cidade e configurou um projeto estético de modernidade do bairro da Ribeira, na primeira década do século XX, através de um processo de remodelação, com contínuas intervenções públicas, visando à construção de uma cidade modernizada, higienizada e bela. (MOREIRA, 2005, p. 124).

Assim erigiu-se o Grupo Escolar Augusto Severo em um prédio de estilo arquitetônico eclético, marcado por evidentes elementos do *Art Nouveau* e pelo uso de materiais nobres e técnicas de construção em voga na Europa. O projeto, executado como parte do programa urbano-cultural de edificações modernas da cidade do Natal, que compunha o cenário de reestruturação e expansão da capital do Estado nas primeiras décadas do século XX, fora encomendado pelo governo ao arquiteto mineiro Herculano Ramos.

Figura 2: Prédio original do Grupo Escolar Augusto Severo, localizado à Praça Augusto Severo – Natal-RN



**Fonte:** Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Seção RN

Poucos dias após a criação do Grupo Escolar Augusto Severo, o professor Francisco Pinto de Abreu, na condição de Diretor Geral da Instrução Pública estabeleceu um detalhado Regimento para a citada instituição representante da instrução primária que “[...] devia ser ministrada consoante métodos modernos e estar graduada em quatro classes distintas, tendo em vista o desenvolvimento integral do educando.” (ARAÚJO, 1979, p. 119). Assim, em 8 de abril de 1908, o

primeiro critério fomentado naquele Regimento é o Plano de Ensino, no qual constavam os seguintes direcionamentos:

Art. 1º – O ensino é leigo e gratuito. A nenhum mestre é permitido o doutrinação religioso de qualquer natureza, ainda mesmo solicitado pelos pais e responsáveis de alunos, nem a percepção de gratificações por motivo de ensino público.

Art. 2º – A instrução primária, infantil e elementar, consoante os métodos modernos, graduada em quatro classes distintas, visando o desenvolvimento intelectual, moral e físico.

Art. 3º – O ensino será proporcional ao desenvolvimento das faculdades do educando. Estimule-se criteriosamente esse desenvolvimento, a fim de que o aluno apodere-se da verdade por meio de suas próprias investigações, livre de coação de qualquer natureza.

Art. 4º – Esforce-se o mestre para tornar o estudo agradável, preparando judiciosamente suas lições, que devem ser variadas, concretas, concisas e acessíveis à inteligência infantil, terminando antes que os alunos apresentem sinais de fadiga.

Art. 5º – Serão rigorosamente adotados os processos intuitivos, os quais consistem em apresentar materialmente ou pelo aspecto os objetos das lições.

Art. 6º – Os sentidos são os caminhos naturais por onde conduzem-se as explicações do mestre ao espírito dos alunos. Dentre os meios empregados para atingir esse fim, são as lições de coisas os que melhor resultados produzem, desenvolvendo na criança a faculdade de observação, preparando-a para refletir e ajuizar.

Art. 7º – O ensino para ser proveitoso, deve ser concreto. O mestre jamais obrigará seu discípulo a decorar mecânica e inconscientemente as regras, antes que ele conheça os fatos particulares que elas resumem.

Só assim poder-se-á promover o desenvolvimento espontâneo da criança e fazê-la adquirir conhecimentos pelo exercício normal de suas faculdades. (RIO GRANDE DO NORTE, 1908b, p. 83-84).

Depois de apresentado o moderno direcionamento do ensino a ser desenvolvido no primeiro grupo escolar, o citado Regimento preconizava a Educação Intelectual; a Educação Moral; a Educação Cívica; a Educação Física; o tempo letivo; a matrícula e a frequência; o código disciplinar; o corpo docente; o regime penal aplicado aos professores e adjuntos; a situação dos adjuntos; escrituração escolar; vencimentos, licenças e faltas dos professores; exames; material escolar; livros didáticos; diretor do grupo e porteiro.

Essa primeira etapa de institucionalização da escola graduada primária através da modalidade grupo escolar, que fora possibilitada pela Lei N. 249, de 22 de novembro de 1907; pelo Decreto N. 174, de 5 de março de 1908; e pelo Regimento do Grupo Escolar Augusto Severo, exigia continuidade para que a

educação pública primária pudesse ser expandida e assim oferecer mais oportunidades de acesso. Ainda devemos considerar que toda essa legislação não fazia qualquer referência à escolha dos topônimos para os grupos escolares, mas como fonte à história da educação, constitui-se como “[...] instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo.” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491).

O processo de reforma da Instrução Pública pela expansão da educação primária encontrou continuidade desde o início do segundo governo de Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, quando pelo Decreto N. 178, de 29 de abril de 1908, empreendeu o restabelecimento da Diretoria Geral da Instrução Pública, a criação da Escola Normal, para instruir candidatos ao magistério primário, a criação de Grupos Escolares e Escolas Mistas, apresentando justificativas, as quais consideravam:

[...] que é urgente a reorganização da Instrução Pública, para adaptá-la às novas condições sociais e interesses respeitáveis do povo no governo republicano;  
 [...] que o estudo das questões didáticas e as providências administrativas desse importante ramo do público serviço, para os efeitos da reforma, exigem o estabelecimento de uma repartição distinta, presidida por um profissional competente;  
 [...] que as funções do Diretor Geral da Instrução Pública, a quem incumbe a visita e fiscalização pessoal das escolas em todo o Estado estão sendo exercidas por autoridade de jurisdição limitada e permanente na Capital, qual é um dos lentes e Diretor do ensino secundário;  
 [...] que a primeira condição de êxito da reforma é o preparo racional dos novos mestres, consoante a orientação da moderna Pedagogia;  
 (RIO GRANDE DO NORTE, 1909b, p. 46).

Entre as prioridades da reforma da instrução pública estava a criação dos grupos escolares enquanto modalidade de escola moderna já consolidada no Estado de São Paulo, pioneiro desde 1893, sobretudo em pensar aquelas instituições “[...] para funcionar nos centros urbanos, diferenciando-se cada vez mais das outras escolas primárias existentes [...]” (SOUZA, 2014, p. 105).

O Artigo 4º do Decreto N. 178, de 1908, apresenta quais os critérios determinados pelo governo do Estado para que um município fosse contemplado com uma unidade de grupo escolar:

[...] estabelecerá, pelo menos, um grupo escolar em cada séde de comarca e uma escola mista em cada um dos outros municípios do Estado, nos prédios estaduais existentes e nos que forem sendo construídos diretamente pelos mesmos municípios ou à custa de particulares que os queiram ceder para tal fim, mediante contrato gratuito feito com o diretor da Instrução Pública e aprovado pelo governador. (RIO GRANDE DO NORTE, 1909b, p. 47).

Após o primeiro grupo escolar ter a sua existência na capital do Estado, os demais municípios com sede de comarca estariam aptos para receberem os demais grupos que seriam criados. Ainda em 1908 essa expansão teve continuidade, mas, existia a necessidade de definir a instituição que serviria de modelo quanto ao tipo de ensino público a ser oferecido. Inserido no contexto da política pública nacional de criação de grupos escolares em vigor desde 1893, o primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte – “Augusto Severo”, foi elevado no ano seguinte de sua criação à categoria de grupo *modelo*, pelo Decreto N. 198, de 10 de maio de 1909.

Ademais, o Artigo 1º do referido Decreto, além de tornar aquele grupo escolar a instituição modelo para as demais que estavam sendo criadas, cuidou em apresentar a localização espacial:

Art. 1º – O Grupo Escolar ‘Augusto Severo’ que funciona no bairro baixo [Ribeira] da capital, à praça do mesmo nome [Augusto Severo], será a escola modelo para servir de tipo ao ensino público elementar em todo o Estado, devendo os regimentos internos dos diversos grupos e escolas já inaugurados e a inaugurarem-se neste e em outros municípios, modelar-se pelo regulamento e regimento interno do ‘Augusto Severo’. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910a).

Pela citada localização, observamos que o grupo escolar e praça apresentavam o mesmo nome, o que faz da repetição do topônimo uma afirmação do mesmo imaginário toponímico conduzido pela organização familiar que lhe havia empreendido e se utilizava também desse mecanismo nominativo para afirmar-se mais no poder.

Assim, tendo como objetivo utilizar a instituição “para servir de tipo ao ensino público elementar em todo o Estado”, recorria também o Decreto àquele que fora tomado como o modelo de intelectualidade por sua organização familiar. O reconhecimento que havia ocorrido para nomear a instituição pioneira dessa modalidade de escola ganhara continuidade, uma vez que o grupo escolar do qual

Augusto Severo era patrono passou a ser o padrão para a sistematização do ensino a ser seguido pelos demais que estavam sendo criados.

Ainda no mesmo ano de 1909, no dia 30 de novembro, foi sancionada a Lei N. 284, que conduz à Reforma da Instrução Pública do Estado, sendo o Artigo 1º objeto da expansão dos grupos escolares pelos municípios:

Art. 1º – Será criado, pelo menos, um grupo escolar em cada município, correndo as despesas materiais e de expediente a custa das Intendências, associações ou particulares.

Art. 2º O número e natureza das escolas de cada grupo dependerão, a juízo do governo, das condições locais.

[...].

ALBERTO MARANHÃO

Joaquim Soares R. da Camara. (RIO GRANDE DO NORTE, 1910b, p. 20).

A citada Lei de Reforma da Instrução Pública do Estado ainda determinava sobre quais seriam os profissionais que ocupariam as cadeiras primárias; a divisão da instituição em três classes com o objetivo de estimular o acesso ou promoção dos mestres; abertura de concurso de títulos para ocupação de cadeiras vagas; regras para permuta de cadeiras e motivos para remoção dos mestres; gratificação por tempo de serviço; a inspeção do ensino público; o acúmulo de funções por um mesmo diretor para Atheneu, Escola Normal, Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” e Escola de Música; inspeção técnica e profissional; a fiscalização externa dos grupos escolares; as cadeiras que compunham o ensino da Escola de Música e como se daria a provisão dos seus professores; os vencimentos dos funcionários da Instrução Pública; e a ocupação das cadeiras pelos professores no Grupo Modelo quando não existissem professores diplomados.

Nesse sentido, entendemos que a institucionalização da escola pública primária também se dava através da sua sistematização presente nas leis próprias sancionadas para acompanhar e ordenar o seu processo de expansão.

As leis sancionadas para acompanhar e ordenar o processo de expansão da escolarização constituem-se como *corpus* documental. A exemplo deste *corpus* que buscava organizar a educação pública do Rio Grande do Norte, verificamos a existência do Decreto N. 214, de 26 de janeiro de 1910, que apresentava, entre as providências tomadas para a sistematização do ensino público, o cronograma de início e fim do ano letivo. Pelo Artigo 1º evidenciava-se o período de aulas – “As

aulas dos grupos escolares serão abertas a 2 de Janeiro e encerradas a 20 de Novembro de cada ano” (RIO GRANDE DO NORTE, 1910i), e pelo Artigo 3º o período de férias escolares – “Serão feriados os meses de Junho e Dezembro em todos os estabelecimentos de instrução” (RIO GRANDE DO NORTE, 1910i). Ao mesmo tempo em que aquela legislação educacional ia sendo sancionada, ocorria também o processo de criação dos grupos escolares com as suas respectivas denominações, e o decreto de criação de cada um “[...] trazia dispositivos para a sua organização, mandando que o seu regimento interno fosse calcado nos moldes do Augusto Severo, apenas com modificações locais.” (ARAÚJO, 1979, p. 123).

Em 8 de julho de 1910, pelo Decreto N. 224, verificamos a existência da continuidade do imaginário toponímico que enaltecia o nome da organização familiar Albuquerque Maranhão. E aqui, faz-se mister aclarar que, nessa possibilidade de compreensão da história, o termo “imaginário” é tomado como um referente basilar que alicerça, a própria análise constituída sobre este recorte semântico, certa vez que uma “[...] palavra só é palavra, só ‘tem’ uma significação ou refere-se a uma significação se, e somente se, ela pode adquirir outras [...]” (CASTORIADIS, 1982, p. 254).

Para comemorar a difusão daquela modalidade de escola e das oportunidades advindas com a mesma, o Governador Alberto Maranhão, usando de atribuição conferida pela Lei N. 284, de 30 de novembro de 1909, e de acordo com o art. 4º do Decreto N. 178, de 29 de abril de 1908, criou o décimo grupo escolar do Estado do Rio Grande do Norte, tendo como patrono um dos seus irmãos:

Cria um grupo escolar denominado “Fabrício Maranhão” na Vila Pedro Velho.

[...],

DECRETA:

Art. 1º – É criado na Vila Pedro Velho um grupo escolar denominado “Fabrício Maranhão” compreendendo duas escolas elementares, uma para cada sexo.

Art. 2º – O grupo funcionará no próprio município sito à rua Dr. Siqueira, que a Intendência do Município obriga-se a preparar e mobiliar, conforme as instruções da Diretoria Geral da Instrução Pública.

Art. 3º – Correrão por conta do Governo do Município todas as despesas referentes a conservação e ao asseio do prédio, bem como à aquisição e a renovação dos utensílios.

[...].



Art. 7º – Será suprimido o grupo quando não preencher as condições de conforto e higiene, por incúria da municipalidade.

Art. 8º – A administração, fiscalização e regulamentação didática pertencem exclusivamente ao Diretor Geral da Instrução Pública que visitará semestralmente as escolas.

Art. 9º – Todas as relações entre o município e o grupo escolar serão exercidas por intermédio do Diretor Geral, ao qual serão presentes os pedidos e reclamações em bem do ensino.

Art. 10º – O Diretor Geral da Instrução organizará o regimento do grupo escolar nos moldes do “Augusto Severo”, apenas com a modificação aconselhada pelas condições locais, consolidando as leis em vigor e regulando minuciosamente a parte pedagógica.

[...].

ALBERTO MARANHÃO

Joaquim Soares R. da Camara. (RIO GRANDE DO NORTE, 1911a, p. 76-77).

Contudo, cabe-nos indagar: quem era esse outro irmão homenageado através da criação e denominação do décimo grupo escolar criado no Rio Grande do Norte? Qual a referência tomada do lugar de fala desse patrono? Conforme análise de Monteiro (2002), podemos pensar que a relevância do nome de Fabrício Maranhão se concentrava na sua longevidade política ocupando os mesmos cargos:

Vasta era a rede de poder dessa oligarquia, que se estendia da Intendência de Natal à representação do Rio Grande do Norte no Senado Federal. Dentre os inúmeros cargos públicos que ela monopolizou encontravam-se, por exemplo, a presidência da Assembleia Legislativa do Estado – então chamada Congresso Estadual – que esteve nas mãos de Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão, irmão de Pedro Velho, durante 16 anos (1897 a 1913). Mas Fabrício foi, também, durante 20 anos (1893-1913), o presidente da Intendência de Canguaretama, onde era senhor de engenho. (MONTEIRO, 2002, p. 214).

A longevidade e a permanência de Fabrício Maranhão nos mesmos cargos encontravam-se, na espacialidade, com a área política e econômica que sediava o poder de sua organização familiar, o litoral leste e o Agreste do Estado. Nessas áreas de atuação, eram os Albuquerque Maranhão grandes empreendedores da indústria do açúcar e monopolizadores do poder político, a exemplo desse que agora tomamos, com atuação política concomitante na capital, na presidência do Congresso Estadual (Assembleia Legislativa), por ininterruptos 16 (dezesseis) anos, e também no interior, sendo o presidente da Intendência de Canguaretama por ininterruptos 20 (vinte) anos.

Figura 3: Patrono Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão



**Fonte:** Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte

Para além do encontro entre o poder político e econômico que fora visibilizado pela homenagem a Fabrício Maranhão, a atenta análise do Decreto N. 224, de 8 de julho de 1910, nos proporcionou perceber um encontro possível entre três irmãos da mesma organização familiar: o governador Alberto Maranhão, que decretou a criação do grupo escolar; Fabrício Maranhão, que fora tomado como sendo o patrono da instituição; e Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que dava nome à Vila onde passaria a existir aquele grupo escolar. Nesse sentido, pelo encontro das referências também existiu uma intensificação da afirmação do sobrenome que carregavam, nas espacialidades envolvidas, destacando assim a cultura política que lhes dava sustentação, já que sob esta classificação “[...] podem estar reunidos tanto os criadores como os ‘mediadores’ culturais [...]” (SIRINELLI, 1998, p. 261). Projeção essa que seria novamente “vívda em conjunto”, quando da criação de outro grupo escolar no ano de 1913.

Ainda naquele ano de 1910, o Governador Alberto Maranhão propôs o Código do Ensino [Público] do Estado, por meio do Decreto N. 239, de 15 de dezembro. No Artigo 1º do Título I, que era denominado “Da organização do Ensino Público”, verificamos a divisão do Curso Primário em: “a – Infantil, b – Elementar” (RIO GRANDE DO NORTE, 1910j). Já o Artigo 2º determinava onde seria oferecido o ensino primário: “[...] dados nos grupos escolares, cadeiras isoladas e escolas noturnas estabelecidas em cada município.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1910j).

No mesmo Decreto, o Título II detinha-se à Instrução Primária, sendo a primeira parte concernente à organização didática; a segunda, ao Grupo Modelo; a terceira, aos Grupos Escolares; a quarta, para as escolas isoladas e noturnas; a quinta, ao provimento das escolas; a sexta, ao registro profissional; a sétima, à edificação e à mobília. A continuidade do Decreto dedicava-se ao Curso Normal, ao Curso Geral, ao Ensino Profissional e a algumas disposições comuns. Porém, a criação do Código de Ensino só se deu um ano depois, pelo Decreto N. 261, de 28 de dezembro de 1911, quando ocorrera a sua aprovação. Nesse Código de Ensino, o Título II, o qual estava dedicado à instrução primária, tinha alguns artigos destinados à organização didática, preconizando:

Art. 6º – O ensino é leigo e gratuito. A nenhum mestre é permitido o doutrinamento religioso de qualquer natureza, ainda mesmo solicitado pelos pais e responsáveis dos alunos, nem a percepção de gratificações por motivo de ensino público.

Art. 7º – O ensino primário será proporcionado às condições físico-psicológicas do educando, com o triplice fim intelectual, moral e físico, consoante a pedagogia experimental e processos da pedologia.

Art. 8º – O ensino graduado, além das matérias que venham a ser necessárias, compreenderá:

Leitura e escrita; contabilidade; lições de coisas; língua nacional; noções de geografia; rudimentos de história do Brasil; instrução moral e cívica; economia doméstica; geometria concreta; desenho natural; trabalhos manuais; exercícios-físicos e cantos escolares. (RIO GRANDE DO NORTE, 1912g, p. 91-92).

A sistematização do ensino público do Estado presente no Decreto N. 261, de 1911, serviria tanto para orientar os grupos escolares já existentes quanto os que seriam criados posteriormente. Assim, o primeiro grupo escolar, criado no ano de 1912, já contemplaria em sua organização todo o conteúdo dos artigos do Código de Ensino recém-sancionado.

Os benefícios econômicos provenientes do poder político pareciam insuficientes para aquele que tratou de demarcar na pele espacial do Rio Grande do Norte os nomes que lhe eram mais íntimos e representativos. Em 8 de janeiro de 1912, foi criado o vigésimo grupo escolar<sup>2</sup> do Rio Grande do Norte. O Decreto N.

---

<sup>2</sup> No início de 1912, para além dos grupos escolares que compreendiam um imaginário toponímico em homenagem a organização familiar Albuquerque Maranhão existiam os demais: “Trinta de Setembro”; “Senador Guerra”; “Tomaz de Araújo”; “Antônio Carlos”; “Almino Afonso”; “Coronel Mariz”; “Barão de Mipibú”; “Moreira Brandão”; “Antônio de Azevedo”; “Nysia Floresta”; “Joaquim Correia”; “Jacumaúma”; “Tenente Coronel José Correia”; “Auta de Souza”; “Capitão Mor-Galvão”; “Ferreira

263, além de criar a citada instituição, conferia homenagem, por aquele feito em prol da expansão da educação pública primária pela modalidade de grupo escolar e das respectivas oportunidades educacionais advindas com a abertura da instituição, ao então governador em exercício que estava a empreender tal ato:

Cria um grupo escolar na Vila de Nova Cruz, denominado Alberto Maranhão.

[...],

Decreta:

Art. 1º – É criado na Vila de Nova Cruz um grupo escolar denominado ‘Alberto Maranhão’ compreendendo duas escolas elementares, uma para cada sexo.

[...].

ALBERTO MARANHÃO

Francisco Pinto de Abreu. (RIO GRANDE DO NORTE, [1913a?], p. 76).

Nessa trilha que conectava os nomes da família que estava no poder, consideramos o Decreto N. 263, de 08 de Janeiro de 1912, assinado por Alberto Maranhão em seu segundo mandato, um dos momentos de ápice de sua vaidade, denunciada ao atribuir o seu próprio nome a espaços públicos, fazendo-se parte do *mundo* que ajudara a criar. (BRITO, 2012).

Assim, para além da ação de expandir para o interior do estado o raio de abrangência do sobrenome Albuquerque Maranhão, a criação do Grupo Escolar *Alberto Maranhão*, na Vila de Nova Cruz, ampliava o capital político da família ao passo que fortalecia o próprio nome na sociedade do Rio Grande do Norte naquelas primeiras décadas do século XX. Somando-se às lembranças já efetivadas por via dos nomes dos irmãos Augusto Severo e Fabrício Maranhão, Alberto efetivava uma atitude em torno do interesse toponímico, uma tentativa de serem eles próprios o *mundo* que conduziam.

---

Pinto”; e “José Rufino”, que serão discutidos conforme os imaginários toponímicos que se associam no próximo capítulo.

*Figura 4: Governador e Patrono Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão*



**Fonte:** Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte

O ato de criação do Grupo Escolar Alberto Maranhão evidencia, ou mesmo denuncia, a exacerbada necessidade, inerente àquele governador, de locupletar seu ego, transformando espaços públicos em espelhos de seu narcisismo. Contudo, esse “paroxismo da vaidade”, concretizado notoriamente pelos topônimos criados por Alberto Maranhão, sustentados pelo lastro de seu poder político e econômico irradiado da capital ao interior, à época já não passava incólume, despertava amplas e severas críticas da oposição desde o início de sua segunda administração à frente do Rio Grande do Norte.

E, conforme a prática denominativa transcorria natural e recorrentemente nos atos administrativos de Alberto Maranhão, solidificando o magma toponímico por eles constituído, as críticas de seus opositores também se tornavam mais sólidas, contundentes e recorrentes. Uma dessas críticas encontra-se revelada no soneto intitulado *Cinema...*, publicado na edição de 15 de setembro de 1909 do jornal *Diário do Natal*. O texto já nos dava conta do quanto se repetia o vaidoso hábito tão caro ao governador:

- Visitaste o hospital?
- Porque não? verdadeira novidade nesta capital tão progressista...
- Que lá viste demais?
- O nome das enfermarias: *Sta. Ignez e Sto. Alberto*.
- Ah! isto é porque ele já está (como direi ?...) canonizado protector da dança e da musica...

- Então não lhe satisfaz  
seu nome na enfermaria.  
- A vaidade voraz  
em tudo consentiria...  
contanto que o nome figure  
pela rua, na praça, hospital...  
inda mesmo que seja banal  
a coisa e que mui pouco dure.  
SCIPIO. (O HOSPITAL, 1909, p. 2).

Oportunamente publicado pelo jornal de reconhecida oposição ao governo, subscrito com o pseudônimo de *Scipio*, transcorridos apenas dois dias da inauguração de mais uma obra cujo nome faria ingressar no imaginário toponímico local outro membro da organização familiar Albuquerque Maranhão, o Hospital Juvino Barreto, o soneto *Cinema...* remete ataques diretos às recentes atitudes vaidosas de Alberto Maranhão e faz uma espécie de apanhado de outras semelhantes. Na mesma edição em que publicou o soneto, o Diário do Natal trouxe matéria em que elegeu problematizar a criação de instituições e o processo adotado para a toponimização de certas espacialidades.

Em certo momento, atribuir a espaços os nomes de seus entes, assegurando a inscrição da lembrança de sua família e de sua própria lembrança na memória coletiva local, já não era mais suficiente ao governador, ele desejava ocupar os corações de todos os norte-rio-grandenses ou, ao menos, figurar ostentado no peito de muitos, fim para o qual criou a medalha de mérito Alberto Maranhão, que guardava na simbologia da condecoração a lembrança de Alberto como representante do máximo louvor concedido pelo Estado ao detentor de honroso mérito.

Por via de atitudes como essa, em 1913, ano da sucessão de Alberto Maranhão, a organização familiar Albuquerque Maranhão, atingiu o cume de seu poderio, controlando significativo estrato dos cargos políticos e comissionados do estado e vultosas riquezas econômicas, e figurando nas espacialidades da capital e do interior por via da toponímia.

Com essa auto-homenagem, concretizada pela promoção do próprio nome como patrono de um grupo escolar, poderia parecer que se dava o último ato em torno do engrandecimento do nome de sua organização familiar. Contudo, o último acréscimo àquele imaginário toponímico, que inaugurou o hábito de denominar por homenagens os grupos escolares no Rio Grande do Norte, aconteceu no também

último ano da segunda administração de Alberto Maranhão e fora dedicado àquele que favoreceu a sua ascensão política, seu irmão e mentor Pedro Velho.

Para Alberto Maranhão, não fora suficiente que já houvesse uma vila, uma praça, um monumento e algumas ruas no Rio Grande do Norte com o topônimo Pedro Velho, parecia-lhe ainda necessária outra homenagem, que completaria o círculo das principais referências políticas de sua organização familiar e prestava ao irmão um último reconhecimento.

A criação do Grupo Escolar Pedro Velho propiciava a mais um Albuquerque Maranhão ser lembrado na memória e na fachada de uma instituição de ensino, inscrevendo Pedro no grupo já composto por Augusto Severo, Fabrício Maranhão e o próprio Alberto Maranhão, os quais, por força desses patronatos, passavam a figurar também como referência de intelectualidade, de conhecimento, como ícones da educação. A seguir, o decreto de criação do Grupo Escolar Pedro Velho.

DECRETO N. 286 DE 10 DE JULHO DE 1913

Cria na cidade de Canguaretama, um grupo escolar denominado 'Pedro Velho'.

[...].

Decreta:

Art. 1º – É criado, na cidade de Canguaretama, um grupo escolar denominado 'Pedro Velho', compreendendo quatro escolas, sendo duas do sexo masculino, uma do sexo feminino e outra mista infantil.

[...].

ALBERTO MARANHÃO

Galdino dos Santos Lima (RIO GRANDE DO NORTE, 1914, p. 136).

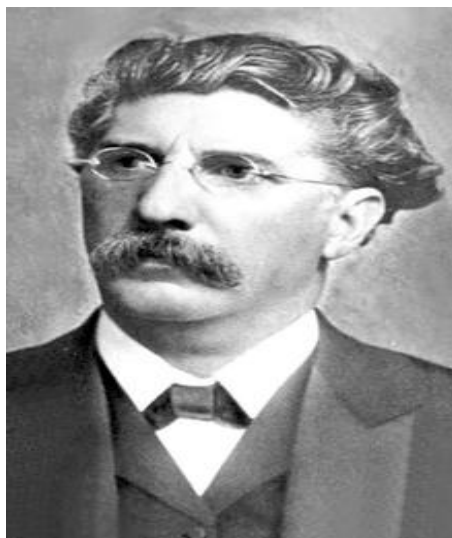
O Decreto estadual N. 286, de 10 de julho de 1913, é promulgado em resposta a uma representação interposta pelo presidente da Intendência do município de Canguaretama ao governador e dá conta da criação, da denominação e da caracterização do Grupo Escolar *Pedro Velho* naquela cidade. Tal ato poderia ser apenas rotineiro na administração pública, afinal era sobremaneira natural àquela época de expansão da educação pública um intendente requerer ao governador a criação de uma instituição de ensino na cidade que administra, entretanto há um fato curioso e até mesmo pitoresco a ser ressaltado neste caso: é que à época – já havia vinte anos – o presidente da Intendência de Canguaretama era o senhor Fabrício Maranhão.

Esse detalhe confere grande peculiaridade ao caso porque, como numa retribuição de gentileza fraterna, um irmão presidente de intendência municipal, no

gozo de suas prerrogativas legais, solicita ao outro irmão governador do estado que use a máquina pública para homenagear outro irmão de ambos, tal qual já havia sido feito na Vila *Pedro Velho*, com a criação do Grupo Escolar *Fabrício Maranhão*. O fato torna-se extremamente peculiar por repetir um expediente que em primeira ocorrência já era demasiado esdrúxulo apenas com uma inversão de posições nos mesmos nomes do espaço urbano e do grupo escolar, fazendo mais uma vez encontraram-se na memória espacial os irmãos Pedro Velho, Fabrício e Alberto Maranhão.

O objetivo de encerrar a compreensão desse imaginário toponímico a partir da representação em torno da figura de Pedro Velho encontra causalidade na qualidade atribuída àquele: artífice do regime republicano no Rio Grande do Norte. Confundindo-se, assim, com a consolidação de sua liderança e de sua parentela à frente da administração pública estadual por cerca de 2 (duas) décadas.

Figura 5: Patrono Pedro Velho de Albuquerque Maranhão



**Fonte:** Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte

A compreensão de Pedro Velho como artífice da República no Rio Grande do Norte, permite-nos entender que as homenagens que inscreveram o nome de sua organização familiar, por meio da celebração dos nomes de seus membros mais representativos em significativas espacialidades do estado, por via do já descrito processo de toponimização, só foram possíveis porque calcadas no lastro de organização e segurança administrativa que havia sido planejado e deixado por ele.



Foi sobre esse lastro que o governador Alberto Maranhão, herdeiro político de Pedro Velho, pode construir as muitas homenagens ao irmão e líder, naquele momento reconhecido e tomado como patrono de um grupo escolar, bem como a vários outros Albuquerque Maranhão. Aquela e todas as outras homenagens a Pedro Velho constituíam uma espécie de agradecimento do irmão e governador, Alberto Maranhão, por todos os benefícios que lhe havia favorecido.

Desses benefícios, destaquemos oportunamente alguns momentos emblemáticos da carreira política de Alberto Maranhão favorecidos pela atuação direta de Pedro Velho, como em 1897, quando mudanças foram feitas na legislação eleitoral, abrindo-lhe o caminho para o cargo de governador, diminuindo a exigência etária legal para assumir aquele cargo, de 35 para 25 anos. Em 1907, o destaque é para o grande interesse em ampliar o prazo de mandato do governador de quatro para seis anos, o que tinha como objetivo favorecer Alberto Maranhão, que se preparava para voltar a chefiar o poder executivo no estado entre 1908 e 1913.

Assim se explica a devota gratidão do irmão mais jovem a seu mentor e precursor. Seu conjunto de atos administrativos, de robusta vaidade e igualmente robusta relevância para a composição de um imaginário toponímico que exaltasse a sua organização familiar, só foram possíveis devido ao aparelhamento político e econômico conduzido pelo líder maior, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, em defesa dos interesses de seu grupo, operacionalizado por ações e acomodações de vários correligionários em cargos políticos e administrativos da esfera estadual. Para Arrais; Andrade; Marinho (2008), Pedro Velho é o exemplo singular de liderança e:

[...] continuidade política mais ilustrativa do Rio Grande do Norte. De 1892 até sua morte, [...] o médico Pedro Velho de Albuquerque Maranhão comandara os rumos do estado do Rio Grande do Norte. Descendente do antigo tronco dos fundadores da capitania, cujos interesses foram se radicando principalmente na agricultura de cana-de-açúcar, com ramificações na zona da mata norte de Pernambuco, Pedro Velho foi o artífice do regime republicano no estado, firmando um poder sólido, depois de um período de abalos e ajustes entre a política local e o poder federal, consagrando-o como chefe político de uma oligarquia [...]. (ARRAIS; ANDRADE; MARINHO, 2008, p. 67).

A influência política e o poderio econômico de Pedro Velho ganhou tamanha proporção que, ao final do século XIX, a organização familiar Albuquerque Maranhão “[...] já dominava a Intendência de Natal, a de Canguaretama, o Correio Central, o

Poder Legislativo, o Senado e a Câmara Federal. Faltava, apenas, dominar mais diretamente o governo do Estado.” (SOUZA, 1989, p. 169). Mas Pedro Velho conseguiu suprir com sobras essa lacuna, por sua própria eleição e pela determinação de toda a sua sucessão, composta respectivamente por Ferreira Chaves (1896 – 1900); Alberto Maranhão (1900 – 1904); Augusto Tavares de Lyra (1904 – 1906); Antônio de Melo e Souza (1907 – 1908); e Alberto Maranhão (1908 – 1913). Assim, pode-se afirmar que Pedro Velho dominou o governo do Rio Grande do Norte desde o momento inicial do seu mandato de governador e até muito além do término dele.

E, conforme anteriormente mencionamos, a realização desse ímpar feito político, desse continuísmo pedrovelhista, só foi possível concretizar pela destacável habilidade para a utilização de toda sorte de articulações e mecanismos requeridos para a sustentação dessa continuidade, pelo agenciamento de cargos políticos eletivos e administrativos e estabelecimento de vários acordos monopolistas, firmados claramente em prol dos aliados, familiares e correligionários, contribuindo decisivamente para a solidez financeira necessária ao grupo político que liderava a política estadual.

Contudo, não se pode assegurar que sempre tenha sido preservado igual respeito pelos interesses da população como beneficiária natural e legalmente constituída das obras e serviços do Estado nessas gestões. À medida que avançamos em nossas análises do jogo de interesses que movia tais empreendimentos, entendemos que os protagonistas das cenas política e econômica da sociedade norte-rio-grandense, já naquela época, agiam associados, sempre com objetivo de efetivar seus próprios interesses, de modo a tornar suas atividades cada vez mais lucrativas.

Assim, no início da Primeira República, alinharam-se com os Albuquerque Maranhão os abastados cujas riquezas advinham das cadeias produtivas do açúcar e do sal; já ao final do mesmo período o “ouro branco” que enchia os bolsos dos produtores de algodão custeou o crescimento do grupo político emergente do Seridó. Tais empresários almejavam ter também na administração quem defendesse seus interesses.

No âmbito das denominações que foram iniciadas por e com aquele grupo político, quando observados os esforços envidados para a abertura do vigésimo

quinto e último grupo escolar criado naquela administração estadual (1908 – 1913), tornam-se notórios tanto a referência direta à cultura política que fora determinante para a presença da organização familiar que a conduziu, como um processo de fechamento em torno dos mesmos nomes.

Nessa perspectiva, a Nova História Política se apropria do imaginário pela via da linguagem, numa análise que apreende topônimos diferentes como constituintes de um mesmo processo de significação, constitutivos de um mesmo campo semântico, por vinculação a um referente comum. Assim, o(s) sobrenome(s) *Albuquerque Maranhão* coligados aos diversos nomes dos vários membros da família, ganham existência semântica própria, tornam-se um ente pela linguagem, que fornece

[...] a possibilidade de tratar as significações que ela acompanha como um conjunto formado por termos determinados, rigorosamente cingíveis, cada um idêntico a si e distinto de todos os outros, separáveis e separados. E é essencial que forneça sempre a possibilidade de que novos termos venham a emergir, que as relações entre termos existentes sejam redefinidas, portanto, também que os termos existentes, inseparáveis de suas relações, o sejam. (CASTORIADIS, 1982, p. 398).

Na representação, dirigida por Fabrício Maranhão, cujo atendimento se deu por decreto assinado pelo irmão Alberto Maranhão, o requerido era a criação de um grupo escolar que carregaria o nome de outro irmão de ambos, Pedro Velho, considerado o arquiteto político daquela organização familiar. Com esse “encontro” fraterno registrado de ofício, concluía-se mais um mandato dos Albuquerque Maranhão, com uma reverência à própria cultura política que os viabilizou no poder por tanto tempo.

Porém, para os Albuquerque Maranhão, o ano de 1913 foi tenso por causa do processo sucessório da administração pública estadual. Era um ano crucial para a definição dos rumos políticos do Rio Grande do Norte nos quatro subsequentes. Na prática, estavam em risco as aspirações dos Albuquerque Maranhão de continuar no poder após a sucessão de Alberto. Já havia duas décadas, os familiares ou seus prepostos políticos conseguiam vir mantendo em poder da organização familiar todas as regalias advindas do controle do cargo de maior autoridade, à frente das

principais decisões no Rio Grande do Norte. Parecia-lhes mesmo quase irreal a possibilidade de perderem tantos benefícios a que estavam acostumados.

Essa excessiva autoconfiança não permitiu ao governador perceber as instabilidades no terreno político sob seus pés. A sua imagem e de sua organização familiar apresentavam-se fragilizadas, questionadas pelas contundentes e cada vez mais rotineiras críticas dos opositoristas aos abusos de poder cometidos em sua administração. Os monopólios do açúcar e do sal, o agenciamento dos cargos comissionados e eletivos, bem como de outros recursos advindos das obras governamentais – convenientemente dirigidas por aliados – eram alvos fáceis para a turba dos descontentes.

Se antes Alberto Maranhão procurava ignorar os comentários sobre os seus mandos e desmandos à frente do governo estadual, isso já não era mais possível porque os descontentamentos não ecoavam somente entre membros da oposição, que já criticavam clara e abertamente inclusive as práticas do governador de denominar os espaços com os nomes dos membros de sua organização familiar. Havia se constituído àquela altura um coro crítico à liderança de Alberto Maranhão e este era endossado, principalmente, por seus correligionários seridoenses insatisfeitos com aquela realidade monopolizada, o que fez despontar

[...] no seio do partido governamental, articulada pela facção do Seridó, a candidatura alternativa do desembargador Joaquim Ferreira Chaves [...]. Sentindo-se fraco para impor seu candidato ao partido, o governador resolveu consultar a cúpula federal, na esperança de conseguir respaldo 'de cima'. Esta era, aliás, uma etapa necessária no ritual de escolha do candidato naqueles Estados que, como o Rio Grande do Norte, ocupavam uma posição subalterna no seio da federação oligárquica. A indicação do governador teria que obedecer a um complicado jogo de interesses que incluía, além das conveniências dos grupos dominantes locais, as imposições da camada dirigente que dominava a política federal. (SPINELLI, 2010, p. 44).

As cenas que compuseram o processo de sucessão eleitoral caracterizaram paulatinamente um momento de clivagem, no qual pudemos visualizar o reescalonamento de poderes mobilizados em defesa dos interesses envolvidos, que muito em breve levaria a uma reordenação política à frente do estado. O modo como se deu a sucessão evidenciou uma questão de altíssima importância: mais uma vez, como fez Pedro Velho, no momento em que deixou o poder em 1895, foi impositivo

“apartar o sangue”. Outra etapa do processo de sucessão do governador, revelada nas palavras de Spinelli, dá-se pela necessidade do amparo federal para a escolha do candidato. A *posição subalterna* ocupada pelo Rio Grande do Norte no cenário político e econômico brasileiro impunha aos políticos locais a dependência da “benção maior” daqueles que determinavam a política nacional.

Invertendo a ótica, para Ferreira Chaves, o momento era proporcionalmente promissor e desafiador, pois apesar de ter ocupado a posição de um fiel *attaché* daquela organização familiar durante muitos anos, fora sempre visto como um coadjuvante na cena política estadual e agora vislumbrava a oportunidade de estabelecer-se protagonista. Mas claramente não seria – e não foi – fácil o caminho para que Chaves conseguisse ocupar pela segunda vez o cargo de governador do estado. Em 1895, quando eleito pela primeira vez, havia sido o nome indicado pelo próprio Pedro Velho para sucedê-lo, como uma alternativa para que este pudesse continuar tendo voz determinante no governo; agora seu nome era sustentado por um grupo que se insurgia contra a dominação dos Albuquerque Maranhão.

O caminho que fizera de Ferreira Chaves o legítimo representante de parte da ala situacionista contou com forte oposição do capitão José da Penha, figura que ingressa naquele cenário político trazido pelo contexto das *salvações nacionais* instituídas durante a administração do Marechal Hermes da Fonseca, em razão da fragilidade de suas bases políticas. Popularizou-se com o nome de *salvações nacionais* um movimento, apoiado pelo setor militar, que tinha o objetivo de interferir na política dos estados, buscando retirar do poder as organizações familiares que dominavam os governos locais, havia décadas, e favorecer para que em seu lugar se fizessem dominantes grupos que apoiassem o presidente. Com a denominação oficial de *re-saneamento político*<sup>3</sup>, a política das *salvações* encontrou em políticos-militares como José da Penha, a representação típica do salvador, incumbido de libertar seu estado dos “eternos” domínios familiares.

Desta feita, o norte-rio-grandense e deputado pelo estado do Ceará, José da Penha, centralizou a oposição no processo eleitoral de sucessão do governador Alberto Maranhão:

---

<sup>3</sup> Uma discussão mais detalhada sobre as “salvações” militares pode ser encontrada em: SOUZA, Maria do C. C. de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**, p. 162-226.

[...] com a receptividade de elementos oposicionistas locais (entre os quais contavam-se os Dr.s Almeida Castro, Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, Érico Souto, Homem de Siqueira, Virgílio Bandeira e João Gurgel), lançou o nome do tenente Leônidas Hermes da Fonseca (filho do presidente da República) ao governo estadual esperando contar com apoio federal, decisivo no episódio das “salvações” que atingiram outros Estados do Norte e Nordeste do país. (SPINELLI, 2010, p. 44).

A política salvacionista inviabilizou que o sucessor de Alberto Maranhão tivesse laços consanguíneos com a organização familiar de Pedro Velho, contudo assumiu o poder alguém que até então parecia-lhes confiável. Era alguém que poderia confundir a opinião pública e, como já fizera antes, manter a administração estadual preparada para ser novamente assumida por um Albuquerque Maranhão em momento futuro. Entretanto, eram outros tempos e foi nas mãos de “outro” Ferreira Chaves que recaiu a “liderança” e a condução dos rumos do Rio Grande do Norte naquele momento de sua história. Segundo informa Itamar de Souza, ainda houve um membro da organização Albuquerque Maranhão que pleiteou, sem sucesso, a indicação do próprio nome para concorrer a tão almejado cargo:

Tavares de Lyra quis ser o candidato ao governo do Estado. Entretanto, a onda de “Salvação”, trazida para o Rio Grande do Norte pelo capitão José da Penha, era um sério obstáculo à eleição de mais um membro da oligarquia Albuquerque Maranhão. A hora era de camuflar, lançando a candidatura de um *attaché* [...]. (SOUZA, 1989, p. 180).

Inviabilizado o nome de Tavares de Lyra, o “consenso” se deu entre as lideranças municipais da “confiança” do governador Alberto Maranhão, para a eleição de seu substituto, em torno do nome de Ferreira Chaves, o que pretendia ser uma espécie de camuflagem frente aos obstáculos criados pelas “salvações nacionais” no Rio Grande do Norte, que combatiam a eleição de mais um membro da “família do tesouro”.

Por estratégia de sobrevivência política, os Albuquerque Maranhão “aceitaram” a indicação do nome de Ferreira Chaves para suceder Alberto, parecia no momento ser a alternativa mais viável para um futuro retorno de um Albuquerque Maranhão ao governo estadual. Vale ressaltar que, antes da aceitação da candidatura de Ferreira Chaves, dois nomes despontaram na preferência do governador Alberto Maranhão:

Tudo indica que os nomes da preferência de Alberto Maranhão para realizar a operação de “apartar o sangue” eram os de Pedro Soares ou Antônio de Souza. Mas, até que um desses nomes fosse indicado oficialmente pelo partido, era necessário vencer algumas etapas. Começaram, então, a se apresentar dificuldades que surpreenderam a facção no poder. (SPINELLI, 2010, p. 43).

Com o afastamento dos nomes que no momento melhor respondiam aos anseios do governador Alberto Maranhão, Ferreira Chaves foi conduzido à posição de candidato situacionista, com forte apoio dos políticos seridoenses, sendo eleito sem concorrência com cerca de 11.536 votos, 62,44% do eleitorado naquele ano. Talvez a votação não tenha sido mais expressiva por causa de um manifesto lançado, às vésperas da eleição, por José da Penha, que compreendeu a estratégia de Alberto Maranhão em fazer de Ferreira Chaves mais uma vez um *attaché* da sua organização familiar e solicitou a seus correligionários que se abstivessem dos votos naquele pleito.

É válido ressaltar que na fase preparatória do processo eleitoral, momento em que os partidos escolheriam internamente seus candidatos, em consulta feita na capital federal pelo deputado seridoense José Augusto Bezerra de Medeiros a mando do governador Alberto Maranhão, Ferreira Chaves teve o aceno positivo para o lançamento de seu nome, como o candidato situacionista no Rio Grande do Norte, por uma cúpula nacional do Partido Republicano Federal, representada pela pessoa do influente senador Pinheiro Machado – amigo do próprio Ferreira Chaves.

A análise do cenário político aqui descrito possibilita-nos entender que, mesmo sem alterar radicalmente, num primeiro momento, a realidade política dominante no Rio Grande do Norte, a atuação de José da Penha, pelo menos, causou forte repercussão sobre uma parcela considerável da opinião pública, a qual se manifestava insatisfeita com a dominação empreendida durante décadas, pelos Albuquerque Maranhão e seus correligionários:

[...] o capitão José da Penha viera fazer a ‘salvação’ do Rio Grande do Norte. Apresentou como seu candidato o tenente Leônidas Hermes, seu amigo, e filho do marechal Hermes da Fonseca, então presidente da República. Devido à forte influência que o senador Pinheiro Machado exercia no marechal Hermes, o tenente Leônidas cá não veio submeter o seu nome ao veredicto das urnas. Por isso, o desembargador Ferreira Chaves foi eleito governador sem

concorrente, uma vez que os adversários optaram pela abstenção no dia da eleição. (SOUZA, 1989, p. 331).

Apesar dos vários episódios em torno da campanha salvacionista promovida por José da Penha no Rio Grande do Norte, a empreitada não logrou êxito, o deputado não conseguiu minar o prestígio do grupo situacionista frente ao homem de maior confiança e influência sobre a administração de Hermes da Fonseca. Foi tamanha a importância do apoio dado por Pinheiro Machado aos situacionistas que, lembremos, o dileto senador convenceu o presidente da República a sequer cogitar a candidatura do próprio filho ao governo do estado, apresentada por José da Penha como sendo a solução. Naquele instante, isso fazia parecer que tinham caído por terra todos os esforços de José da Penha para retirar do poder o grupo liderado pelos Albuquerque Maranhão.

Em outros estados, o movimento das “Salvações Nacionais” foi bastante eficaz e destituiu do poder administrativo estadual organizações familiares que tornavam hereditários aqueles cargos e deles se beneficiavam havia longos anos. Nos casos de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Pará e Ceará, foram respectivamente derrubadas, ao tempo das “salvações do Norte”, as organizações familiares Rosa e Silva; Malta; Venâncio Neiva; Lemos; e Aciole. No Rio Grande do Norte, para surpresa dos Albuquerque Maranhão e de seus correligionários, eleito para a sua segunda administração, Ferreira Chaves deu início ao processo de ruptura com os principais membros da família, o que causou ampla reordenação no poder estadual e iniciou a abertura de caminhos para a constituição de outro imaginário toponímico.

A compreensão dessa mudança de imaginário instaurada sobre a espacialidade norte-rio-grandense durante a última década da Primeira República, requer que consideremos que, nem a saída dos Albuquerque Maranhão do domínio do poder central do estado, nem a chegada do grupo político do Seridó àquele poder maior, deram-se em fluxo contínuo e/ou linear. O caminho dessa mudança fez-se em uma clivagem que culminou com o grupo do Seridó no poder, visibilizado aqui pelos topônimos atribuídos a grupos escolares e outras espacialidades, os quais denotam essa mudança no eixo político que passou a dirigir o Estado durante os últimos momentos da Primeira República, sobretudo por via dos atos administrativos daqueles que sucederam Alberto Maranhão à frente do governo. São novos



protagonistas demarcando os grupos escolares com novos nomes e imaginários pelo uso dos mesmos velhos expedientes.

Ferreira Chaves chegou ao seu segundo mandato de governador sem ser visto pelos Albuquerque Maranhão como um potencial obstáculo aos seus interesses de continuidade, entretanto tomou posse do cargo com largo apoio – a ser retribuído – do grupo político seridoense que despontava com força expressiva e interesses conflitantes com os dos oligarcas da capital. Assim, em termos práticos, torna-se o responsável pela ruína das relações políticas, econômicas e culturais que davam sustentação à organização familiar dominante.

Depois de 1913, a criação de novos grupos escolares foi gradualmente diminuindo em número e frequência, porém continuou a apresentar um caráter difuso quanto aos imaginários toponímicos. Localizados no interior e na capital do Estado, grupos escolares criados nesse período receberam denominações que não mais prestavam reverência à organização familiar Albuquerque Maranhão. Contudo, a cultura política vigente, conduzida por um federalismo centrífugo que concentrava o poder no Estado-membro da União, acabou por torná-los objetos de outros interesses, porém, tendo em comum a política e o poder local. Com vistas à conquista e/ou à manutenção do poder e em busca do apoio de correligionários, não raro, os grupos escolares surgidos nesse período traziam marcadas em seus topônimos, as alianças políticas que sustentavam o governo central, por via da deferência a lideranças locais.

Ao favorecimento da compreensão desse momento histórico de transição do apoio correligionário para a centralidade da administração pública está destinado o próximo capítulo, no qual esclarecemos como a cultura política foi determinante para a implementação de imaginários toponímicos alicerçados nos poderes políticos local e nacional na História da Educação do Rio Grande do Norte entre 1908 e 1930.

A decorative border made of light brown, stylized scrollwork or vine-like patterns, framing a central rectangular area. The border is symmetrical and ornate, with multiple loops and curves.

### Capítulo 3

*Em nome(s) da política  
nos Grupos Escolares  
(1908 – 1930)*

## EM NOME(S) DA POLÍTICA NOS GRUPOS ESCOLARES (1908-1930)

Decreto N. 193, de 13 de Março de 1909

Cria na cidade de Acari um grupo escolar denominado TOMAZ de ARAÚJO

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, usando da atribuição conferida pela Lei n. 249, de 22 de Novembro de 1907 e de acordo com o art. 4º do Decreto n. 178, de 29 de Abril de 1908, DECRETA:

Art. 1º – É criado na cidade de Acari um grupo escolar denominado “Tomaz de Araújo”, compreendendo uma escola masculina, uma feminina e uma mixta infantil.

Art. 2º – O grupo funcionará no próprio município, sito à rua “Tomaz de Araújo”, que a Intendência do Município obriga-se a preparar e mobiliar conforme as instruções da Diretoria Geral da Instrução Pública.

Art. 3º – Incumbem-se ao Governo do município todas as despesas referentes à conservação e asseio do prédio, bem como aquisição e renovação de utensílios.

Art. 4º – A Intendência fornecerá o expediente necessário às aulas, confiando o serviço de asseio a um porteiro-zelador, que ficará às ordens do Diretor do Grupo.

Art. 5º – Cada aula terá uma matrícula máxima de 40 alunos, suprimindo-se a escola cuja frequência reduzir a um terço.

Art. 6º – O Governador do Estado subvencionará o professorado, mediante contrato anual enquanto não forem diplomados alunos pela Escola Normal.

Art. 7º – Será suprimido o Grupo, quando não preencher as condições de conforto e higiene, por incúria da municipalidade.

Art. 8º – A administração, fiscalização e regulamentação didática pertencem exclusivamente ao Diretor Geral da Instrução Pública que visitará semestralmente as mesmas escolas.

Art. 9º – Todas as relações entre o município e o grupo escolar serão exercidas por intermédio do diretor geral, ao qual serão presentes os pedidos e reclamações em bem do ensino.

Art. 10º – O Diretor Geral da Instrução organizará o regimento do grupo escolar nos moldes do “Augusto Severo”, apenas com a modificação aconselhada pelas condições locais, consolidando as leis em vigor e regulando minuciosamente a parte pedagógica.

Art. 11º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 13 de Março de 1909, 21º da República.

ALBERTO MARANHÃO.

Henrique Castriciano de Souza (RIO GRANDE DO NORTE, 1909c, p. 64-65).

Em 13 de março de 1909, pelo Decreto N. 193, a escola graduada primária de modalidade grupo escolar continuava o seu processo de expansão no Rio Grande do Norte, por meio da criação e nomeação do Grupo Escolar *Tomaz de Araújo*, na cidade de Acari.

Pelo Decreto que cria e nomeia o Grupo Escolar *Tomaz de Araújo*, verificamos que há outro imaginário toponímico presente numa mesma cultura política, distinto do já assinalado nos primeiros grupos escolares, o qual remetia à organização familiar Albuquerque Maranhão. Por essa perspectiva, observamos que, com a continuidade da expansão da escola graduada primária, pela criação de mais grupos escolares, também existiu um processo de mudança ao instaurar um imaginário toponímico em torno de referenciais oriundos dos interesses da política local fazendo-se compreender o entendimento problematizado por Berstein (1998) de que a evolução das culturas políticas

[...] não resulta apenas de uma adaptação necessária a circunstâncias forçosamente mutáveis. Ela depende também da influência de que possam exercer as culturas políticas vizinhas, na medida em que estas parecem trazer respostas baseadas nos problemas que se deparam às sociedades num dado momento da sua evolução.” (BERSTEIN, 1998, p. 358).

Nesse sentido, pelo Decreto N. 193, de 13 de março de 1909, em homenagem a Tomaz de Araújo, inclusive situado à rua homônima, rememorava-se a liderança seridoense, natural de Acari, a ser o primeiro presidente da Província do Rio Grande do Norte, logo após a Independência do Brasil. Agradava-se ali, em parte, às lideranças políticas seridoenses, constituindo-se assim uma possibilidade de influência ou apoio a ser conquistado pela organização familiar Albuquerque Maranhão.

A relevância conferida à região Seridó pelas relações políticas fora também percebida, ainda naquele ano de 1909, por meio das criações dos grupos escolares *Senador Brito Guerra* na cidade de Caicó (Decreto N. 189, de 16 fev. de 1910) e *Coronel Mariz* na Vila de Serra Negra (Decreto N. 202, de 2 jul. de 1910) compreendendo-se assim uma tríade de homenagens à sujeitos expoentes da política seridoense nas dimensões nacional, estadual e local, mesmo que nem todos fossem naturais da região.

A referência ao nome do padre e Senador Francisco de Brito Guerra está para além de sua origem de nascimento, que data do ano de 1777, na fazenda Jatobá, no município de Campo Grande, que não integra o Seridó norte-rio-grandense. Contudo, foi no Seridó que Brito Guerra tornou-se um expoente da religiosidade e das letras, assim como tenaz representante de uma tradição política

oriunda daquela espacialidade.<sup>4</sup> Como sacerdote também contribuiu consideravelmente para a formação de muitos seridoenses, desde que fixou residência em Caicó, quando fundou

[...] uma escola de Latim, a qual prestou inestimáveis serviços à instrução em toda a zona do Seridó. Essa escola, na qual o zeloso sacerdote lecionava inteiramente grátis a bela língua do Lácio a numerosos alunos que, depois, ingressaram nos seminários ou em outros estabelecimentos de ensino, foi a precursora da futura cadeira de Gramática Latina, criada a 7 de agosto de 1832, pelo governo regencial do império, graças à sua benéfica influência política. (LIMA; VERAS, 2012, p. 229).

Aquela atuação política também encontra amparo para ser considerada digna de homenagem, sobretudo, por sua dedicação ao processo que definiu os limites do Seridó potiguar com a província da Paraíba durante a quarta década do século XIX. À época, o padre Brito Guerra transitou entre a política local/estadual e nacional, ingressando na política da província do Rio Grande do Norte, elegendo-se

suplente de deputado geral na legislatura de 1830-1833 e, por morte do deputado José Paulino de Albuquerque Almeida, tomou parte nos trabalhos da Câmara dos Deputados do império, de 1831 a 1833. Candidatando-se deputado à 3ª legislatura, de 1834 a 1837, conseguiu ser eleito. Foi, ao mesmo tempo, escolhido deputado provincial e, neste caráter, presidiu a abertura da Assembleia Legislativa da província, a 2 de fevereiro de 1835. Em 1837, aumentando cada vez mais o seu prestígio, foi eleito senador pelo Rio Grande do Norte e, a 12 de julho desse ano, tomava posse neste alto cargo, na capital do império. (LIMA; VERAS, 2012, p. 229).

Já o *Coronel Mariz*, que fora escolhido o patrono do grupo escolar criado para a Vila de Serra Negra, constitui no imaginário toponímico a valoração do líder político local, cujo nome significava a garantia de apoios nos percursos eleitorais de sustentação para os grupos principais que dirigiam a administração pública. Assim, ao escolhê-los como patronos para grupos escolares, estaria a liderança do governador Alberto Maranhão optando por reconhecer a relevância dos seridoenses na política. A escola pública graduada, que se expandia com a criação de mais unidades, respondia, em parte por meio de sua denominação, à cultura política sustentada pelo expoente poder local das organizações familiares.

---

<sup>4</sup> Mais informações disponíveis em: MEDEIROS NETA, Olivia Moraes. Francisco de Brito Guerra e a Vila do Príncipe (Rio Grande do Norte, Século XIX). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. **Anais...**, 2009. p. 1-11.

Naquele mesmo contexto, verificamos que o imaginário toponímico de valorização da política local poderia também se alicerçar em acontecimentos de relevância histórica que gerassem identificação dos sujeitos de determinada espacialidade para com as instituições, uma vez que na elaboração dos imaginários, a sociedade “[...] se dá imediatamente como existência de uma quantidade de termos ou de entidades de diferentes ordens.” (CASTORIADIS, 1982, p. 211). Foi o caso da visibilidade almejada pela criação do segundo grupo escolar do Estado do Rio Grande do Norte, pelo Decreto N. 180, de 15 de novembro de 1908, portanto no mesmo dia do aniversário da Proclamação da República:

Cria na cidade de Mossoró um grupo escolar denominado ‘Trinta de Setembro’.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, usando da atribuição conferida pela lei n. 249 de 22 de Novembro de 1907 e de acordo com art. 4º do decreto n. 178 de 29 de Abril do corrente ano, DECRETA:

Art. 1º – É criado na cidade de Mossoró um grupo escolar denominado ‘Trinta de Setembro’ compreendendo uma escola masculina, uma feminina e uma mista infantil.

Art. 2º – O grupo funcionará no próprio município sito à praça ‘Pedro Velho’, que a Intendência do município obriga-se a preparar e mobiliar conforme as instruções da Diretoria Geral da Instrução Pública.

Art. 3º – Incumbe ao governo do município todas as despesas referentes à conservação e asseio do prédio, bem como aquisição e renovação de utensílios.

Art. 4º – A Intendência fornecerá o expediente necessário às aulas, confiando o serviço de asseio a um porteiro-zelador que ficará às ordens do diretor do grupo.

Art. 5º – Cada aula terá uma matrícula máxima de trinta alunos, suprimindo-se a escola cuja frequência reduzir-se à um terço.

Art. 6º – O Governador do Estado subvencionará o professorado, mediante contrato anual, enquanto não forem diplomados alunos pela Escola Normal.

Art. 7º – Será suprimido o grupo, quando não preencher as condições de conforto e higiene por incúria da municipalidade.

Art. 8º – A administração, fiscalização e regulamentação didática das escolas, pertence exclusivamente ao diretor geral da Instrução Pública.

Art. 9º – Todas as relações entre o município e o grupo escolar serão exercidas por intermédio do diretor geral, ao qual serão presentes os pedidos e reclamações em bem do ensino.

Art. 10 – O diretor geral da Instrução organizará o regimento dos grupos escolares nos moldes do ‘Augusto Severo’, apenas com a modificação aconselhada pelas condições locais, consolidando as leis em vigor e regulando minuciosamente a parte pedagógica.

Art. 11 – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 15 de Novembro de 1908, 20º da República.  
ALBERTO MARANHÃO.  
Joaquim Soares R. da Câmara. (RIO GRANDE DO NORTE, 1909e, p. 51-52).

O Grupo Escolar *Trinta de Setembro*, criado na cidade de Mossoró em homenagem ao dia em que o município comemora a libertação de todos os escravos desde o ano de 1884 – dividindo com Fortaleza, capital do Ceará, a precedência do importante feito –, encontra-se com a história nacional por via da data de sua criação, a 15 de novembro de 1908, aniversário do Regime Político nacional que havia proporcionado uma maior autonomia local dos entes federados que o compunham, e respectivamente maior poder de atuação às elites que comandavam cada um dos Estados.

Neste Decreto N. 187, de 15 de novembro de 1908, visualizamos também parte da mesma sistematização de funcionamento que havia sido ordenada quando da criação e nomeação do Grupo Escolar Modelo Augusto Severo. A criação deste segundo grupo escolar traz como fundamento para a sua efetivação a Lei N. 249, de 22 de Novembro de 1907, que autorizou a reforma da instrução no Rio Grande do Norte, e o art. 4º do decreto N. 178, de 29 de Abril do mesmo ano, que determinou a criação de um grupo escolar em cada sede de comarca. Ainda no Decreto que criou o Grupo Escolar Trinta de Setembro, verificamos a sua peculiar localização estando situado à praça Pedro Velho, em homenagem àquele que é considerado o artífice da República no Estado.

A contiguidade estabelecida entre essas duas referências demonstra-se importante pelo encontro, na concretude da espacialidade, de um fato de vultosa relevância para a política do país com a organização familiar Albuquerque Maranhão, por via dos topônimos atribuídos respectivamente à praça localizada na parte central da cidade de Mossoró na primeira década do século XX e ao primeiro grupo escolar criado naquela cidade.

Assim, essa cultura política que dialogava por interesses locais que recaiam sobre os imaginários das denominações dos grupos escolares foi repetida largamente pela organização familiar Albuquerque Maranhão até o ano de 1913, agradando correligionários, muitos dos quais pertenciam às descendências das

elites que estavam a ser homenageadas e, por meio de tais homenagens, (re)afirmadas no imaginário local.

Por essa ordem das relações políticas que se delineavam na convivência entre quem estava à frente do poder no momento e aqueles que detinham controle sobre os votos necessários para manter tal posição e assegurar também a manutenção dos cargos sob sua liderança, foram também lembrados e ingressaram para a história do Estado, noutras espacialidades, mas sob a mesma perspectiva da criação dos grupos escolares, outros nomes que não homenagearam a organização familiar Albuquerque Maranhão, fator este que evidencia a possibilidade de convivência de imaginários toponímicos diferentes que se associam por determinação de/e numa mesma cultura política.

Nesse íterim, o diálogo que se estabelece entre várias denominações, remete-nos a um apontamento de Castoriadis (1982), bastante salutar para a nossa compreensão sobre se a cultura política é fator determinante dos imaginários toponímicos dos grupos escolares. Tal apontamento nos alerta que, para formar tal compreensão, devemos observar “[...] se estas significações, ou estas organizações, apresentam caracteres comuns ou mantêm entre elas relações exploráveis e quais.” (CASTORIADIS, 1982, p. 386).

Por essa perspectiva, a organização familiar Albuquerque Maranhão que mantinha o seu domínio político entre o litoral leste e o Agreste potiguar, precisava de apoios e votos de outras espacialidades para continuar a manter a sua liderança. Logo, a denominação de grupos escolares foi um expediente utilizado com frequência, em parte para agradar a outras lideranças políticas pela visibilidade de nomes que tinham importância e eloquência para e sobre a população. Nessa dinâmica, ainda em 1909, foram criados os grupos escolares *Antônio Carlos* (Decreto N. 194, de 15 mar. De 1910); *Almino Alfonso* (Decreto N. 196, de 21 abr. de 1910); *Barão de Mipibú* (Decreto N. 204, de 12 ago. de 1910), respectivamente na Vila de Caraúbas, na Cidade de Martins e na Cidade de São José de Mipibú.

E o mesmo imaginário toponímico alicerçado na política local continuou a ser expandido em 1910, com a criação dos grupos escolares *Moreira Brandão* (Decreto N. 220, de 7 de maio de 1911); *Antônio de Azevedo* (Decreto N. 225, de 8 jul. de 1911); *Nysia Floresta* (Decreto N. 226, de 8 de jul. de 1911); e *Joaquim Correia* (Decreto N. 226, de 8 de jul. de 1911), respectivamente na Vila de Goianinha, na



Cidade de Jardim do Seridó, na Vila de Papary e na Cidade de Pau dos Ferros. Sendo os grupos escolares Antônio de Azevedo e Capitão-Mor Galvão constituintes de um processo de fortalecimento da política oriunda da espacialidade seridoense, compondo só para aquele recorte já cinco grupos escolares criados, fato este que era maior em quantidade inclusive do que as homenagens à organização familiar Albuquerque Maranhão que contava com dois patronos em 1910.

Para aquele ano de 1910, também verificamos um alargamento nos interesses contemplados nas representações locais, perceptível quando numa espacialidade um nome que se destacara por sua relevância no mundo letrado e na representação das mulheres suplantou referências políticas e rompeu uma rígida hegemonia patriarcal observada nas homenagens feitas até então. A lembrança do nome de Nysia Floresta Brasileira Augusta<sup>5</sup> que era o pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto era a referência a uma eloquente escritora e defensora da causa feminista no século XIX.

Decreto n. 226 de 8 julho de 1910  
Cria um grupo escolar denominado 'Nysia Floresta' na Vila de Papary.  
[...],  
DECRETA:  
Art. 1º – É criado na Vila de Papary um grupo escolar denominado 'Nysia Floresta' compreendendo duas escolas elementares e uma mista infantil.  
[...].  
ALBERTO MARANHÃO  
Joaquim Soares R. da Camara. (RIO GRANDE DO NORTE, 1911d, p. 80).

A homenagem ao nome de Nysia Floresta para o topônimo do grupo escolar de Papary superava o pouco tempo de vida no lugar em que nasceu, sendo maior o reconhecimento que os seus conterrâneos lhe dedicavam. Nesse sentido, reconhecer Nysia Floresta como a primeira mulher a ser patrona de um grupo escolar no Rio Grande do Norte desperta uma dúvida se a homenagem era enobrecida pela escritora e/ou pela liderança e destaque internacional na luta em benefício dos direitos das mulheres. Com aquele 12º grupo escolar, o nome de Nysia Floresta era inscrito também na História da Educação do Rio Grande do Norte,

---

<sup>5</sup> Mais informações disponíveis em: DUARTE, Constância Lima. Narrativas de viagem de Nísia Floresta. **Via Atlântica**, n. 2, p. 58-75, 1999.

sendo também a pioneira num conjunto de homenagens dominada majoritariamente por homens, que também dominavam a política e a lembrança aos nomes de seus pares.

No ano de 1911, com mais criações de grupos escolares também ocorrera a continuidade dos referenciais que compunham esse imaginário toponímico de valorização dos interesses que poderiam servir à política local. Com os grupos escolares *Tenente Coronel José Correia* (Decreto N. 254, de 11 ago. de 1912); *Capitão-Mor Galvão* (Decreto N. 256, de 25 nov. de 1912); *Ferreira Pinto* (Decreto N. 257, de 25 nov. de 1912); e *José Rufino* (Decreto N. 258, de 11 dez. de 1912), respectivamente na Cidade de Assú, na Vila de Currais Novos, na Cidade de Apodi e na Vila de Angicos, percebemos a repetição do hábito de denominar pelo conagraçamento com lideranças políticas masculinas que haviam se destacado em suas espacialidades locais.

Naquele mesmo ano, verificamos a existência de um segundo grupo escolar do Rio Grande do Norte a homenagear uma mulher. Pelo Decreto N. 255, de 19 de outubro de 1911, a escritora *Auta de Souza* foi tomada como patrona do grupo escolar da cidade de Macaíba, onde nascera e onde vivia sua família, reconhecida pelo destaque de seus membros na intelectualidade norte-rio-grandense. A jovem, que era contemporânea da criação dos grupos escolares, faleceu em 1901 e era irmã dos políticos e intelectuais Elói de Souza e Henrique Castriciano.

Ainda em 1911, o imaginário toponímico, a mover-se pelos interesses políticos locais, alargou-se ao homenagear uma figura cuja importância não tinha origem na elite política sediada em famílias com poder local.

Decreto N. 243 de 4 de Março de 1911

É criado na Vila de Arez um Grupo Escolar denominado *Jacumaúma*. O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, usando da atribuição conferida pelo Código do Ensino vigente:

Decreta:

Art. 1º – É criado na Vila de Arez um Grupo Escolar denominado ‘*Jacumaúma*’ compreendendo duas escolas elementares, uma para cada sexo.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, 4 de Março de 1911, 23º da República.

ALBERTO MARANHÃO.

Francisco Pinto de Abreu. (RIO GRANDE DO NORTE, 1912f, p. 59).

Com o Decreto N. 243, de 1912, a criação do Grupo Escolar *Jacumaúma*, na Vila de Arez, dedicou homenagem a um líder indígena do século XVII que fora destaque na ocupação das terras onde se constituiu a primeira comunidade da futura Vila de Arez, sendo assim o reconhecimento àquele que seria considerado o “fundador” da espacialidade.

No ano de 1912, outro líder indígena foi homenageado pela criação e denominação do Grupo Escolar *Felipe Camarão* para a Cidade de Ceará-Mirim (Decreto N. 266, de 23 de mar. 1 de 1912), fazendo assim continuar o hábito denominativo iniciado em 1911 pela lembrança do nome de Jacumaúma. Com nome de nascimento Poty (camarão) e depois Antônio, quando batizado e convertido ao catolicismo, adotou o “Felipe Camarão” para unir uma homenagem ao então rei de Portugal D. Felipe II (1598 – 1621) com o seu nome indígena. Felipe Camarão que nasceu em terras do município de Ceará-Mirim foi uma forte liderança contra as invasões holandesas ocorridas no século XVII.

No mesmo ano, outros dois grupos escolares deram continuidade à majoritária composição do imaginário toponímico daquelas instituições cujos nomes guardavam referências às lideranças políticas locais. Por essa ordem, os grupos escolares *Coronel Fernandes* (Decreto N. 265, de 20 jan.) e *Dr. Octaviano* (Decreto N. 275, de 18 set. 1912), respectivamente localizados nas Vilas de Luiz Gomes e São Gonçalo representavam o fortalecimento dessa cultura política pela qual a liderança alçada ao poder “dialogava” por meio dos topônimos com diversos grupos políticos.

Ainda no ano de 1912, observamos mais um alargamento no padrão denominativo dos grupos escolares quando foi criado o segundo grupo escolar para a capital do Rio Grande do Norte. Essa História da Educação contada pelo processo de atribuição de nomes às instituições que representavam a expansão da moderna escola graduada primária através dos grupos escolares, pela primeira vez tomou como patrono uma liderança religiosa que não assumiu cargos políticos. Pelo Decreto N. 277-B de, 28 de novembro, era o Frei Miguelinho, nascido Miguel Joaquim de Almeida Castro, em 17 de novembro de 1768, então homenageado:

Cria o grupo escolar ‘Frei Miguelinho’ no bairro do Alecrim.  
O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, usando da atribuição que lhe confere o Código de Ensino,

Decreta:

Art. 1º – Fica criado um grupo escolar no bairro do Alecrim, denominado Frei Miguelinho, compreendendo três escolas, duas elementares – uma para cada sexo – e uma mista infantil.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, Natal, 28 de Novembro de 1912, 24º da República.

ALBERTO MARANHÃO.

Francisco Pinto de Abreu. (RIO GRANDE DO NORTE, [1913d?], p. 94).

O Frei Miguelinho<sup>6</sup>, que fazia parte de uma prole de nove irmãos, dos quais três eram também pertencentes à mesma carreira eclesiástica, foi figura de destaque na Revolução Pernambucana do ano de 1817 ao fazer parte do movimento insurgente que lutara pela independência do Brasil. (CRUZ, 2005).

Conforme Lima e Veras (2012), Miguelinho fazia parte de um grupo de homens com formação sacerdotal a demonstrar forte interesse por assuntos políticos, mesmo não assumindo cargos relativos:

Todos os que estudam a História do Brasil não ignoram a grande influência que tiveram os sacerdotes nos movimentos revolucionários que visavam à independência de nossa pátria, particularmente na Inconfidência Mineira e na Revolução Pernambucana de 1817. Em 6 de março de 1817, rompe em Pernambuco a Revolução Pernambucana, que facilmente saiu vitoriosa no Recife. Organizado governo provisório, sob chefia do padre João Ribeiro Pessoa, frei Miguelinho foi nomeado secretário desse governo. A sua escolha para cargo com tanta relevância e de tanta responsabilidade é uma prova indiscutível do prestígio que ele gozava na capital pernambucana. [...]. Desenvolveu grande atividade como secretário do Governo, organizando uma constituição provisória, baseada em princípios democráticos e prestando inestimáveis serviços à causa da revolução. A contrarrevolução triunfou e frei Miguelinho foi preso [...]. O processo foi rápido e Miguelinho foi condenado à morte. No dia 12 de junho de 1817, no Campo da Pólvora, na cidade do Salvador, Frei Miguelinho foi fuzilado. (LIMA; VERAS, 2012, p. 141-142).

Terminava ali, em vida, a luta do potiguar Frei Miguelinho pela independência do Brasil. Entretanto, dado o triunfo republicano, ele “renasce” para a história que resgata a sua memória e o seu nome por muitas homenagens prestadas

---

<sup>6</sup> Para pesquisas sobre Miguelinho como um dos heróis e mártires da Revolução Pernambucana de 1817, como conta a história tradicional, mas também o homem culto, o intelectual e o professor admirado ver: MOREIRA, Keila Cruz. **Padre Miguelinho**: o intelectual, o professor, o revolucionário □ vozes que se fazem ouvir. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

no início do século XX. Tornando-se patrono do Grupo Escolar Frei Miguelinho, para além do reconhecimento à sua liderança política e eclesiástica, ganhava notoriedade também sua atuação como professor de Retórica no Seminário de Olinda-Pernambuco. (CRUZ, 2005).

Com a homenagem a Frei Miguelinho já contavam-se vinte e um grupos escolares cujo imaginário toponímico era alicerçado na manutenção das relações políticas locais, todos criados só no segundo governo de Alberto Maranhão, que somados aos outros quatro grupos escolares que elevaram o nome da organização familiar Albuquerque Maranhão, completavam aquele que havia sido o pilar pioneiro e parte do segundo pilar a compor o magma toponímico daquelas escolas graduadas primárias do Rio Grande do Norte. (Quadro 1).

Quadro 1: Grupos Escolares criados no primeiro governo de Antônio de Souza e segundo governo de Alberto Maranhão (1908 – 1913)

Nº	Grupo Escolar	Localização	Legislação
1	Augusto Severo	Natal (Cidade)	Decreto N. 174, 5 mar. 1908
2	Trinta de Setembro	Mossoró (Cidade)	Decreto N. 180, 15 nov. 1908
3	Senador Guerra	Caicó (Cidade)	Decreto N. 189, 16 fev. 1909
4	Tomaz de Araújo	Acari (Cidade)	Decreto N. 193, 13 mar. 1909
5	Antônio Carlos	Caraúbas (Vila)	Decreto N. 194, 15 mar. 1909
6	Almino Afonso	Martins (Cidade)	Decreto N. 196, 21 abr. 1909
7	Coronel Mariz	Serra Negra (Vila)	Decreto N. 202, 2 jul. 1909
8	Barão de Mipibú	São José de Mipibú (Cidade)	Decreto N. 204, 12 ago. 1909
9	Moreira Brandão	Goianinha (Vila)	Decreto N. 220, 7 maio 1910
10	Fabício Maranhão	Pedro Velho (Vila)	Decreto N. 224, 8 jul. 1910
11	Antônio de Azevedo	Jardim do Seridó (Cidade)	Decreto N. 225, 8 jul. 1910
12	Nysia Floresta	Papary (Vila)	Decreto N. 226, 8 jul. 1910
13	Joaquim Correia	Pau dos Ferros (Vila)	Decreto N. 234, 10 nov. 1910
14	Jacumaúma	Arez (Vila)	Decreto N. 243, 4 mar. 1911
15	Ten. Cel. José Correia	Assú (Cidade)	Decreto N. 254, 11 ago. 1911
16	Auta de Souza	Macaíba (Cidade)	Decreto N. 255, 19 out. 1911
17	Capitão-Mor Galvão	Currais Novos (Vila)	Decreto N. 256, 25 nov. 1911
18	Ferreira Pinto	Apodi (Cidade)	Decreto N. 257, 25 nov. 1911
19	José Rufino	Angicos (Vila)	Decreto N. 258, 11 dez. 1911
20	Alberto Maranhão	Nova Cruz (Vila)	Decreto N. 263, 8 jan. 1912
21	Coronel Fernandes	Luiz Gomes (Vila)	Decreto N. 265, 20 jan. 1912
22	Felipe Camarão	Ceará-Mirim (Cidade)	Decreto N. 266, 23 mar. 1912
23	Dr. Octaviano	São Gonçalo (Vila)	Decreto N. 275, 18 set. 1912
24	Frei Miguelinho	Natal (Cidade)	Decreto N. 277-B, 28 nov. 1912
25	Pedro Velho	Canguaretama (Cidade)	Decreto N. 286, 10 jul. 1913

Fonte: Legislação do Estado do Rio Grande do Norte.

A criação desse considerável número de instituições exigiu do Diretor Geral da Instrução Pública, o professor Manoel Dantas<sup>7</sup>, um regulamento específico – Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas (1913) – para cuidar de todas as demandas políticas, administrativas e pedagógicas dos grupos escolares e escolas isoladas, constituindo-se obra escrita pelo professor Nestor dos Santos Lima, então ocupante do cargo de diretor do Grupo Escolar Modelo.

Com o encerramento do segundo governo de Alberto Maranhão e início da segunda administração de Ferreira Chaves (1914 – 1919), além da descontinuidade do posicionamento subserviente à organização familiar Albuquerque Maranhão também existiria mudança no concernente ao intuito de expandir a escola graduada primária de modalidade grupo escolar, bem como mudanças nos padrões nominativos até então predominantes.

Se na cultura política o segundo governo de Joaquim Ferreira Chaves representou o seu rompimento de servidão ao grupo de que fez parte e que liderou politicamente a administração estadual por cerca de vinte anos, inscrito na dinâmica de um federalismo centrípeto, o qual conferia forte poder às organizações familiares; a tendência à descontinuidade de paradigmas também fora observada no seu agir administrativo na área da educação, quando refreou o fluxo de criação dos grupos escolares, demonstrando predileção pelas escolas primárias de modalidade isolada.

Para os grupos escolares, além do processo de retração quanto ao número de unidades criadas, sendo 7 (sete) em quatro anos, enquanto no governo antecessor haviam sido 25 (vinte e cinco) em seis anos, observamos também um processo de mudança quanto ao imaginário que prevaleceu a partir do primeiro grupo que fora criado em 1914:

Decreto N. 26 de 7 de Dezembro de 1914

Cria na cidade de Santa Cruz um grupo escolar, denominado 'Quintino Bocayuva'.

O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, usando da atribuição conferida pelo Código de Ensino vigente,  
DECRETA:

---

<sup>7</sup> Mais informações acerca de Manoel Dantas como Diretor da Instrução Pública no Rio Grande do Norte disponíveis em: MORAIS, Isabela Cristina Santos de. **A atuação de Manoel Dantas na instrução pública norte-riograndense (1897-1924)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

Art. 1º – É criado na cidade de Santa Cruz um grupo escolar, denominado ‘Quintino Bocayuva’, compreendendo duas escolas elementares, uma para cada sexo.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 7 de Dezembro de 1914, 26º da República.

JOAQUIM FERREIRA CHAVES.

Hemeterio Fernandes R. de Mello. (RIO GRANDE DO NORTE, 1915, p. 104).

Com a homenagem ao nome de Quintino Bocayuva tomava-se como modelo o imaginário toponímico que se fundamentava na evocação de figuras de eloquência nacional, sendo este o reconhecimento à atuação do importante político e jornalista quando da Proclamação da República. Esse padrão nominativo, recorrente no segundo governo de Ferreira Chaves, foi uma exceção no governo de Alberto Maranhão que contou com raras homenagens aos nomes de Nysia Floresta e Frei Miguelinho.

Em 1916, verificamos a principal contribuição de Ferreira Chaves para a educação do Rio Grande do Norte ao decretar a reforma que reorganizou o ensino primário, secundário e profissional. Pela Lei N. 405, de 29 de Novembro de 1916, que reformou o ensino público, os grupos escolares aparecem na base da organização geral: “Art. 3º – A base da organização geral do ensino público é o ensino primário, ministrado em grupos escolares e escolas isoladas, por meio de cursos graduados: infantil, elementar e complementar.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 38).

As condicionantes para a existência dos grupos escolares foram também objetos da mesma legislação, sendo dedicado todo um artigo para tratar desta modalidade de escola:

Art. 4º – Os grupos escolares serão constituídos pela reunião de três ou mais escolas, regidas cada uma por um ou mais professores, compreendendo os cursos infantil e elementar, sob a direção de um funcionário administrativo.

§ 1º – Os grupos escolares serão criados e mantidos pelo governo do Estado nos municípios que concorrerem para o seu estabelecimento.

§ 2º – Os grupos escolares funcionarão como tais enquanto a matrícula mínima de alunos em cada aula for superior a vinte e a média de frequência não baixar de quinze.

§ 3º – Si a média de matrícula ou frequência em cada escola baixar do número estabelecido no parágrafo antecedente, o Governador do Estado, poderá decretar a suspensão; as outras escolas que ficarem,

desde que sejam em número inferior a três, passarão ao regime de escolas isoladas. (RIO GRANDE DO NORTE, 1917, p. 39).

Apesar da ampla discussão sobre a criação e continuidade da existência de um grupo escolar (quantidade de escolas e professores, administração, responsabilidade por sua manutenção, condições para funcionamento a partir do número de matrículas e frequências), não verificamos menção a quaisquer indícios sobre o seu processo de denominação, fator este que fortalece a nossa análise pelo entendimento de que os imaginários toponímicos dos grupos escolares eram estabelecidos a partir da cultura política praticada por cada grupo que prevaleceu.

Ainda naquele mesmo ano foi criado o segundo grupo escolar do governo de Joaquim Ferreira Chaves, ato em que percebemos um processo de continuidade do imaginário toponímico inaugurado no governo de Alberto Maranhão em conformidade com os interesses movidos pela política local:

Decreto N. 59 de 7 de Dezembro de 1916  
 Cria na Vila de Areia Branca um grupo Escolar.  
 O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, usando da atribuição que lhe confere o Código do Ensino vigente,  
 DECRETA:  
 Art. 1º – É criado na Vila de Areia Branca um grupo escolar denominado ‘Conselheiro Brito Guerra’.  
 Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.  
 Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 7 de Dezembro de 1916, 28º da República.  
 JOAQUIM FERREIRA CHAVES.  
 Horácio Barreto de P. Cavalcanti. (RIO GRANDE DO NORTE, 1916, p. 177).

A homenagem ao magistrado e político Dr. Luiz Gonzaga de Brito Guerra registra uma trajetória vivida entre o município de Campo Grande, onde nasceu, e a região do Seridó, onde foi morar desde criança e recebeu parte de sua formação educacional do influente tio, o padre e político Francisco de Brito Guerra. O Conselheiro Brito Guerra, prestou notáveis serviços à Província do Rio Grande do Norte e teve atuação distinta na magistratura, chegou a ser Ministro do Supremo Tribunal de Justiça entre 1886 e 1888. Aquele reconhecimento também proveio do hábil trânsito do patrono por múltiplas espacialidades, seja do contexto local ou no cenário nacional.



Tal prática nominativa poderia em muito corroborar com o processo de fortalecimento político de Ferreira Chaves, que buscava àquela altura desvincular seu nome da sua antiga liderança. No caminho da coadjuvância para a centralidade do poder, necessitava ele dos mesmos expedientes que o aproximariam de outras lideranças políticas do Rio Grande do Norte. Para tanto, recorrendo a essa estratégia nominativa de valorização de um imaginário toponímico pela exaltação de representações locais, alianças foram criadas ou fortalecidas na esteira da criação de outros três grupos escolares – Meira e Sá, na Vila de Santana do Matos (1918); Padre Cosme, na Vila de São Miguel (1918) e Tito Jácome, na Vila de Augusto Severo (1919).

Porém o imaginário toponímico dedicado aos patronos com reconhecimento nacional foi a escolha mais recorrente naquele governo de Ferreira Chaves, o que pode indicar a necessidade de se afastar cada vez mais das práticas que em muito poderiam lhe associar à organização familiar Albuquerque Maranhão, compondo assim parte de uma sociedade construída por um imaginário que é “[...] toda vez instituição de um magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um mundo de significações.” (CASTORIADIS, 1982, p. 404.).

Estando Ferreira Chaves cada vez mais distante daquele grupo político, não destinou qualquer homenagem à família Albuquerque Maranhão ou à sua própria parentela nos grupos escolares. À sua família, numa rara exceção, prestou homenagem a seu neto Cincinato Galvão Ferreira Chaves, denominando Vila Cincinato a residência oficial do governador.

Assim, a exemplo do Grupo Escolar Quintino Bocayuva, outros dois grupos escolares foram criados com referências nominativas a figuras de larga representatividade nacional. O Decreto N. 86, de 8 de janeiro de 1919, estabeleceu como patrono do grupo escolar da Vila de Taipú, o líder abolicionista Joaquim Nabuco. Já o Decreto N. 87, de 13 de janeiro de 1919, rendeu homenagem a José Maria da Silva Paranhos Júnior, com a criação do Grupo Escolar *Barão do Rio Branco*, no então Distrito de Parelhas, à época pertencente ao Município de Jardim do Seridó, perfazendo assim os 7 (sete) grupos escolares criados por Ferreira Chaves (Quadro 2).

Quadro 2: Grupos Escolares criados no segundo governo de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1919)

Nº	Grupo Escolar	Localização	Legislação
1	Quintino Bocayuva	Santa Cruz (Cidade)	Decreto N. 26, 7 dez. 1914
2	Conselheiro Britto Guerra	Areia Branca (Vila)	Decreto N. 59, 7 dez. 1916
3	Meira e Sá	Santana do Matos (Vila)	Decreto N. 74, 16 mar. 1918
4	Padre Cosme	São Miguel (Vila)	Decreto N. 85, 4 dez. 1918
5	Joaquim Nabuco	Taipú (Vila)	Decreto N. 86, 8 jan. 1919
6	Barão do Rio Branco	Parellhas (Distrito do Município de Jardim do Seridó)	Decreto N. 87, 13 jan. 1919
7	Tito Jácome	Augusto Severo (Vila)	Decreto N. 92, 3 abr. 1919

**Fonte:** Legislação do Estado do Rio Grande do Norte.

No segundo mandato de Ferreira Chaves existiu uma forte aproximação com o grupo político do Seridó que era liderado por José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, aproximação esta que já reconhecia a relevância do algodão seridoense para a economia do Rio Grande do Norte ao ponto de mandar construir a Estrada de Automóveis do Seridó para um melhor escoamento de tão valioso produto.

Para a sucessão de Joaquim Ferreira Chaves no governo do Rio Grande do Norte, no período de 1920 a 1923, foi eleito o seu correligionário Antônio José de Mello e Souza. A continuidade do grupo político de Ferreira Chaves à frente do poder demonstrava cada vez mais o afastamento dos ex-correligionários que o haviam inserido na política estadual.

Na segunda administração de Antônio José de Mello e Souza, considerado responsável pela institucionalização da escola graduada primária de modalidade grupo escolar no Rio Grande do Norte, verificamos não ser prioridade a destinação de recursos para a criação de mais unidades dessa modalidade de escola. A partir de 1920, o governo de Antônio José de Mello e Souza demonstrou predileção por escolas de modalidade rudimentar, que demandavam menos recursos e poderiam funcionar até em casas minimamente mobiliadas, fato este que contrastava com a necessidade de vultosos recursos direcionados à construção e funcionamento dos grupos escolares. Para esses investimentos em benefício da expansão da escola primária para todos, justificou o governador Antônio de Souza a larga procura por parte da população:

Todos querem escolas e quando, aqui e ali, o Estado encontra alguém mais ou menos capaz de regê-las e as cria, a afluência é imediata e numerosa; basta dizer que escolas rudimentares abertas há poucos meses, já tem frequência diária de 40 a 50 alunos. Noutras, os professores, no caso as professoras, lutam com embaraço para atender até a moças e rapazes, que procuram a instrução elementar. (RIO GRANDE DO NORTE, 1922, p. 13).

Assim, como no seu primeiro governo (1906 – 1908), o seu segundo governo (1920 – 1923) foi uma administração de um único grupo escolar, totalizando 2 (dois). Se na primeira administração havia uma relação de subserviência para com o grupo político que era seu correligionário, inclusive indicando a homenagem do primeiro grupo escolar para Augusto Severo, na segunda já havia um protagonismo político dividido com o antecessor Joaquim Ferreira Chaves. Nesse sentido, alinhados no modo de condução à frente dos poderes político e administrativo, também o eram na forma de toponimizar um grupo escolar. Antônio José de Mello e Souza seguiu o mesmo padrão nominativo de imaginário toponímico com exaltação a vultos nacionais inaugurado por Ferreira Chaves quando da criação do Grupo Escolar Quintino Bocayuva em 1914:

Decreto N. 198, de 16 de Fevereiro de 1923

Cria na cidade de Macau um grupo escolar com a denominação de 'Duque de Caxias'.

O Governador do Estado, atendendo ao que solicitou a Intendência Municipal de Macau, tendo em vista a informação do diretor geral da Instrução Pública e de acordo com o disposto pelos arts. 9 e 11 da Lei do Ensino,

Decreta:

Art. 1º – É criado na cidade de Macau um grupo escolar, com a denominação de 'Duque de Caxias', o qual começará a funcionar com três escolas, sendo uma elementar masculina, uma elementar feminina e uma infantil mista.

§ 1º – Essas escolas serão providas de conformidade com o art. 73 da lei do Ensino.

§ 2º – Fica marcado dia 2 de Abril próximo para a inauguração do estabelecimento e abertura das aulas.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, em 26 de Fevereiro de 1923, 35º da República.

ANTÔNIO JOSÉ DE MELLO E SOUZA.

Augusto Leopoldo R. da Camara. (RIO GRANDE DO NORTE, 1924a, p. 96).

Por esse Decreto, observamos que o único grupo escolar que fora criado na segunda administração de Antônio José de Mello e Souza inseria-se no mesmo

imaginário toponímico de exaltação a “vultos nacionais”, amplamente difundido no governo antecessor. Assim, a homenagem ao militar e político Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias que apresentou fortes ligações com a Monarquia, poderia ser um indício de que o rechaço que retirou das espacialidades do Rio Grande do Norte, logo após a Proclamação da República, os topônimos adotados em referência ao Império<sup>8</sup> poderia estar começando a ser rompido.

Ademais, a título de expansão da escola primária em grupos escolares, o segundo governo de Antônio de Souza apenas criou alguns cursos complementares em unidades que já existiam, sendo elas o Frei Miguelinho, por meio do Decreto N. 133 de 1921; o Augusto Severo, pelo Decreto N. 158 de 1921; e o Alberto Maranhão, o Tenente Coronel José Correia, o Almino Afonso, o Senador Guerra, o Barão de Mipibú, o Felipe Camarão e o Duque de Caxias, segundo o Decreto N. 220 de 1923.

Concomitantemente às atuações de Joaquim Ferreira Chaves e de seu sucessor Antônio José de Mello e Souza, houve gradativa mudança do eixo de dominação no cenário político estadual. A organização familiar Albuquerque Maranhão, cujo poder político e econômico abrangia especialmente a capital e suas adjacências e sustentava-se majoritariamente dos benefícios obtidos com o monopólio das cadeias produtivas de açúcar e de sal marinho, foi paulatinamente perdendo o lugar de protagonismo que ocupava<sup>9</sup>, sem se afastar prontamente de todos os cargos na administração pública – senador, deputado, ministro –, mas dando lugar à ascensão do grupo político oriundo do Seridó e representante da atividade econômica que à época mais gerava lucros ao Rio Grande do Norte:

Enquanto a oligarquia Maranhão dominou a política do Estado, as atenções do governo voltaram-se para o agreste e litoral, onde se produziram o açúcar e o sal respectivamente. Com a eleição de José Augusto ao governo do Estado, o poder político deslocou-se para o Seridó algodoeiro e pecuário. Esse fato coincidiu com a conjuntura nacional bastante favorável à expansão da produção algodoeira [...]. (SOUZA, 1989, p. 341).

---

<sup>8</sup> Para uma melhor compreensão desse imaginário toponímico que prevaleceu sobre as espacialidades do Rio Grande do Norte quando da Proclamação da República ver o capítulo 1 - Em nome(s) da República, na dissertação intitulada “*Em nome(s) dos interesses: imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República*”, (BRITO, 2012).

<sup>9</sup> No lugar político de oposição, os primos Tavares de Lyra e Alberto Maranhão fundaram o jornal “*A Opinião*” no ano de 1919, que servira também para atacar o governador Ferreira Chaves, sendo aquele um período marcado por acusações recíprocas.

Essa clivagem política e econômica que destacamos até o momento não se deu de forma passiva através da transição pontuada pelos governos de Ferreira Chaves e Antônio de Souza. Não era intuito de Chaves guardar lugar para que um “correligionário” seridoense assumisse o governo. Sua pretensão era a de candidatar-se para tomar, pela terceira vez, na eleição de 1923, o controle do executivo estadual, após o encerramento do mandato de Antônio José de Mello e Souza.

Os anseios presentes nos processos de sucessão do cargo de governador do Rio Grande do Norte, na eleição de Antônio José de Mello e Souza (1919), após findo o segundo mandato de Ferreira Chaves, e ao final de seu mandato, na eleição de 1923, foram objeto de análise de Spinelli, na qual ressaltou a reordenação ocorrida no cenário político estadual, tomando os Albuquerque Maranhão na condição de opositores:

Em 1920, Joaquim Ferreira Chaves impôs seu candidato à própria sucessão, Antônio de Souza, um ex-aliado dos Maranhão que havia governado o Estado em 1906-1908, completando o mandato de Tavares de Lyra, que se afastara para assumir o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores no governo de Afonso Pena, que então se iniciava. Os Maranhão reagiram articulando um partido de oposição, o Partido Republicano do Rio Grande do Norte, pelo qual apresentaram a candidatura do Dr. João Dionysio Filgueira, derrotado por Souza. Chaves fez-se eleger senador para o período seguinte (1920-1928) e conservou a direção do partido, mantendo-se dessa forma, na chefia política do Estado. Assim como tinham feito os Maranhão, ele se preparava para voltar ao executivo estadual no quadriênio seguinte. (SPINELLI, 2010, p. 51).

Na convenção partidária que definiu o candidato situacionista ao governo do estado para as eleições de 1923, constituído à época como a maior liderança do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte (PRF), Ferreira Chaves viu seu nome ser consagrado. Mas lançada a candidatura, Chaves enfrentou forte reação opositiva em razão de seus manifestos interesses, oposição que neste caso não fora compreendida, como havia de se supor, pela organização familiar Albuquerque Maranhão, ao contrário, os entraves ao intento do principal líder político do partido advinham de seus correligionários, quadro diametralmente equivalente ao que o levou à eleição em 1913. Mais uma vez o rechaço partiu da elite seridoense, que já não se contentava apenas em liderar o cenário econômico e determinar

indiretamente, de forma subsidiária, os rumos políticos do estado. Os seridoenses queriam também para si o controle direto da administração pública, “fazendo um dos seus Governador”.

Para isso, as articulações necessárias à derrubada de Ferreira Chaves foram mobilizadas, Segundo Spinelli, por José Augusto e Juvenal Lamartine, apoiados no raio local por alguns coronéis seridoenses, dentre os quais destacaram-se Adonias Galvão, Miguel Teixeira e Joel Damasceno; no plano nacional, os opositores de Chaves, recorreram ao bom trânsito que possuíam junto ao Presidente da República, Artur Bernardes:

Ferreira Chaves não conseguirá se impor na política estadual instituindo sua própria oligarquia, como era seu plano. Na verdade, os *coronéis* do Seridó representavam a forma mais incisiva de contraposição à oligarquia Maranhão, tanto em 1913/1914 como em 1923/1924, quando neste último embate conduzem José Augusto ao governo estadual. Não se quer dizer que formalizando a oposição, essa facção seridoense promovesse uma cesura completa com as forças políticas do litoral. Na verdade, o *sistema político do Seridó* assimilou elementos da oligarquia Maranhão. (MACÊDO, 2005, p. 195).

A consolidação da candidatura situacionista do deputado federal José Augusto para a disputa do governo, após a exclusão no nome de Ferreira Chaves fechava o período que englobou dois importantes ciclos nos quais a política do Rio Grande do Norte foi liderada, respectivamente, pelo litoral e pelo sertão:

Era chegada a hora de completar a virada que havia se iniciado em 1913/1914, removendo como um entulho o homem que fora instrumento, agente ativo e beneficiário daquelas mudanças. A oligarquia algodoeiro-pecuária exercia o poder agora sem intermediações, na pessoa de seus representantes diretos, homens afeitos à produção e ao comércio do algodão e à discussão de suas questões técnicas. Foi este o sentido da reviravolta de 1923/1924. (SPINELLI, 2010, p. 52).

As eleições de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, seu sucessor e também parente, ao posto de governador tornaram-nos os principais representantes e defensores da elite cotonicultora e seridoense à frente das decisões estaduais na última década da Primeira República. Em suas gestões o algodão não apenas subsidiou interesses de políticos para que estes respondessem

às demandas de uma elite, foi alçado a seu principal símbolo, pautou uma nova reordenação do poder político no espaço norte-rio-grandense. José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria eram ambos

[...] ligados à grande propriedade rural algodoeira-pecuária e formaram-se em Direito, em Recife. O primeiro era sobrinho-neto do coronel José Bezerra de Araújo Galvão que, [...] dominava vasto 'curral eleitoral' em Currais Novos. O segundo era genro do coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão, chefe político de Acari e irmão do 'coronel Zé Bezerra'. (MONTEIRO, 2002, p. 227).

O início da administração do governador eleito, José Augusto Bezerra de Medeiros (1924), revelou ampla dedicação aos assuntos educacionais. No percurso cumprido até 31 de dezembro de 1927, José Augusto ampliou a oferta de educação primária pelo aumento da quantidade de grupos escolares, escolas isoladas e escolas rudimentares, para tanto contou com a hábil colaboração de seu diretor do Departamento de Educação, o professor Nestor dos Santos Lima, que já no primeiro ano de trabalho junto ao novo governador reconheceu a importância do ensino ofertado nos grupos escolares para a prosperidade das pessoas:

A grande inovação da reforma do ensino de 29 de abril de 1908 foi a introdução do moderno tipo de escola graduada e extensa, conhecido por *grupo escolar*, que é o conjunto de várias escolas, seriadas nos conhecimentos, unificadas pela direção, mas, autônomas tecnicamente para a mais ampla transmissão de um saber organizado e gradual. [...] Necessário e imprescindível um conhecimento mais desenvolvido, embora elementar; sobre as múltiplas aplicações da ciência às exigências da vida cósmica, e da atividade social: e só o grupo escolar é que pode realizar esse *desideratum*, dada a amplitude e a eficácia do seu mecanismo educativo. (RIO GRANDE DO NORTE, 1924b, p. 6-7).

Contudo, com vistas a possibilitar um aumento da quantidade de ofertas de vagas em instituições espalhadas pelos lugares mais ermos do estado, buscando executar o objetivo “[...] do combate, sistemático, perseverante e sem tréguas à ignorância do povo.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1925c, p. 22), o governo estadual compreendeu que, não obstante o reconhecimento à imprescindível educação primária ofertada nos grupos escolares, otimizaria os recursos destinados à Educação aplicando-os em maior volume nas escolas rudimentares diurnas e

noturnas. O entendimento era de que esse modelo mais simples de escolas demandava menos investimentos e capilarizava a oferta de vagas.

Apesar dos grupos escolares não serem o principal foco da expansão da escola primária, conseguimos visibilizar certa retomada quanto ao processo de criação dessas instituições, certa vez que no governo antecessor (1920 – 1923) havia sido criado apenas uma unidade, enquanto no decorrer do governo de José Augusto sete grupos escolares foram criados e nominados mediante a cultura política que prevaleceu. Esse processo de retomada da expansão do ensino primário ofertado em instituições graduadas de modalidade grupo escolar aconteceu a partir do ano de 1925, com a abertura da primeira instituição desse tipo nesse governo, cujo nome homenageou a memória do falecido imperador do Brasil, D. Pedro de Alcântara, na passagem do seu primeiro centenário de nascimento:

Decreto N. 284, de 2 de Dezembro de 1925

Cria na cidade de Lages um grupo escolar denominado 'Pedro II'.

[...],

Decreta:

Art. 1 – Fica criado na cidade de Lages, um grupo escolar sob a denominação de 'Pedro II', com o número de cadeiras que for oportunamente fixado.

Art. 2 – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 2 de dezembro de 1925, 37 da república.

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS

Amphiloquio Carlos Soares da Camara (RIO GRANDE DO NORTE, 1926a, p. 204).

A comemoração ao centenário de nascimento de D. Pedro II marcada na denominação de um grupo escolar, coaduna-se ao mesmo imaginário toponímico que reconheceu sujeitos com destaque nacional, assim como fora com Quintino Bocayuva, Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco e Duque de Caxias. Segundo classificação de Dick para a composição do modelo taxenômico, seriam eles *historiotopônimos*, por serem constituídos pelas homenagens a presidentes, governadores, intendentess e outras figuras de relevância, “[...] evocadores de situações peculiares que se referem à própria constituição da vida nacional, do ponto de vista político ou de sua soberania [...]” (DICK, 1996, p. 234-235).

No entanto, por essa reverência a D. Pedro II visibilizamos, pelo menos no imaginário toponímico, o reaparecimento de uma alusão ao Império brasileiro, semelhante a outras que tinham sido apagadas das espacialidades do Rio Grande



do Norte, como mecanismo de afirmação e fortalecimento da República, ainda na última década do século XX. Esse processo de apagamento retirou a “presença” monárquica da memória espacial do estado pela destoponimização das cidades da Imperatriz e do Príncipe, da Vila Imperial de Papary e do Distrito de São João do Príncipe.

Considerando os processos de mudança ocorridos em torno do nome do grupo escolar em homenagem a D. Pedro II, concordamos com os estudos sobre imaginário protagonizados por Castoriadis (1982, p. 398) e sua relação com a língua, ao dizer que uma língua “[...] só é língua na medida em que novas significações, ou novos aspectos de uma significação, podem sempre nela emergir, e emergem constantemente.”

Ainda naquele ano de 1925 foi publicado pelo Departamento de Educação o novo Regimento Interno dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte, concernente ao ordenamento e ao norteamento da referida modalidade de escola em comum sintonia com a Lei estadual da Educação (Lei N. 405, de 1916).<sup>10</sup> O documento trazia entre os conteúdos a serem ensinados na 2ª classe do Curso Elementar dos grupos escolares alguns que destacamos por se aproximar da discussão que estamos a empreender com amparo na toponímia.

Nos estudos de *Geografia*, por exemplo, propunha-se apresentar a localidade do grupo escolar, sua posição no mapa do Estado e a notícia sucinta do Município em que se localiza o grupo escolar. (REGIMENTO INTERNO DOS GRUPOS ESCOLARES, 1925d, p. 65). Já os estudos de *História Pátria* estão divididos entre a história local e a história nacional:

Notícia sobre a fundação da localidade e seus protagonistas; razão do nome do lugar e fatos mais interessantes da sua história.  
O Rio Grande do Norte ao tempo da conquista: Mascarenhas Homem e Jeronymo de Albuquerque. Rio que dá nome ao Estado. A colonização: os bandeirantes. Invasão holandesa: Filipe Camarão. As lutas dos índios: Bernardo Vieira. O movimento de 1817: André de Albuquerque. Independência da Província. Principais governos provinciais. A guerra com o Paraguai: Ulysses Caldas e Baraúna Mossoró. A Abolição e a República: Pedro Velho. Os governadores do Estado, sob a República.

<sup>10</sup> Os regimentos internos das escolas Rudimentares, Isoladas e dos Grupos Escolares encontram-se disponíveis para consulta no Repositório de História e Memória da Educação (RHISME), vinculado ao Laboratório de História e Memória da Educação no Rio Grande do Norte (LAHMED). Disponível em: <http://lahmed.ce.ufrn.br/jspui/>

História do Brasil: Os navegadores, Colombo e Cabral. A descoberta. Os indígenas e colonos. Primeiros povoadores. O governo geral. Os indígenas e Anchieta. Invasões francesas e holandesas e o domínio espanhol. Lutas pela Independência e Tiradentes. A revolução de 1817 e Frei Miguelinho. A Independência e seus fatores. As guerras externas. A abolição. A República. Os presidentes da República. (REGIMENTO INTERNO DOS GRUPOS ESCOLARES, 1925, p. 65)

Muitos desses conteúdos nos permitem aproximar de acontecimentos históricos ou sujeitos que fazem parte dos imaginários toponímicos dos grupos escolares. Assim, seja pela importância do nome do lugar onde está o grupo escolar ou do seu homenageado é o imaginário toponímico determinado pela cultura política que ascende para a composição do *magma* de significações nominativas referentes à História da Educação do Rio Grande do Norte.

Este regimento tanto seria utilizado pelos grupos escolares já existentes como pelos que iriam ser criados no ano de 1927, ano de conquistas políticas e educacionais visíveis a partir dos imaginários toponímicos. No tocante a tal modalidade de escola, os atos de criação de 6 (seis) dos 7 (sete) grupos escolares abertos no decorrer daquela administração aconteceram naquele ano, em que também foi comemorado o centenário da sistematização do ensino primário no Brasil.

A continuidade da expansão da educação graduada primária ocorreu logo no início do ano com a criação de um grupo escolar cuja designação do nome percorreu o mesmo itinerário usado para aproximação entre grupos e interesses políticos do Rio Grande do Norte. Assim, pelo Decreto N. 321, de 28 de fevereiro de 1927, foi criado o Grupo Escolar João Godeiro, na Vila de Patú, em homenagem ao comerciante local que liderou um processo de doação de materiais para a construção de uma instituição escolar para a localidade, sendo estes materiais utilizados para a edificação do prédio a que emprestava o nome, assumindo a condição de patrono.

Em agosto do mesmo ano, mais um grupo escolar foi criado, e nomeado em homenagem a outra liderança local. Pelo Decreto N. 338, Margarida de Freitas fora tomada como patrona para o grupo escolar da Vila de Portalegre, em circunstância “[...] de ter sido ela pioneira do povoamento do mais antigo município da zona oeste do Estado [o que] fê-la credora da estima e da gratidão dos portalegrenses, que

gravaram seu nome na frontaria do principal estabelecimento de ensino [...]” (LIMA; VERAS, 2012, p. 177).

Margarida de Freitas corresponde apenas à terceira mulher a ser homenageada no Rio Grande do Norte tendo o nome cedido a um grupo escolar, número consideravelmente menor, se comparado aos mais de trinta homens que tiveram seus nomes lembrados em tais homenagens. A escolha pelo nome de Margarida, naquele ano de 1927, resultou de uma feliz coincidência entre o período de criação do grupo escolar e o reconhecimento prestado no cenário político aos direitos das mulheres. Conforme Souza (1989), coube aos políticos seridoenses José Augusto Bezerra de Medeiros (governador) e Juvenal Lamartine de Faria (senador) tão relevante pioneirismo local, inclusive diante do cenário político e eleitoral do Brasil:

Apesar de não ser feminista, ele ingressou na história desse movimento. Assim, quando estava, juntamente com a Assembleia Legislativa, elaborando a Lei N. 660, de 25 de outubro de 1927, que regula o Serviço Eleitoral do estado, atendeu aos apelos do então Senador Juvenal Lamartine introduzindo no Art. N. 77 das Disposições Gerais o direito da mulher potiguar votar e ser votada. Foi uma atitude pioneira, pois antecipou-se à própria Constituição Federal, que só reconheceu esse direito em 1934. (SOUZA, 1989, p. 339).

Contado um mês após a conquista desse direito, a professora mossoroense Celina Guimarães Viana – primeira eleitora inscrita no Brasil –, votou pela primeira vez no pleito que elegeu para o governo do Estado o seridoense a ser sucessor de José Augusto, o seu primo Juvenal Lamartine.

Aquele ano de 1927 fora o ano das comemorações do centenário da Lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu a educação pública no país, ordenando a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Nesse contexto, torna-se necessário evidenciar a atuação conjunta do governador José Augusto e do diretor do Departamento de Educação, o professor Nestor Lima. Ambos cuidaram em expandir o acesso à educação primária no Rio Grande do Norte, sobretudo naqueles últimos quatro anos.

Figura 6: Fotografias do Presidente do Estado (Governador) – José Augusto Bezerra de Medeiros e do Diretor do Departamento de Educação - Nestor dos Santos Lima



**Fonte:** Álbum de Fotografias do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: “Escola Normal” de 1927.

Para um momento relevante da História da Educação nacional, coube ao professor Nestor Lima contribuir para a história e a memória da Educação do Rio Grande do Norte, com a publicação da obra “Um século de Ensino Primário” (1927). Conforme Carlos, Silva e Medeiros Neta (2018, p. 10), a obra “Um século de Ensino Primário” (1927) evidencia um bem simbólico: o centenário da Lei de 15 de outubro de 1827 e, “[...] da mesma forma ocorreu com o Álbum de Fotografias do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte: ‘Escola Normal’ de 1927, que materializa a celebração e passará a ser analisado a partir de agora.”<sup>11</sup>

Ainda naquela administração com muitos investimentos destinados para a educação, a relevante data festiva foi tomada como feriado estadual:

<sup>11</sup> Para as autoras Carlos, Silva e Medeiros Neta (2018, p. 10) “O Álbum de Fotografias do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte: “Escola Normal” de 1927 traz registros das comemorações dos cem anos da Lei de 15 de outubro de 1827. A partir da análise desses registros fotográficos, que contabilizam um total de 129 fotos, podem-se destacar elementos importantes que configuraram a celebração desta Lei.”

Decreto N. 348, de 14 de Outubro de 1927

Considera feriado estadual o dia 15 de Outubro de 1827, que organizou e sistematizou no Brasil o serviço de ensino primário oficial.

O Presidente do Estado do Rio Grande do Norte, usando de atribuição legal e considerando a alta significação da data de amanhã, em que, cem anos atrás, foi oficialmente instituído o ensino primário no país.

Decreta:

Artigo 1 – É considerado feriado estadual o dia 15 de outubro de 1827, que organizou e sistematizou no Brasil independente, o serviço de ensino primário oficial.

Art. 2 – Em recompensa dos bons serviços prestados ao povo pelo professorado do Estado, fica instituído um prêmio, consistente em medalha de ouro, com inscrição e alegorias, para ser conferido, este ano, aos mais antigos docentes primários, um de cada sexo, existentes no Estado, e, nos demais anos ao que maiores serviços haja prestado à educação popular, segundo a indicação do Conselho de Educação.

§ Único – Esse prêmio será sempre conferido, com solenidade, no dia 15 de outubro, que, de ora em diante, fica consagrado ao Professor, e será festejado anualmente, pelo modo que o Departamento de Educação achar conveniente.

Art. 3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 14 de outubro de 1927, 39º da República.

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS.

Amphiloquio Carlos Soares da Camara. (RIO GRANDE DO NORTE, 1928c, p. 329).

A comemoração de tão relevante acontecimento para a História da Educação Primária não ficou reduzida à decretação do feriado. No mesmo dia festivo foram criados três grupos escolares no interior do Estado:

Decreto N. 350, de 15 de Outubro de 1927

Cria nas Vilas de Santo Antônio e de Touros e na povoação de Baixa Verde, os Grupos Escolares Dr. Manoel Dantas, Coronel Antônio Lago e Capitão José da Penha.

O Presidente do Estado do Rio Grande do Norte, usando de atribuição legal, e requerendo com ato de igual natureza e importância para a vida da coletividade, solenizar a data de hoje, que assinala o transcurso do primeiro centenário da criação oficial do ensino primário no Brasil.

Decreta:

Art. 1 – Ficam criados nas Vilas de Santo Antônio e de Touros, sedes dos municípios dos mesmos nomes, e na povoação de Baixa Verde, em o município de Taipú, os Grupos Escolares D. Manoel Dantas, Coronel Antônio Lago e Capitão José da Penha', respectivamente, os quais funcionarão como o número de escolas que for oportunamente fixado.

Art. 2 – Fica restaurada a caderia mista na Vila Pedro Velho, e bem assim o Grupo Escolar ‘Fabrício Maranhão’, para funcionar de acordo com regime graduado, nos termos de regimento respectivo.

Art. 3 – Ficam abertos os créditos necessários para ocorrerem às despesas decorrentes do presente decreto.

Art. 4 – Revogam-se as disposições.

Palácio da Presidência do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 15 de Outubro de 1927, 39º da República.

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS.

Amphiloquio Carlos Soares da Camara. (RIO GRANDE DO NORTE, 1928d, p. 329).

Assim, a data de 15 de outubro de 1927, para além da comemoração do centenário nacional, serviu para enaltecer e disseminar em outras espacialidades do Rio Grande do Norte o imaginário toponímico em valoração do Seridó através da denominação de grupo escolar que homenageava um de seus cidadãos ilustres, o político e professor Manoel Dantas, que era natural do Município de Caicó. Pelo mesmo Decreto N. 350 foram criados os grupos escolares em homenagens a figuras de reconhecimento local, como o Coronel Antônio Lago para o grupo escolar da Vila de Touros e o Capitão José da Penha para o grupo escolar da Povoação de Baixa Verde – atual Município de João Câmara, à época pertencente ao Município de Taipú.

Por fim, um último ato denominativo em torno do imaginário toponímico de um grupo escolar ocorreu no último dia do governo de José Augusto, quando decretou a criação de um grupo escolar para homenagear outro ilustre seridoense □ o magistrado e político *Amaro Cavalcanti*:

Decreto N. 368, de 31 de Dezembro de 1927

Cria na Povoação de São Thomé um grupo escolar.

O Presidente do Estado do Rio Grande do Norte, usando de atribuição legal,

Decreta:

Artigo 1 – Fica criado, com a denominação de ‘Amaro Cavalcanti’, na povoação de São Thomé, município de Santa Cruz, um grupo escolar, que funcionará com o n. de escolas que for oportunamente fixado.

Artigo 2 – Para ocorrer as despesas com a manutenção do referido grupo, ficam abertos os créditos necessários.

Artigo 3 – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 31 dezembro de 1927, 39º da República.

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS

Amphiloquio Carlos Soares da Camara. (RIO GRANDE DO NORTE, 1928e, p. 514).

O procedimento de utilizar instituições educacionais para lembrar nomes de pessoas vinculadas a regiões do estado tornou-se corriqueiro e fora destinado a várias personalidades, de várias espacialidades, segundo a conveniência e a vinculação territorial de quem detivesse o poder. A percepção motivadora dessa *práxis* era de que, ao enaltecer o nome de um cidadão do lugar, valorizava-se igualmente o nome da região de origem, recurso amplamente repetido na constituição de imaginários toponímicos que demarcaram a História do Rio Grande do Norte. Nos governos administrados por políticos do Seridó<sup>12</sup> tornou-se prática comum lembrar nomes de seridoenses, conforme síntese exposta no Quadro 3.

Quadro 3: Grupos Escolares criados no governo de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924 – 1927)

Nº	Grupo Escolar	Localização	Legislação
1	Pedro II	Lages (Cidade)	Decreto N. 284, 2 dez. 1925
2	João Godeiro	Patú (Vila)	Decreto N. 321, 28 fev. 1927
3	Margarida de Freitas	Portalegre (Vila)	Decreto N. 338, 11 ago. 1927
4	Manoel Dantas	Santo Antônio (Vila)	Decreto N. 350, 15 out. 1927
5	Coronel Antônio Lago	Touros (Vila)	Decreto N. 350, 15 out. 1927
6	Capitão José da Penha	Baixa Verde (Povoação do Município de Taipú)	Decreto N. 350, 15 out. 1927
7	Amaro Cavalcanti	São Tomé (Povoação do Município Santa Cruz)	Decreto n. 368, 31 dez. 1927

**Fonte:** Legislação do Estado do Rio Grande do Norte.

Com a eleição de Juvenal Lamartine para o cargo de governador, em 1928, tem início uma administração que demonstrava clara preferência pelas escolas rudimentares, defendidas sob o discurso de que por elas era possível fazer valer a expansão da educação escolar primária. Em razão disso, não existiu nenhuma criação de grupo escolar, mantendo-se apenas o funcionamento daqueles que tinham condições de estarem em pleno uso.

Em decorrência da revolução liderada por Getúlio Dornelles Vargas, ao final do ano de 1930 não foi possível nem a Juvenal Lamartine nem a outros governadores do Brasil a continuidade de suas administrações. Encerrava-se ali uma parte da República que garantiu maiores poderes aos entes federativos

<sup>12</sup> Para uma melhor compreensão do imaginário toponímico que prevaleceu sobre as espacialidades do Rio Grande do Norte à época dos governos de José Augusto e Juvenal Lamartine, consultar o capítulo 3 - Em nome(s) do Seridó, na dissertação intitulada “*Em nome(s) dos interesses: imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República*” (BRITO, 2012).

estaduais e assim respectivamente às organizações familiares que conduziram cada uma das unidades federativas. Esse momento de clivagens fora também um momento de mudanças na educação, em cujo decurso deu-se a continuidade da história dos grupos escolares que foram criados e nomeados em conformidade com os interesses que prevaleceram a partir de cada nova cultura política estabelecida.

Partindo da premissa de que a ciência histórica “[...] que se escreve tem de captar o histórico” (CASTORIADIS, 1982, p. 486), recortamos o tempo que compreende um governo provisório (1930 – 1934), um governo constitucional (1934 – 1937), um governo ditatorial (1937 – 1945) e o início de um processo de redemocratização nacional (1945 – 1947), para subsidiar uma compreensão mais adequada do que vamos analisar.

No próximo capítulo, direcionamo-nos aos governos interventores no Rio Grande do Norte (1930 – 1947) com vistas ao esclarecimento de como as novas culturas políticas continuaram a determinar os imaginários toponímicos destinados aos grupos escolares.





Capítulo 4

*Em nome(s) da História*  
*nos Grupos Escolares*  
(1930 – 1947)

## EM NOME(S) DA HISTÓRIA NOS GRUPOS ESCOLARES (1930 – 1947)

Expediente do Interventor

OUTUBRO – DIA 3

DECRETO N. 925 – de 3 de outubro de 1935.

Cria um grupo escolar na povoação de Cruzeta, do município de Acari, com a denominação de 3 de Outubro.

O Interventor Federal no Rio Grande do Norte, usando de suas atribuições, tendo em vista a proposta que, por intermédio da Secretaria Geral, lhe fez o Diretor Geral do Departamento de Educação, e em comemoração a data de hoje, que marca o início da Revolução Brasileira de 1930,

DECRETA:

Art. 1º – É criado na povoação de Cruzeta, do município de Acari, um grupo escolar com a denominação de “Três de Outubro”, o qual funcionará, com três classes, no prédio construído pelo Estado, de cooperação com a Prefeitura.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 3 de outubro de 1935 – 47º da República.

MÁRIO LEOPOLDO PEREIRA DA CÂMARA

Lelio Augusto Soares da Câmara (RIO GRANDE DO NORTE, 1936b, p. 224).

Era três de outubro de 1935 quando o Interventor Federal Mário Leopoldo Pereira da Câmara decretou a criação de um grupo escolar com denominação homônima àquela data. A instituição a ser construída na povoação de Cruzeta do Município de Acari poderia a princípio causar estranhamento pelo topônimo que lhe identificaria, sobretudo por situar-se no Seridó potiguar, espacialidade em que os grupos escolares, habitualmente, eram toponimizados com homenagens circunscritas à região, sua história e seus sujeitos. Contudo, quando o Grupo Escolar “Três de Outubro” fora criado, foi também nominado para comemorar o aniversário de cinco anos de início da Revolução de 1930, que retirou do protagonismo a República Velha sediada nas organizações familiares e inaugurou outra forma de conduzir o governo, com o poder nacional mais centralizado.

É por essa referência denominativa que iniciamos a atividade de perscrutar os imaginários toponímicos dos grupos escolares oriundos da cultura política vivida pela nação brasileira desde 1930 até o ano de 1947 – período que compreendeu a administração do Estado do Rio Grande do Norte por interventores federais. Essa discussão refere-se ainda ao processo pelo qual se expande e sistematiza a escola primária republicana, orientada por uma renovação pedagógica de certa forma decorrente de uma nova cultura política que elegeu entre as suas prioridades

aumentar o alcance da oferta do ensino primário. Para tanto foram tomadas várias iniciativas e providências nos âmbitos político e pedagógico “[...] a exemplo da Lei Orgânica do Ensino Primário, do Convênio Nacional de Ensino Primário, da criação do Fundo Nacional do Ensino Primário e da realização de Conferências Nacionais de Educação.” (MEDEIROS NETA *et al*, 2015, p. 271).

Tais mudanças políticas e pedagógicas só foram possíveis a partir de 3 de outubro de 1930, quando um grupo de civis e militares organizados na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), sob a liderança do Presidente do Estado Getúlio Dornelles Vargas (1928 – 1930) e do Tenente Coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, rebelou-se contra os militares que apoiavam o governo do Presidente da República Washington Luís Pereira de Souza (1926 – 1930). O grupo agiu motivado pela não aceitação do resultado referente ao sufrágio eleitoral ocorrido em 1º de maio de 1930 e que havia eleito Júlio de Almeida de Albuquerque, candidato da elite cafeeira paulista para o cargo de Presidente da República, derrotando a chapa oposicionista liderada por Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal formada pelos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.

As primeiras atividades da tal empreitada revolucionária consistiram no controle de quartéis militares naquele Estado. O ataque ao Quartel da 3ª Região Militar foi dirigido pelo Secretário Estadual do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, o advogado Oswaldo Euclides de Souza Aranha, pelo Senador da República pelo Rio Grande do Sul, o advogado José Antônio Flores da Cunha, e pelo Capitão Agenor Barcelos Feio. As iniciativas no Rio Grande do Sul repercutiram e gradualmente irradiaram-se para os outros Estados da Federação, onde ataques e levantes também foram acontecendo.

Em 24 de outubro de 1930, na cidade do Rio de Janeiro, à época capital federal, os Generais do Exército Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e o Contra-Almirante da Marinha José Isaías de Noronha promoveram a deposição e a prisão do Presidente Washington Luís. Consequentemente, aos 3 de novembro de 1930, Getúlio Dornelles Vargas fora empossado na Chefia do Governo Provisório do Brasil, que estava sob tutela de uma Junta Militar Provisória desde 24 de outubro de 1930, formada pelos Generais do Exército e o Contra-Almirante da Marinha que haviam conduzido a deposição do presidente anteriormente eleito.

No discurso de posse perante aquela Junta Militar Provisória – aos 3 de novembro de 1930 –, Getúlio Dornelles Vargas (1930, p. 310), divulgava o Programa de Reconstrução Nacional do Governo Provisório do Brasil, com especial atenção para o reajustamento social, econômico e educacional do Estado brasileiro. No plano da educação escolar a prioridade seria: “[...] difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados”.

Naquele momento, o Brasil passava por muitas mudanças oriundas de um forte diálogo entre política e economia que o inseriam num processo de modernização capitalista, sendo a educação “[...] considerada um instrumento fundamental de inserção social no contexto de expansão das forças produtivas.” (FERNANDES, 2018, p. 74). Por isso se justificava a criação do Ministério de Instrução e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930, com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Esse Ministério teria “[...] a seu cargo o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar” (BRASIL, 1930, p. 102).

Dentre as providências imediatas do Chefe do Governo Provisório, sobressaiu a de instituir o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, para exercer em toda a sua plenitude as funções do poder executivo como também do poder legislativo até a eleição da Assembleia Constituinte, a estabelecer a reorganização constitucional do país (BRASIL, 1931a). Pelo disposto na página 2 desse decreto, ao Governo Provisório caberia nomear um Interventor Federal para cada Estado, com prerrogativas de exercer em toda plenitude as funções do poder executivo como também do poder legislativo. Dotado desses poderes e suas respectivas atribuições, cada Interventor Federal teria “[...] em relação à Constituição e leis estaduais, deliberações, posturas e atas municipais, os mesmos poderes que por esta Lei cabem ao Governo Provisório, relativamente à Constituição e demais leis federais, cumprindo-lhe executar os decretos e deliberações daquele no território do Estado respectivo”.

Quando os desdobramentos dessas iniciativas ditas revolucionárias de outubro de 1930 chegam ao Rio Grande do Norte, o Estado era governado pelo Presidente eleito Juvenal Lamartine de Faria (1º de jan. 1928 a 5 de out. 1930), o qual foi deposto pelos militares no dia 5 de outubro de 1930. Para governar

provisoriamente o Estado assumiu por sete dias (6 de out. a 12 de out. 1930) uma Junta Governativa presidida pelo Coronel Luíz Tavares Guerreiro e chefiada pelos tenentes coronéis Abelardo Torres da Silva e Júlio Perouse Pontes.

No dia seguinte à deposição do presidente do Estado (6 de outubro de 1930), a Junta Governativa expediu o Decreto N. 1, de 6 de outubro de 1930, afirmando a permanência “[...] da forma republicana federativa neste Estado, com a supressão provisória do Poder Legislativo, até a reorganização constitucional da República” (RIO GRANDE DO NORTE, 1931b, p. 13). No dia 12 de outubro de 1930 foi nomeado pelo Chefe do Governo Provisório como Presidente Interino do Rio Grande do Norte, o então Chefe da Segurança do Estado da Paraíba, Irenêo Joffily, sucedido por outros dez Interventores Federais para o período de 1931 a 1947.

Irenêo Joffily, nascido no Estado da Paraíba, foi o primeiro Interventor Federal no Rio Grande do Norte. Na condição de Presidente Interino, governou por pouco mais de um mês (12 out. 1930 a 20 nov. 1930) e, subsequentemente, governou por mais de dois meses (21 nov. 1930 a 28 jan. 1931) como Interventor Federal. Com a Intervenção de Irenêo Joffily completava-se no espaço local o modelo de federalismo que fora iniciado na dimensão política nacional com a administração de Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930, o que Cury (2010, p. 153) classifica como um federalismo centrípeto, que “[...] se inclina ao fortalecimento do poder da União em que, na relação concentração – difusão do poder, predominam relações de subordinação dentro do Estado Federal.”

Sobre esse período histórico no Rio Grande do Norte (1930 – 1937), faz-se salutar o desenvolvimento de uma discussão conduzida a partir da compreensão de que as diferentes culturas políticas nele existentes foram determinadas pelos tipos de federalismo aplicados. Nessa perspectiva, Araújo nos apresenta uma análise para as questões do federalismo brasileiro em que aborda

[...] a experiência nacional quanto ao arcabouço político-institucional e normativo do sistema de proteção social (políticas sociais) e sua articulação com períodos de centralização e descentralização. Nessa perspectiva as relações intergovernamentais entre os entes federados e seus impactos na formulação e implementação de políticas sociais são analisadas conforme a tipologia de um federalismo dual, centralizado e cooperativo. (ARAÚJO, 2013, p. 34).

Enquanto expressão de uma cultura política oriunda de um federalismo centralizado, a única iniciativa da interventoria de Irenêo Joffily destinada à educação escolar pública foi a definição da média oficial (não inferior a quatro) exigida como requisito para aprovação dos alunos nos exames finais do Curso Primário Complementar e do Curso Normal (Decreto N. 22, de 27 de dezembro de 1930). Essa definição da média oficial para esses Cursos foi sistematizada pelo Diretor do Departamento de Educação, o médico e professor de História Natural do Atheneu Norte-Riograndense Luiz Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima, constituindo-se numa iniciativa deste ente federativo, haja vista ainda não existirem políticas nacionais de organização da educação primária em geral e do Curso Normal.

Em pouco tempo, o Interventor Irenêo Joffily começou a sofrer com os ataques políticos advindos dos grupos que haviam sido retirados da administração pública, mas que economicamente permaneciam fortalecidos no contexto da nação. Segundo Spinelli (2010, p. 30), as acusações principais incidiam sobre o fato de Joffily realizar “[...] um governo despótico e arbitrário e de marginalizar os políticos locais em favor de elementos egressos da Paraíba, entre os quais inúmeros parentes seus.”

A mudança de Interventor que afastou Irenêo Joffily da presidência do Estado deu-se, afinal, motivada pela reabertura de um processo que havia sido extinto no governo de Juvenal Lamartine de Faria, movido contra uma importante empresa beneficiária de algodão, a M. F. do Monte & Cia, com sede em Mossoró e escritórios filiais localizados em Natal e Rio de Janeiro, que obteve despacho favorável do ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, a recurso apresentado ao governo federal. Sentindo-se desmoralizado, Joffily renunciou ao cargo.

Nesse período inicial de reestruturação política nacional e estadual foi significativa a quantidade de interventores federais que administraram o Rio Grande do Norte. Em menos de quatro meses já tínhamos o segundo interventor assumindo o poder, o Tenente-Coronel do Exército e Comandante Geral do Regimento da Polícia Militar Aluízio de Andrade Moura, nascido no município de Macaíba (RN), que permaneceu no cargo por seis meses (28 jan. a 31 jul. 1931).

No decurso dessa interventoria, o diretor do Departamento de Educação, o professor Severino Bezerra de Melo, levou a termo uma determinação da Diretoria

Geral deste Departamento: a competência do Estado para criar escolas. Criou doze escolas primárias de modalidade rudimentar, sendo uma mista, cuja manutenção competiria ao Estado. Dessas escolas, onze foram destinadas para onze povoações e uma para a capital do Estado, estando todas distribuídas em dez municípios, dos quais São Gonçalo e Baixa Verde contavam, cada, com duas unidades. No período também foram realocadas outras três escolas dessa mesma modalidade.

Ainda na esteria dos ajustes promovidos naquela administração, a Escola de modalidade Reunidas “Amaro Cavalcanti” da cidade de São Thomé, criada como grupo escolar no ano de 1927, foi convertida numa Escola de modalidade Isolada<sup>13</sup> mixta (Decreto N. 116, de 31 de julho de 1931). A denominação “Amaro Cavalcanti”, no entanto, foi preservada. Assim, pelo conteúdo do procedimento institucional presente no decreto, verificamos o primeiro indício de um *modus operandi* daquele novo momento político, no tocante ao imaginário toponímico: constatamos que a preocupação esteve efetivamente localizada na conversão da modalidade, com vistas à adequação daquela unidade educacional aos propósitos do Departamento de Educação. A reestruturação de uma escola criada em outro governo, assentado sobre outras base políticas, que não incluía sua destoponimização, despreocupada da permanência do nome que lhe fora originalmente atribuído, era àquela altura efetivamente um fato novo na cena política do Rio Grande do Norte.

Ademais, o Interventor Aluizio de Andrade Moura concedeu por meio do Decreto N. 86, de 9 de maio de 1931a, subvenção a cinco escolas primárias associativas e particulares de Natal com recursos orçamentários do Estado. As subvenções concedidas às escolas primárias associativas e particulares estavam orientadas ainda pela Lei N. 596, de 5 de dezembro de 1924 (publicada no governo de José Augusto Bezerra de Medeiros), e alcançavam também escolas secundárias e profissionais que reunissem no mínimo trinta alunos matriculados, com média mínima diária de frequência de vinte, e acolhessem, pelo menos, cinco estudantes gratuitos indicados pelo Departamento ou pelo Conselho Escolar. Esses atos administrativos compunham uma política estadual de expansão da escolarização graduada primária com o direito à primeira educação em escolas públicas,

---

<sup>13</sup> Conforme Medeiros Neta *et al* (2015, p. 274), no Rio Grande do Norte para a criação das escolas isoladas era exigido no máximo quarenta alunos em classe mista e no mínimo sessenta alunos para turmas de cada sexo. Esta modalidade de escola primária contava com a prerrogativa de serem elevadas à condição de Grupo Escolar, quando atingissem a marca de cento e vinte matrículas e acima de noventa alunos frequentando as aulas.

particulares e associativas e incluíram a uniformização dos trabalhos escolares no Estado, fixando, por exemplo, as férias escolares nos meses de dezembro, janeiro e junho (Decreto N. 98, de 1 de junho de 1931).

A necessidade de evidenciar em determinados momentos a consolidação dos investimentos estatais em outras modalidades de escola, faz-se válida aqui porque subsidia um pertinente contraponto entre a lógica que orientou essa dinâmica e aquela subjacente à destinação de recursos aos grupos escolares, num momento de implantação e adaptação da cultura política em vigor. Afinal, dos fatores envolvidos na criação de grupos escolares ou na conversão de escolas reunidas para grupos escolares oriundas das administrações representativas, invariavelmente ganhava centralidade o surgimento, a continuidade ou o silenciamento dos imaginários toponímicos.

Assim, diante desses primeiros procedimentos institucionais, percebemos que a administração pública do Estado que tentava se moldar pela nova cultura política advinda da gerência central da nação, em sua sequência inicial, demonstrou certa continuidade com relação às políticas direcionadas à escolarização primária já presentes no governo de José Augusto Bezerra de Medeiros, uma vez que a lei que subvencionava as escolas particulares e associativas vinha de 1924; do governo de Juvenal Lamartine de Faria, que em muito valorizou a expansão da rede de escolas rudimentares; o que só evidencia que essa “nova” cultura política que se instalava praticamente apenas manteve o funcionamento dos grupos escolares existentes, que se apresentavam inclusive em menor quantidade do que na República Velha.

O tempo de seis meses de Interventoria de Aluizio Moura foi suficiente para que as correntes políticas do Rio Grande do Norte se posicionassem para defendê-lo ou acusá-lo de não contribuir para a continuidade da obra “revolucionária”. Para Spinelli (2010, p. 40-41), essa polarização era bem clara, pondo de um lado “[...] o interventor Moura, com o apoio ostensivo das chefias políticas ligadas ao Partido Republicano e a parcela majoritária dos anticalfeístas da Aliança Liberal; do outro calfeístas e tenentes.”

Ao final da querela, o fato de o interventor ser natural do Rio Grande do Norte ainda contribuiu para a acusação de que, por isso, ele favorecia a velha política dos grupos que até pouco tempo estavam no poder. Conforme Spinelli (2010), mesmo com a saída de Aluizio Moura e os novos arranjos políticos locais,



não seria o grupo coordenado pela liderança em ascensão João Café Filho, opositor às tradicionais organizações familiares da República Velha, a ser o beneficiado com a substituição do Interventor. Por sua análise, nenhuma das,

[...] facções locais, porém, seria contemplada na escolha do novo interventor. Na avaliação das correntes revolucionárias nacionais, a incapacidade de Aluizio Moura em se manter imune ao faccionismo pusera em risco a sorte da revolução no Rio Grande do Norte. Por isso, seria necessário um nome desligado desses interesses. (SPINELLI, 2010, p. 43).

Em resposta a essa demanda, o militar de carreira Capitão-Tenente da Marinha, Hercolino Cascardo, nascido no Estado do Rio de Janeiro, foi o terceiro Interventor Federal nomeado para governar o Rio Grande do Norte, o que fez por dez meses (31 jul. 1931 a 2 jun. 1932).

Nessa breve interventoria, nomeado Diretor do Departamento de Educação, o professor Amphiloquio Carlos Soares Camara<sup>14</sup>, levando adiante a política estadual de expansão da escolarização primária para meninas e meninos, efetuou, mediante Decretos: a criação de quatro escolas primárias de modalidade rudimentar; a transferência de três outras dessa mesma modalidade; bem como o desdobramento de uma escola dessa modalidade; a concessão de subvenção a escolas municipais e particulares; além de denominação, restauração, auxílios financeiros para a edificação e para reparos de grupos escolares.

A política de expansão da escola graduada primária foi ampliada, alcançando a modalidade de grupo escolar, por meio do decreto estadual que formalizou a denominação de “Moreira Dias” para o Grupo Escolar da Vila de Patu, no município homônimo, em homenagem àquele que em 1890 exercia o cargo de promotor público e conduziu a emancipação de Patu do município de Imperatriz –

---

<sup>14</sup> “Bacharel em Ciências e letras, pelo Atheneu Norte-rio-grandense, e professor diplomado pela Escola Normal de Natal, foi nomeado inspetor de Ensino, tendo, nesse caráter, percorrido várias vezes todo o interior do Estado. [...]. De 1922 a fins de 1923, desempenhou no Rio de Janeiro a comissão de delegado geral do Rio Grande do Norte junto à Exposição Internacional do Centenário, passando, em 1924, a representar o Estado no Museu Comercial e Agrícola do Ministério da Agricultura. Nomeado secretário geral do Estado, regressou a Natal, assumindo as funções do seu novo cargo a 15 de Junho de 1925 [...]. Desde os tempos de estudante Amphiloquio Camara tem pronunciadas simpatias pela vida da imprensa, fundador, diretor e colaborador, que foi, de diversos jornais e revistas literárias, ao mesmo tempo que organizava e orientava associações de letras e artes. [...]. O dr. Amphiloquio Camara exerce, atualmente, os cargos de diretor geral da Estatística do Rio Grande do Norte, nomeado por ato de 31 de Dezembro de 1927, e inspetor federal do Ensino [...]. Publicou, em 1923, *Scenários Norte-Riograndenses*.” (SOARES, 1930, p. 21).

hoje, Martins –; da abertura de crédito especial no valor de cinco contos de réis (5:000\$000) para edificação do grupo escolar do município de João Pessoa – atualmente denominado Alexandria –; da abertura de crédito especial no valor de sete contos de réis (7:000\$000) para os serviços de reparos do grupo escolar e da cadeia pública da Vila de São Gonçalo, no município homônimo; da restauração do Grupo Escolar “Quintino Bocayuva” na cidade de Santa Cruz, fixando em três o número de cadeiras e, da abertura de crédito especial no valor de sete contos de réis (7.000\$000) para destinar auxílio à edificação do citado grupo escolar, sendo estas três últimas iniciativas ocorridas no ano de 1932.

Durante a interventoria de Hercolino Cascardo observamos que algumas políticas públicas que objetivavam expandir a educação escolar primária envolvendo as diferentes esferas dos diferentes entes federativos foram efetivadas, além daquelas que já aproximavam o Estado do Rio Grande do Norte e seus municípios, quando da criação, do desdobramento e da transferência de escolas rudimentares; quando da concessão de subvenção a escolas municipais e escolas particulares; quando do estabelecimento de denominação, restauração, auxílio financeiro para edificação e reparos físicos de grupos escolares. No plano da distribuição das competências entre a União, os Estados e os Municípios, entre os meses de novembro de 1931 e janeiro de 1932, mantiveram esses entes federativos sólida aproximação em benefício da elaboração, aprovação e ratificação do Convênio interadministrativo que padronizaria as estatísticas escolares.

Em novembro de 1931, o Decreto Estadual N. 155 autorizava o representante do Estado do Rio Grande do Norte, o Diretor do Departamento de Educação, professor Amphiloquio Carlos Soares Camara, a tomar parte nas deliberações necessárias ao Convênio para a padronização e desenvolvimento das estatísticas escolares na Quarta Conferência Nacional de Educação, organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), sendo essa Conferência realizada na cidade do Rio de Janeiro do Estado da Guanabara. No Artigo 2º do referido Decreto, o Governo do Estado tornava clara a obrigação do cumprimento de todas as resoluções aprovadas naquela conferência para a uniformização e exatidão das estatísticas escolares.

Naquela Conferência Nacional, reuniram-se muitos dos signatários que lançariam no ano seguinte (1932), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova,

defendendo que “[...] na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação.” (AZEVEDO *et al.*, 2010, p. 33). O objetivo do movimento liderado por esses intelectuais encontra-se inscrito no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova:

À luz dessas verdades e sob a inspiração de novos ideais de educação, foi que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nesses últimos doze anos, transferir no terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares. (AZEVEDO *et al.*, 2010, p. 33).

Em 20 de janeiro de 1932, o Decreto Estadual N. 199, adotou e ratificou o Convênio interadministrativo para a padronização (aperfeiçoamento e uniformização) de estatísticas escolares, celebrado entre a União, o Distrito Federal e o Território do Acre aos vinte dias do mês de dezembro de 1931, na capital federal Rio de Janeiro. Ainda nesse Decreto, verificamos a definição da Diretoria de Estatística do Estado como sendo a repartição incumbida dos encargos decorrentes do mesmo Convênio. Contudo, apesar da definição oficial daquelas diretrizes nacionais para a padronização das estatísticas escolares ter ocorrido entre o final de 1931 e início de 1932, somente em meados de 1933 começaram a ser divulgados os números referentes às primeiras estatísticas da educação primária do Rio Grande do Norte em conformidade com a padronização nacional, sendo estes relativos ao primeiro ano das interventorias (1931) no Governo Provisório.

Alusivas ao exercício letivo escolar do ano de 1931, com uma parte localizada na interventoria de Aluizio de Andrade Moura, e outra na interventoria de Hercolino Cascardo, essas primeiras estatísticas escolares foram organizadas pelo Departamento de Educação dirigido por Amphilóquio Carlos Soares Camara e publicadas pela Diretoria Estadual de Estatística, secretariada por Aderbal França, no Diário Oficial do Rio Grande do Norte – veiculado no Jornal “A República”.

As citadas estatísticas, que eram organizadas em quadros demonstrativos, apresentavam dados referentes ao movimento educacional nas modalidades de ensino Grupo Escolar, Escolas Reunidas e Escola Rudimentar sob a responsabilidade do ente federativo Estado do Rio Grande do Norte. Ainda observamos a publicação do movimento educacional de responsabilidade do ente federativo municipal (escolas municipais) e das escolas particulares para o mesmo

ano de 1931. O Quadro 4 foi elaborado com o respaldo dessas estatísticas educacionais, detalhando os números de classes de aula feminina, masculina e mista; de matrícula e de frequência de alunas e alunos; assim como o número de professoras e professores.

Quadro 4: Movimento da Educação Primária Pública e Particular (1931)

Modalidades de Escolas	Classes de aula			Matrícula		Frequência		Professores	
	Fem.	Masc.	Mista	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Prof. <sup>a</sup>	Prof.
Grupos Escolares (21)	34	42	46	2.624	2.275	2.163	1.797	91	21
Escolas Reunidas (21)	19	23	8	1.093	939	957	773	37	7
Escolas Rudimentares (155)	–	–	–	4.548	3.207	3.951	2.606	121	34
Escolas Municipais (65)	–	–	–	1.739	1.411	1.406	1.155	44	22
Escolas Particulares (201)	–	–	–	4.563	4.454	3.894	3.696	161	52
Total (463)	–			–		–		–	
Total	172			26.853		22.398		590	

**Fonte:** Diário Oficial do Rio Grande do Norte (1933).

Pelo quadro demonstrativo, os 21 (vinte e um) grupos escolares contavam com 122 (cento e vinte e duas) classes de aulas e 122 (cento e vinte e dois) professoras e professores para atender a um total de 4.899 (quatro mil, oitocentos e noventa e nove) alunas e alunos matriculados, com frequência contabilizada de 3.960 (três mil, novecentos e sessenta).

As escolas reunidas, em número de 21 (vinte e uma), com um total de 50 (cinquenta) classes e totalizando 44 (quarenta e quatro) professoras e professores, contabilizavam 2.032 (dois mil e trinta e dois) alunas e alunos matriculados com frequência de 1.730 (mil, setecentos e trinta).

As escolas rudimentares, em número de 155 (cento e cinquenta e cinco), contabilizavam 7.755 (sete mil, setecentos e cinquenta e cinco) alunas e alunos

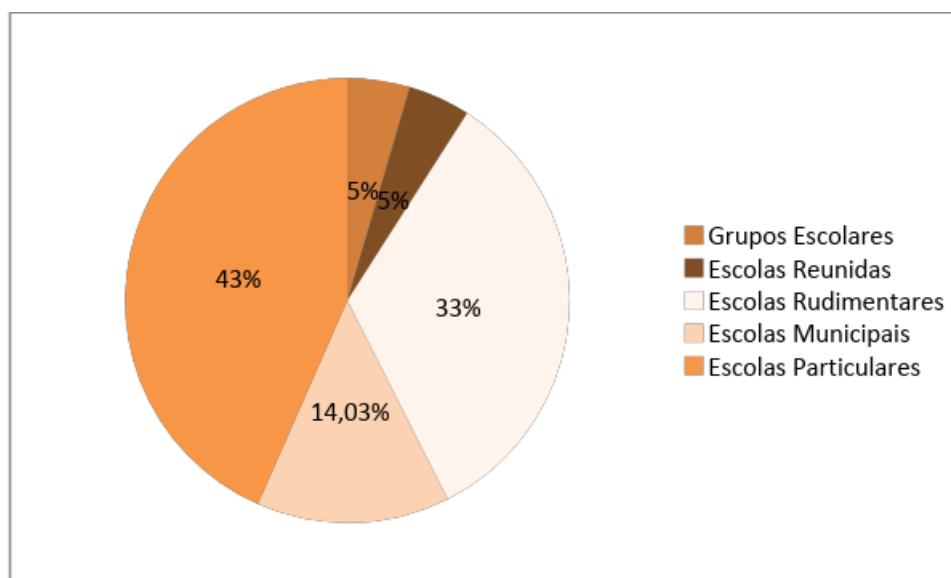
matriculados com frequência de 6.557 (seis mil, quinhentos e cinquenta e sete), e contavam com 155 (cento e cinquenta e cinco) professoras e professores.

As escolas primárias municipais, em número de 65 (sessenta e cinco), contabilizavam 3.150 (três mil, cento e cinquenta) alunas e alunos matriculados, com frequência de 2.561 (dois mil, quinhentos e sessenta e um), e 66 (sessenta e seis) professoras e professores.

As escolas particulares subvencionadas e não subvencionadas, somavam 201 (duzentas e uma), contavam com 213 (duzentos e treze) professoras e professores e contabilizavam 9.017 (nove mil e dezessete) alunas e alunos matriculados, com frequência de 7.590 (sete mil, quinhentos e noventa).

Com o objetivo de representar os percentuais relativos à quantidade total de instituições de cada modalidade de escola, organizamos o Gráfico 1 a seguir, em conformidade com as estatísticas escolares do Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Movimento da Educação Primária (1931)



**Fonte:** Elaboração do autor com base nas estatísticas da educação estadual (1931).

No cômputo geral do Quadro 4, o número de 172 (cento e setenta e duas) resulta da soma das classes de aula pertencentes apenas às modalidades de escola grupos escolares e escolas reunidas. Nos grupos escolares, as 122 (cento e vinte e duas) classes de aula estavam divididas em 34 (trinta e quatro) apenas para alunas, 42 (quarenta e duas) apenas para alunos e 46 (quarenta e seis) mistas. Já nas

escolas reunidas, as 50 (cinquenta) classes de aula estavam divididas em 19 (dezenove) apenas para alunas, 23 (vinte e três) apenas para alunos e 8 (oito) mistas.

Apesar do número de matrículas de meninas (3.717) ser maior que o de meninos (3.214) naquelas classes de aula, o número de classes apenas feminina (53) era inferior ao número de classes de aula apenas masculina (65), o que nos leva a acreditar em duas possíveis hipóteses: 1 – que as classes de aula femininas poderiam contar com maior número de matrículas do que as classes de aula masculinas; 2 – que nas 54 (cinquenta e quatro) classes de aula com turmas mistas poderia haver uma predominância feminina.

A partir do mesmo cômputo geral, observamos que os números referentes às matrículas femininas era maior em todas as modalidades de escolas contabilizadas naquele ano de 1931. O número de alunas matriculadas correspondia a 14.567 (catorze mil, quinhentas e sessenta e sete), equivalente à 54,08% do total, contra 45,92% de alunos matriculados, 12.286 (doze mil, duzentos e oitenta e seis) em valores absolutos. A mesma constatação da prevalência feminina ficou registrada pela representação estatística do movimento total da frequência escolar, sendo a frequência das meninas de 12.371 (doze mil, trezentas e setenta e uma), equivalente a 55,06%, e a dos meninos de 10.027 (dez mil e vinte e sete), equivalente a 44,94%.

Além de os números revelarem uma predominância feminina tanto nos índices de matrículas quanto nos de frequência escolar, o mesmo se dava quando observados os dados relativos à docência. O número de professoras, que era de 454 (quatrocentas e cinquenta e quatro), correspondia a mais de 3/4 do valor total, que era de 590 (quinhentos e noventa) docentes, enquanto os professores eram em número de 136 (cento e trinta e seis). Percentualmente, as professoras representavam 76,95% do total e os professores apenas 23,05%.

A Diretoria Geral de Estatísticas também teve a preocupação de divulgar quadros demonstrativos com a presença das modalidades de escola em conformidade com as suas quantidades relativas a cada um dos quarenta e um municípios do Rio Grande do Norte, possibilitando assim detectar quais os municípios que contavam com grupos escolares naquele ano (Quadro 5).

Quadro 5: Movimento da Educação Primária nos Municípios (1931)

Nº	Município	Modalidades de Escolas				
		Grupo Escolar	Escolas Reunidas	Escola Rudimentar	Escola Municipal	Escola Particular
1	Acari	-	1	3	4	2
2	Angicos	1	-	5	9	2
3	Apodi	-	1	3	2	5
4	Areia Branca	-	1	2	1	16
5	Arês	-	1	3	-	-
6	Assú	1	-	4	-	3
7	Augusto Severo	-	1	2	-	4
8	Baixa Verde	1	-	6	-	-
9	Caicó	1	-	5	2	7
10	Canguaretama	1	-	5	-	2
11	Caraúbas	1	-	2	-	8
12	Ceará-Mirim	1	-	6	4	2
13	Currais Novos	1	-	3	1	3
14	Flores	-	1	1	-	-
15	Goianinha	1	-	5	2	-
16	Jardim do Seridó	1	-	3	-	-
17	João Pessoa	-	1	1	2	3
18	Lages	1	-	4	-	5
19	Luiz Gomes	-	1	1	-	-
20	Macaíba	1	-	5	4	5
21	Macau	1	-	5	13	3
22	Martins	1	-	3	-	4
23	Mossoró	1	-	7	-	25
24	Natal	2	-	9	3	32
25	Nova Cruz	1	-	3	-	3
26	Papari	-	1	5	-	-
27	Parelhas	1	-	1	3	2
28	Patú	-	1	2	-	8
29	Pau dos Ferros	-	1	2	-	2
30	Pedro Velho	1	-	3	-	7
31	Porto Alegre	-	1	3	-	7
32	Santana do Matos	-	1	4	7	11
33	Santa Cruz	-	1	4	-	4
34	Santo Antônio	-	1	5	-	2
35	São Gonçalo	-	1	10	1	2
36	São José de Mipibú	1	1	6	1	6
37	São Miguel de Pau dos Ferros	-	-	2	-	3
38	Serra Negra	-	1	2	-	-
39	São Tomé	-	1	2	2	4
40	Taipú	-	1	2	-	5
41	Touros	-	1	6	4	4
Total (463)		21	21	155	65	201

Fonte: Diário Oficial do Rio Grande do Norte (1933).

Conforme o Quadro 5, dos quarenta e um municípios que integravam o Rio Grande do Norte naquele ano, menos da metade (vinte) apresentavam uma escola de modalidade grupo escolar, sendo que 19 (dezenove) deles possuía 1 (uma)

unidade de grupo escolar e a capital, Natal, 2 (duas) unidades, e que eram possivelmente localizadas nas suas sedes administrativas. Desses 41 (quarenta e um) municípios, pouco mais da metade, 21 (vinte e um) apresentavam 1 (uma) unidade de escola de modalidade reunidas, que poderia estar localizada tanto na sede do município quanto em alguma vila.

Apesar das estatísticas sistematizadas e divulgadas tornarem evidente um movimento de retração no processo de expansão da quantidade de grupos escolares (25 em 1913; 40 em 1927; 21 em 1931), elas também revelaram, pela permanência de cada instituição daquela modalidade de escola e pelo apontamento de sua localização no município, quais imaginários toponímicos continuaram vigentes mesmo diante das mudanças de cultura política.

Os grupos escolares existentes no primeiro ano após a Revolução de 1930, a saber: “José Rufino”, em Angicos; “Tenente Coronel José Correia”, em Assú; “Capitão José da Penha”, em Baixa Verde; “Senador Guerra”, em Caicó; “Pedro Velho”, em Canguaretama; “Antônio Carlos”, em Caraúbas; “Felipe Camarão”, em Ceará-Mirim; “Capitão-Mor Galvão”, em Currais Novos; “Moreira Brandão”, em Goianinha; “Antônio de Azevedo”, em Jardim do Seridó; “Pedro II”, em Lages; “Auta de Souza”, em Macaíba; “Duque de Caxias”, em Macau; “Almino Afonso”, em Martins; “Trinta de Setembro”, em Mossoró; “Augusto Severo” e “Frei Miguelinho”, em Natal; “Alberto Maranhão”, em Nova Cruz; “Barão do Rio Branco”, em Parelhas; “Fabrício Maranhão”, em Pedro Velho; e “Barão de Mipibú”, em São José de Mipibú, apontam para os mesmos imaginários toponímicos que predominavam desde a Primeira República.

Assim, seja referente à organização familiar, à relevância de uma data específica para a história local, ao sujeito homenageado para uma determinada espacialidade ou ao reconhecimento à liderança política, religiosa ou intelectual “sobrevivente” pela denominação, o que favoreceu que cada um daqueles imaginários toponímicos permanecesse foi o fato de a cultura política permitir a existência da instituição, uma vez que algumas denominações, mesmo quando convertidas de uma modalidade de escola para outra, conservaram o referencial toponímico original.

Nesse sentido, o movimento histórico de mudança de cultura política não significa mudar toda a sociedade, as permanências se faziam, sobretudo, pela língua



e suas significações, o que nos mostra “[...] como a sociedade instituinte está constantemente em ação, e também, neste caso particular, como esta ação que só existe como instituída, não bloqueia o fazer contínuo da sociedade [...]” (CASTORIADIS, 1982, p. 256). Há ainda outra compreensão para essa permanência ou continuidade dos imaginários toponímicos dos grupos escolares: pode revelar somente uma não preocupação em modificar os nomes dos topônimos, diferentemente do que aconteceu logo após a Proclamação da República, quando “[...] o Império precisava ser apagado da memória para que a República pudesse se fortalecer.” (BRITO, 2012, p. 33).

Naquelas estatísticas, verificamos que em todos os 41 (quarenta e um) municípios existiam escolas de modalidade rudimentar, que poderiam estar localizadas em vilas, povoados, pequenos lugarejos, sítios e na sede do município. Para esta modalidade de escola, o município de São Gonçalo possuía o maior número de unidades, totalizando 10 (dez), que inclusive era maior do que a quantidade da capital com 9 (nove) e do município de Mossoró com 8 (oito), sendo estes, respectivamente, o segundo e o terceiro municípios com maior quantidade. Em 17 (dezessete) existiam escolas municipais. Os municípios de Macau, Angicos e Santana do Matos, respectivamente com 13 (treze), 9 (nove) e 7 (sete) eram os que possuíam as maiores quantidades destas. As escolas particulares, mesmo sendo a categoria que somava a maior quantidade de unidades, estavam presentes apenas em 33 (trinta e três) municípios.

A análise dos dados subsidiários do Quadro revelou-nos ainda que a capital, Natal, possuía a maior quantidade de escolas, totalizando entre públicas (14) e particulares (32) o número de 46 (quarenta e seis) unidades. Mas, apesar de Natal sobrepujar os demais municípios na quantidade de instituições escolares, não contava com todas as modalidades de escola, portanto, em variedade modal, o município de São José de Mipibú liderava solitariamente esta estatística, era o único dentre os 41 (quarenta e um) que possuía todas as modalidades de escola apresentadas naquelas estatísticas, sendo 1 (um) grupo escolar, 1 (uma) escola reunida, 6 (seis) escolas rudimentares, vinculadas ao Estado, e mais 1 (uma) escola municipal e (6) seis escolas particulares.

Naquelas primeiras estatísticas referentes ao movimento das instituições da educação primária no ano de 1931, apresentadas oficialmente à União e

concernentes ao período de instalação das interventorias no Estado do Rio Grande do Norte, observamos que as oportunidades educacionais foram priorizadas pelo ente estadual a partir da expansão de escolas primárias de modalidade rudimentar, única presente em todos os municípios. No segmento da educação pública, era também a modalidade que dispunha das maiores quantidades de espaços para educar (155), de matrículas (7.755), de frequência de alunas e alunos (6.557), bem como de docentes em atividade (155).

Outra política que articulou o Estado do Rio Grande e demais unidades federativas com a União fora observada quando do cumprimento do Decreto Federal N. 20.529, de 16 de outubro de 1931, que criou o Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico. Em 30 de novembro de 1931, ao ser estabelecido o Serviço de Intercâmbio Bibliográfico, o Estado do Rio Grande do Norte assumiu a obrigação do envio de 50 (cinquenta) exemplares de publicações oficiais e autorais locais à Biblioteca Nacional e à Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, que era vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

O Capitão-Tenente da Marinha e Comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros de Natal, Bertino Dutra da Silva – nascido no Estado da Bahia – foi o quarto Interventor Federal, tendo o seu governo a duração de cerca de 1 (um) ano (11 de jun. 1932 a 10 de jun. 1933). No decorrer desta interventoria, o diretor do Departamento de Educação, o professor Severino Bezerra de Melo, também priorizou os investimentos para a expansão da rede de escolas rudimentares. Mas para além da valorização das escolas rudimentares, naquele governo a expansão da escolarização primária se deu também por meio da concessão e do aumento de subvenções, por parte do Estado, para várias escolas particulares localizadas na capital e no interior. No ano de 1932 foram concedidas dezenove novas subvenções e no ano de 1933 totalizaram-se quarenta e cinco novas escolas particulares subvencionadas, localizadas em vinte municípios e uma escola que já era subvencionada passou a contar com um aumento de 50% no valor recebido.

Ainda no âmbito estadual verificamos, em 1932, a transferência de responsabilidade pelo Orfanato “João Maria” do Departamento de Saúde para o Departamento de Educação. Em 1933, também por iniciativa da Interventoria de Bertino Dutra, foi criado o Instituto de Música do Rio Grande do Norte, o qual,

sediado em Natal, oferecia um importante equipamento cultural para a educação de novos artistas.

E apesar da política de expansão da educação pública primária, durante a interventoria de Bertino Dutra ter se direcionado – por meio de criações, transferências, desdobramentos e conversões – majoritariamente para a modalidade de escola rudimentar, observamos que outras formas de promoção de políticas públicas para a educação primária prosperaram, sobretudo, quando associadas àquelas que fizeram interagir os entes federativos. Bom exemplo deu-se logo no primeiro mês da citada interventoria, quando o Decreto Estadual N. 295 aproximou da União o Estado do Rio Grande do Norte e seus municípios, ao determinar que a escrita da língua portuguesa nas escolas e repartições públicas deveria respeitar a ortografia aprovada pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia de Ciências de Lisboa.

Outra iniciativa que aproximou o ente federativo estadual dos entes federativos municipais deu-se pelo Decreto Estadual N. 306, de 6 de julho de 1932, no qual o interventor dispôs sobre o emprego dos 15% da arrecadação dos municípios, depositados sob fiscalização do Estado, para a constituição do Fundo Especial de contribuições municipais. Por esta intervenção, os municípios deveriam seguir o direcionamento que mandava repartir o montante total, destinando a quantia referente a 10% para investimentos na educação, 3% para a segurança e 2% para a saúde. Estado e municípios também interagiram quando, pelo Decreto N. 310, de 26 de julho de 1932, ficam proibidos atos administrativos que determinem apor em repartições públicas retratos com homenagens a pessoas vivas, bem como aqueles que prestem semelhante homenagem pela atribuição de nomes a localidades, ruas, escolas e quaisquer outros estabelecimentos sob tutela dos entes públicos.

Em 22 de agosto de 1932, o Interventor Bertino Dutra assinou o Decreto N. 324, que retroagia parcialmente a divisão de algumas responsabilidades entre o Estado e seus municípios quanto ao funcionamento da instrução pública municipal. Se pelo Decreto N. 180, de 21 de dezembro de 1931 – que criou o Fundo Especial de Contribuições Municipais –, os municípios proveriam as suas instituições educacionais a partir de recursos próprios – da ordem de 10% da sua arrecadação, conforme o Decreto Estadual N. 306, de 6 de julho de 1932 –, e pelo Decreto Estadual N. 195, de 9 de janeiro de 1932, os municípios passaram a poder contar

também com subvenção estadual para as escolas primárias criadas, mantidas ou subvencionadas por eles, aumentando assim os recursos empregados na educação pública municipal; o Decreto N. 324 fez incorporar à receita geral do Estado, os 10% de recursos oriundos do Fundo Especial de Contribuições com que os municípios concorriam para a instrução pública, justificando que o ensino ofertado nas instituições municipais não estava correspondendo efetivamente aos intuitos do Governo de atender as necessidades crescentes das populações do interior.

Além daqueles 10% de recursos municipais que foram incorporados ao Tesouro Estadual, o referido Decreto ainda transformou as escolas municipais em escolas rudimentares municipais, fixou no valor de duzentos mil reis (200\$000) os vencimentos dos professores no município de Natal e em cem mil reis (100\$000) os vencimentos dos professores dos demais municípios, fato que nos faz questionar qual a possível motivação para diferenciar os salários de professores da capital e do interior, visto que o documento não nos permite inferir qualquer critério razoável que não resultasse em deliberado (des)favorecimento.

No mesmo Decreto, foram definidas as competências a cargo do Estado, o custeio para o funcionamento das escolas municipais, que além dos proventos dos funcionários, incluiria livros para alunos, material de expediente, água, asseio e pagamento de aluguel de prédios. Outra competência do ente federativo Estado do Rio Grande do Norte para o desenvolvimento da instrução pública nos municípios era a de que caberiam a ele as despesas com a construção futura de prédios escolares e outras realizações atinentes.

Em 16 de janeiro de 1933, o Interventor Bertino Dutra, por meio do Decreto N. 413, atendendo ao apelo dirigido pelo Governo Provisório às Interventorias Federais nos Estados e no Território do Acre, e no desígnio de concorrer quanto possível, para a maior divulgação da legislação e atos administrativos que interessassem à coletividade, incumbiu à Diretoria Geral de Estatística de

[...] organizar, de modo sistemático, uma sinopse, tão minuciosa quanto possível, com os necessários índices remissivos, de toda a legislação e documentos administrativos, tanto estaduais como municipais, referentes aos assuntos que constituem o campo de ação dos diversos Departamentos do Estado (RIO GRANDE DO NORTE, 1934a, p. 106).

Quanto às orientações para a organização e publicação das coletâneas que abrangeriam o período republicano, a partir de 1890, referentes à legislação e documentos administrativos, a Diretoria Geral de Estatística estadual deveria agir de acordo com as orientações dadas ao serviço pela Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública. A garantia do recebimento das informações para organização e publicação se dava pela obrigatoriedade a que os Departamentos administrativos estaduais e Prefeituras municipais estavam submetidos pelo mesmo Decreto.

Tais estatísticas, assim como os decretos que compõem nosso *corpus*, contribuíram sobremaneira para a constituição desse trabalho, apontando-nos, por exemplo, que no decurso da Interventoria de Bertino Dutra não existiram investimentos de criação, restauração ou conversão para grupos escolares. Minuciosas análises de todos os documentos dos quais nos cercamos nos trouxeram também à compreensão de que nos três primeiros anos de interventorias no Estado do Rio Grande do Norte – período de muitas instabilidades políticas, verificadas pela nomeação de vários interventores que, quando muito, permaneceram por um ano no cargo – a mobilização de políticas públicas para a garantia ao direito à educação escolar foi majoritariamente protagonizada pelo ente federativo estadual e em menor escala pelos municípios, sobressaindo-se em situação de exceção as proposituras federais, restritas basicamente à organização das estatísticas escolares e a implementação do intercâmbio bibliográfico.

Sobre a organização das estatísticas escolares, entendemos que se constituiu em iniciativa relevante para o conhecimento da realidade do movimento da educação nacional em cada unidade federativa, estabelecendo padrões a serem seguidos por todos os Estados para a sistematização e apresentação dos dados. Conhecer aquela realidade educacional se fazia necessário à União e aos demais entes federativos para que pudessem melhor organizar suas redes, otimizar investimentos e ao mesmo tempo (re)conhecer a educação primária pública e gratuita como um direito de todos, como passou a ser declarada a partir da Constituição Federal de 1934.

Ao final de maio de 1933, após passar por várias divergências com setores oligárquicos opositores que faziam parte dos quadros políticos estaduais, o Interventor Bertino Dutra enviou uma carta ao Presidente Getúlio Vargas relatando a

situação conflituosa que acometia o Rio Grande do Norte. A referida carta, além de creditar a liderança oposicionista e conflituosa ao ex-governador José Augusto Bezerra de Medeiros, acusado de promover em setores do governo federal o descrédito da Interventoria de Bertino Dutra, também continha uma declaração de sua renúncia ao cargo de interventor.

Com a saída de Bertino Dutra da Silva da chefia da Interventoria Federal do Rio Grande do Norte, o então Secretário Geral do Estado, 1º Tenente Sérgio Bezerra Marinho, ocupou provisoriamente o cargo por quase dois meses (11 de jun. a 4 de ago. 1933), até que o quinto Interventor Federal assumisse, em 5 de agosto daquele mesmo ano. Esse tempo de transição entre as interventorias de Bertino Dutra e de Mário Camara apresentou como políticas para a expansão da escolarização primária a transferência de uma escola rudimentar de uma povoação denominada Redonda para outra denominada Ponta do Mel, ambas localizadas no município de Areia Branca, para o qual foi criada também uma escola rudimentar mista, que passaria a funcionar conjuntamente com as Escolas Reunidas “Conselheiro Brito Guerra”, na sede do município. E no município de Goianinha, no já existente Grupo Escolar Moreira Brandão, foi criado um curso complementar misto.

Devemos destacar que também durante esse curto e provisório exercício administrativo foram divulgadas nacionalmente as primeiras estatísticas do movimento educacional do Rio Grande do Norte, relativas ao ano de 1931. Uma embrionária, mas importante iniciativa na direção de estabelecer balizas à gestão dos sistemas educacionais pelos entes federados, que dialoga com o pensamento do filósofo Bobbio (1992, p. 79-80) que, ao reconhecer entre os direitos do homem o direito à educação, teoriza que isso implica sempre a existência de um sistema normativo como guia da própria ação. Assim, se até o ano de 1934, no Brasil, a educação primária pública e gratuita era de responsabilidade de cada ente federativo, quanto à iniciativa de normatização e competência de execução, a partir daquele ano, tanto o governo federal provisório quanto os Estados federativos dispendo de maior estabilidade política passariam a dividir de forma mais próxima as respectivas competências.

Em 30 de dezembro de 1933, uma matéria de autoria do Departamento de Educação, intitulada “Prédios escolares em construção”, figurou na primeira página

do Jornal “A República”, A discussão inicial dela voltava-se para os interesses concorrentes pelas edificações que abrigariam escolas no interior do Rio Grande do Norte, onde reconhecemos a participação do ente federativo estadual através do Departamento de Educação, de entes federativos municipais representados por prefeitos, além de cooperadores particulares:

Dentro da orientação do plano geral que se traçou, no sentido de levar a efeito, em cooperação, a construção de prédios escolares no interior do Estado, este Departamento tem conseguido a melhor coadjuvação por parte dos srs. Prefeitos, como também dos particulares em geral.

Uma demonstração do bom acolhimento que vem tendo essa iniciativa no interior do Estado é dada pelo vulto das obras já em andamento [...]. (PRÉDIOS ESCOLARES EM CONSTRUÇÃO, 1933, p. 1).

Os prédios escolares em construção foram arrolados na matéria com referências aos municípios, às específicas localidades em que se situam e aos seus respectivos cooperadores, em conformidade com cada modalidade de escola primária em que se enquadram, sejam grupos escolares, escolas reunidas ou isoladas.

Os grupos escolares em construção totalizavam dois: um na Vila de João Pessoa, no município homônimo, cujas obras haviam sido iniciadas pelo Sr. Manuel Emidio de Sousa, então prefeito da cidade, no ano de 1931; outro na Povoação de Carnaúba, no município de Acari, cuja construção fora iniciada pelo Sr. João Cândido Filho, com auxílio de recursos estaduais, municipais e particulares, ainda em 1930. Em 1933 as expensas para conclusão de ambas as obras foram assumidas pelo Estado.

Em maior número, os prédios escolares de modalidade escolas reunidas em construção são seis: um na Malhada Vermelha, no município de Apodi, tendo como cooperador o Sr. Francisco Ferreira; um em Paraú, no município de Augusto Severo, com conclusão por parte do Estado; um em Almino Afonso, no município de Patú, tendo como cooperadora a Prefeitura; um em Independência, no município de Macau, tendo como cooperadores a Prefeitura e particulares; um em Extremoz, município de Ceará-Mirim, construção iniciada pelo Sr. Carmelo Pignataro com o auxílio de outros particulares e sendo concluída com auxílio para expensas por parte

do Estado; e um em Campestre, no município de Nova Cruz, tendo como cooperadora a Prefeitura.

Em número de cinco eram os prédios das escolas isoladas em construção, os quais localizava-se em quatro municípios: um em Macacos, no município de Assú; um em Língua de Vaca e um em Boa Vista, ambos no município de Caraúbas; um em Ingá, no município de Pedro Velho; e um em Lagoa de Pedra, no município de Santo Antônio. Todas as obras contavam com cooperação dos respectivos entes federativo municipais, por via de suas Prefeituras.

Além da cooperação na construção de novas edificações escolares, a mesma matéria também evidenciava positivamente a atuação do ente federativo estadual na realização de serviços em instituições públicas escolares localizadas no interior do Rio Grande do Norte, quais sejam: as obras de conservação e limpeza geral nos prédios das Escolas Reunidas “Nísia Floresta”, no município de Papary, destacando-se a completa substituição do teto; a troca total do piso do Grupo Escolar “Joaquim Correia”, no município de Pau dos Ferros; a construção de um grande salão, de vinte metros de comprimento por sete metros de largura, que, com a utilização de um tabique para dividi-lo, abrigaria, de um lado, a aula de música e, do outro lado, o curso de trabalhos manuais, assim como a edificação de mais um grande pavilhão, destinado à prática de exercícios da cultura física, ambos no Grupo Escolar “30 de Setembro”, no município de Mossoró.

A presença do Estado do Rio Grande do Norte também é citada no auxílio às construções de prédios escolares com a utilização de expensas particulares. Para estas situações, o ente federativo estadual havia concedido as plantas necessárias para a construção de um prédio na Fazenda Riacho da Cruz, no município de Macaíba, de iniciativa do Sr. Francisco Cabral; de um prédio em Lucrécia, no município de Martins, de iniciativa do engenheiro Mário Otaviano; de um prédio em Pedra Preta, no município de Lages, de iniciativa do Sr. José Alecrim; e de um prédio em Parazinho, no município de Baixa Verde, de iniciativa do Sr. João Câmara.

Toda aquela diversidade de iniciativas apontava para a existência de uma política de edificações conduzida em favor de prover a oportunidade à educação primária, pública e gratuita em diferentes lugares de várias regiões do Estado. As construções de prédios escolares que se alinhavam às demais ações de



conservação, de limpeza, de reparos e de ampliação de espaços que ocorriam em sedes de municípios, povoações e fazendas representavam a ampliação de acesso às escolas de ensino público primário no Rio Grande do Norte.

No entanto, embora desde o início daquela Intervenção fosse possível observar um maior volume de recursos destinados às escolas das modalidades isolada e rudimentar, no tocante ao reconhecimento do profissional docente e aos investimentos direcionados aos grupos escolares, vimos predominar um novo imaginário toponímico, oriundo de um mecanismo que, tomado comparativamente, evidencia a adequação de algumas explicações. Para compreensão da fundamentação desse imaginário toponímico, será essencial analisar junto ao já exposto a apresentação das historicidades dos anos de 1934 e 1935, com a criação de novos grupos escolares e suas respectivas denominações.

Objetivando o incentivo à qualificação dos professores da educação primária foi instituído através do Decreto N. 522, de 5 de outubro de 1933, o Curso de Férias para os professores do Rio Grande do Norte, o qual funcionaria num período de 10 a 20 dias, do mês de janeiro de cada ano. Durante o Curso de Férias, a frequência docente constituiria indicativo de merecimento para efeito de futura promoção e obtenção de comissões, não tendo direito a promoção ou transferência a pedido, durante o ano, o professor que deixasse de comparecer a ele sem justificativa.

Sobre a participação no Curso de Férias, os professores seriam escolhidos pelo Diretor Geral do Departamento de Educação, dentre os membros do magistério estadual público e particular, podendo ser convidadas pessoas estranhas que expressassem interesse no assunto. A participação no Curso correspondia a uma função gratuita, sem recebimento de proventos e considerada prestação de serviço relevante a ser anotado no registro de cada profissional. Os únicos recursos financeiros cedidos pelo Governo destinavam-se à facilitação do transporte dos professores primários oriundos do interior do Estado para a capital.

As aulas do Curso de Férias eram essencialmente práticas, sendo realizadas por meio de demonstrações, versando sobre temáticas que compreendiam as disciplinas da escola primária e a organização e direção das escolas. Ainda sobre os conteúdos demonstrados, competia ao Diretor do Departamento de Educação organizar, com a colaboração dos respectivos

professores, o programa dos assuntos que deveriam ser tratados em cada ano do Curso de Férias.

Numa coluna destinada ao Departamento de Educação, veiculada no Jornal A República em 27 de dezembro de 1933, verificamos a publicação do cronograma do primeiro Curso de Férias para os docentes do Rio Grande do Norte. A matéria intitulada “O Curso de Férias” trazia o cronograma em que constavam o período em que iria ocorrer, de 8 a 17 de janeiro de 1934; o horário, sempre às 16:00h; e o local, o edifício da Escola Normal, em Natal; as conferências que aconteceriam diariamente; e alguns informes gerais, como a concessão de passagens para professores vindos do interior para a capital, justificativa de ausência por moléstia ou motivo superior, registro de frequência e a inscrição de participação num livro especial para a citada formação em período de férias escolares.

No programa do Curso de Férias, as conferências diárias nos chamaram a atenção pela diversidade de temas discutidos, bem como pelos nomes de cada conferencista. Muitos profissionais reconhecidos por suas atuações na educação do Rio Grande do Norte tomaram parte naquela iniciativa que visava à melhoria da formação dos professores que lecionavam no ensino público primário. Na sessão inaugural do Curso, no dia 8 de janeiro, que fora realizada no Teatro Carlos Gomes, com a presidência do Sr. Interventor Federal Dr. Mário Camara, ocorreram o discurso oficial do Diretor do Departamento de Educação, professor Amphiloquio Câmara, e a 1ª conferência, intitulada “O ensino da língua vernácula na escola primária”, ministrada pelo professor Edgar Barbosa.

A partir do segundo dia, a programação passara a ocorrer no prédio da Escola Normal e prosseguiu com as conferências. A 2ª conferência (dia 9 de janeiro) teve como tema “A higiene na escola primária” e como conferencista o professor Dr. Alfredo Lira. A 3ª (dia 10 de janeiro) apresentou a temática “Testes mentais e pedagógicos”, sendo conferencista o professor Dr. Nestor Lima. A 4ª (dia 11 de janeiro), que teve como temática “A disciplina na escola e noções de higiene”, foi apresentada pelo professor Antônio Fagundes. As 5ª e 6ª conferências ocorreram no mesmo dia (12 de janeiro), sendo a primeira do dia, sobre “O ensino da música na escola primária”, com o conferencista professor Valdemar de Almeida e a segunda, sobre “Estatísticas escolares”, de responsabilidade do Sr. Aderbal França.

Pela íntima relação com a discussão que aqui empreendemos, destacamos a 7ª conferência: “Toponímia norte-rio-grandense e o ensino da Geografia na escola primária”, com a explanação do professor Dr. Luiz da Camara Cascudo. No mesmo dia (13 de janeiro), ocorreu também a 8ª, em que fora discutida, pelo professor Acrísio Freire, “A educação física na escola primária”. A 9ª (dia 14 de janeiro) discutiu a “Inspeção Escolar”, sendo o conferencista o professor Manoel Varela. A 10ª (dia 15 de janeiro) apresentou discussão sobre “A profilaxia das moléstias transmissíveis”, tendo como conferencista o Dr. Afonso Jofili. A 11ª (dia 16 de janeiro), sobre “O escotismo e a orientação profissional na escola primária”, fora discutida pelo professor Luiz Soares. A 12ª e última conferência (dia 17 de janeiro) foi sobre “Como ensinar o anti-alcoolismo na escola primária”, sendo o conferencista o professor Dr. Luiz Antônio dos Santos Lima.

No dia 14 de janeiro de 1934, o Jornal A República também reservou destaque à participação de Câmara Cascudo enquanto conferencista no Curso de Férias para a formação dos professores. A matéria que fora intitulada “Curso de Férias – A reunião de ontem [13 jan. 1934]. Conferência do Dr. Câmara Cascudo”, apresentou o transcurso da fala do palestrante, que teve como tema a Toponímia norte-rio-grandense:

A sessão, que foi presidida pelo dr. Amphilóquio Camara, diretor do Departamento de Educação, revestiu-se do maior brilhantismo. O conferencista fez uma exposição clara que manteve o auditório sempre atento. Dividiu-a em duas partes, abordando na primeira a toponímia potiguar, trazendo o exemplo de várias designações geográficas do Estado e fazendo suas explicações. Por fim, pediu as professoras do interior o seu concurso no trabalho que está elaborando sobre o assunto, enviando-lhe as informações que colherem sobre os nomes das localidades onde servirem. (CURSO DE FÉRIAS, 1934, p. 6).

A exposição feita por Cascudo, além da variedade de denominações apresentadas, contou com um segundo momento a envolver a participação do público presente, quando solicitou às professoras que exerciam as suas funções no interior do Estado que lhe enviassem informações colhidas sobre os nomes das localidades onde atuavam.

Mesmo contando com essas e várias outras colaborações, só após passados trinta e quatro anos daquele evento Cascudo veio a publicar, em 1968, a

sua obra sobre a toponímia norte-rio-grandense, intitulada “Nomes da Terra – História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte”, que percorreria pela história e pela geografia, a linguística dos nomes das múltiplas espacialidades potiguares.

Foi nesse contexto de valorização do profissional docente, inclusive investindo na sua formação por via de um Curso de Férias destinado à discussão de vários temas próprios à educação escolar, que verificamos a supremacia de um imaginário toponímico direcionado pela História que havia sido inaugurada com a Revolução de 1930 e que evidenciaria na toponímia o diálogo entre a Nova República e as mudanças oriundas dessa transição de cultura política. Foi nessa Interventoria, que pode ser considerada como a primeira a ter uma certa estabilidade temporal – durando 2 anos e 2 meses, enquanto nenhum outro interventor passara mais de um ano a frente do cargo –, que apareceu esse imaginário toponímico, de alguma maneira descolado dos lugares ocupados pelas elites políticas que haviam conduzido a administração estadual até a Revolução de 1930.

No íterim dessa discussão estão os profissionais homenageados e o tempo histórico que possibilitou essas homenagens. Eles emergem do momento de criação de novos grupos escolares. Entre 1934 e 1935 verificamos a criação de seis unidades, distribuídas entre a capital e o interior do Estado, sendo: dois em Natal – “Izabel Gondim” e “João Tibúrcio”; um em João Pessoa (atual Alexandria) – “João Bernardino”; dois em Acari – “Caetano Dantas” e “Três de Outubro”; e um em Caicó, mas na Vila de São Miguel de Jucurutú (que seria emancipada ainda no ano de 1935) – “Antônio Baptista”. Em síntese no Quadro 6.

*Quadro 6: Modalidade Grupo Escolar (1934 – 1935)*

Nº	Ano	Município e Grupo Escolar	Criação			Legislação
			Cidade	Vila	Povoação	
1	1934	João Pessoa (Alexandria) “João Bernardino”	–	João Pessoa	–	Decreto N. 601, 14 abr. 1934.
2	1934	Acari “Caetano Dantas”	–	–	Carnaúba	Decreto N. 720, 3 out. 1934.
3	1934	Natal “Izabel Gondim”	Natal	–	–	Decreto N. 749, 19 nov. 1934.
4	1934	Natal “João Tibúrcio”	Natal	–	–	Decreto N. 765, 21 dez. 1934.
5	1935	Caicó “Antônio Baptista”	–	São Miguel de Jucurutú	–	Decreto N. 830, 3 maio 1935.

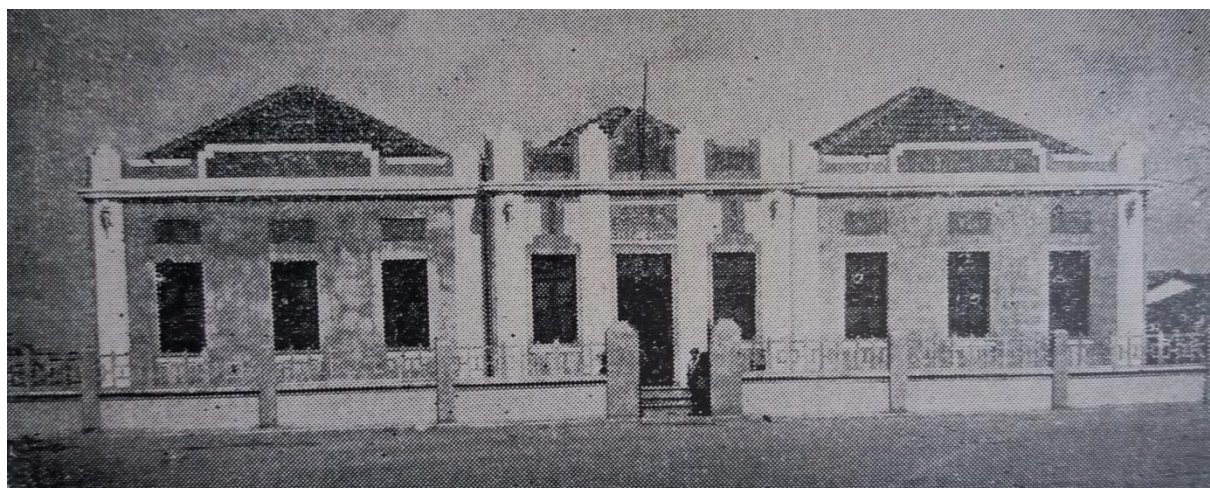
6	1935	Acari "Três de Outubro"	—	—	Cruzeta	Decreto N. 925, 3 out. 1935.
---	------	----------------------------	---	---	---------	---------------------------------

**Fonte:** Legislação Educacional do Rio Grande do Norte (1934-1935).

Esse imaginário toponímico alicerçado na História a princípio fundamentou-se em homenagens que remetem diretamente à Educação do Rio Grande do Norte ao evidenciar como patronos os professores Izabel Gondim e João Tibúrcio para dois grupos escolares criados para a capital do Estado. Assim, pelo Decreto N. 749, de 19 de novembro de 1934, que reconheceu uma professora, e pelo Decreto N. 749, de 21 dezembro de 1934, que pôs em relevo um professor, apareceu e foi repetido pela primeira vez esse imaginário toponímico que tem como fundamento nomear escolas prestando homenagens a profissionais que se dedicaram à causa do ensino.

A lembrança do nome de Izabel Gondim (1839 – 1933) reverencia a professora e escritora reconhecida como a primeira mulher a se tornar sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e do Instituto Arqueológico Pernambucano.

*Figura 7: Grupo Escolar "Izabel Gondim" – Natal-RN*



**Fonte:** Relatório do Interventor Federal Mário Câmara (1935).

Já a homenagem ao professor João Tibúrcio reconhece os serviços por ele prestados no Atheneu Norte-rio-grandense, instituição que chegou a dirigir interinamente e onde ensinou Latim, Francês e Português; e na Instrução Pública,

que também dirigiu entre 1892 e 1893. João Tibúrcio também foi professor da Escola Normal de Natal em seus primeiros anos de atividade.

Figura 8: Grupo Escolar “João Tibúrcio” – Natal-RN



**Fonte:** Relatório do Interventor Federal Mário Câmara (1935).

O alicerce histórico com base na educação se encontra com a história política nacional vivida a partir da Revolução de 1930 no aniversário de cinco anos do início de tal acontecimento, quando foi criado o Grupo Escolar “Três de Outubro”, na Povoação de Cruzeta (município de Acari), em reconhecimento à data que remontava ao início da luta pelo controle sobre o poder nacional em 1930, fazendo aparecer pela toponímia aquele que era considerado, portanto, um histórico dia.

Desse modo a Educação, uma das bases de maior investimento por parte dos Governos Provisório e Constitucional, fora também agraciada com a homenagem a dois professores do Rio Grande do Norte nos grupos escolares, constituindo assim um novo imaginário toponímico, dado por uma propriedade da linguagem, que não se esgota no seu estado sincrônico, logo jamais será “[...] redutível a uma totalidade fechada de significações fixas, determinadas, disponíveis, mas [há] de conter sempre uma a mais eminente e constantemente iminente, de ser sempre sincronicamente aberta a uma transformação das significações.” (CASTORIADIS, 1982, p. 254).

Por essa perspectiva, grupos escolares denominados Izabel Gondim, João Tibúrcio e Três de Outubro e seus imaginários toponímicos referenciais que fazem encontrar a História com a Educação, exemplificam a compreensão de Berstein (1998) sobre uma sociedade em muito determinada por uma cultura política que

[...] assim elaborada e difundida, à escala das gerações, não é de forma alguma um fenómeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da revolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades. (BERSTEIN, 1998, p. 357).

Concomitantemente à nova realidade contida na criação desses grupos escolares, abarcado pelo fenómeno móvel que é a cultura política, resistia o hábito tradicional de homenagear sujeitos de importância para espacialidades locais. O convívio entre os imaginários da história e da história da educação era “dividido” com o hábito de toponimizar que rememorava a Primeira República através da cultura política fundamentada nas relações de poder entre as organizações familiares. Eram as denominações dos grupos escolares da Vila de João Pessoa (Alexandria), da Povoação de Carnaúba e da Vila de São Miguel de Jucurutú, respectivamente nominados “João Bernardino”, “Caetano Dantas” e “Antônio Baptista”, a continuidade a que nos referimos.

Esse tempo histórico que inaugurou o predomínio dos imaginários toponímicos dos grupos escolares em referência à História e à Educação foi também um período de muitas mudanças políticas tanto na Nação quanto no Estado do Rio Grande do Norte.

Em 3 de maio de 1933 foram eleitos os deputados para a Assembleia Nacional Constituinte e, após a votação final da nova Constituição, em 17 de julho de 1934, a maioria dos deputados conduziu Getúlio Dornelles Vargas para um mandato de Presidente Constitucional da República. A Constituição previa ainda uma nova eleição presidencial direta no ano de 1938. Começava ali, o federalismo de cooperação, que, conforme Cury (2010, p. 153), buscou “[...] um equilíbrio de poderes entre a União e os Estados-membros, estabelecendo laços de colaboração na distribuição de múltiplas competências por meio de atividades planejadas e articuladas entre si, objetivando fins comuns.”

Aquela Constituição de 1934 também estabeleceu consideráveis mudanças políticas. As eleições continuariam a ser diretas, com exceção da primeira após promulgada a Constituição. Entre os temas relevantes estava a obrigatoriedade do voto para todos os alfabetizados que fossem maiores de 18 anos (homens e

mulheres), a definição pelo voto secreto e a extinção do cargo de vice-presidente. O documento também declarava os entes federativos – União, Estados e Municípios – responsáveis por favorecer e incentivar o desenvolvimento do conhecimento na sociedade (ciências, artes, letras e cultura em geral) e reconhecia a educação como um “[...] direito de todos e que deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos [...]”. (BRASIL, 2001a, p. 168).

No Rio Grande do Norte, os anos de 1934 e 1935 mantiveram o mesmo clima de instabilidade política dos três primeiros anos de Intervenção Federal (1931 – 1933), causado, sobretudo, pelas articulações que ocorreram em torno do sufrágio político que fora realizado ainda ano de 1934. As eleições de outubro daquele ano para a Assembleia Constituinte estadual seriam resolutivas para o futuro próximo da política potiguar pois ensejariam a escolha o novo Governador Constitucional, assim como ocorrera no âmbito da nação com o Presidente da República.

As principais divergências na escalada até o pleito deram-se entre o interventor e o Partido Popular (PP), que concentrava muitas lideranças políticas que estiveram à frente ou em torno da administração estadual até a Revolução de 1930 e não tinha perdido a sua pujança eleitoral. Os desentendimentos os colocavam em lados opostos para a eleição do cenário nacional e impactavam também a disputa a ocorrer pelo sufrágio local. O Partido Popular fez a escolha pelo apoio à candidatura do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro e o interventor Mário Câmara optou por apoiar Getúlio Vargas, que acabou sendo eleito presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte.

Enquanto isso, o aumento das divergências no cenário político local exigiram atuação mais direta do interventor federal que criou no Rio Grande do Norte o Partido Social Democrático (PSD). Para a eleição ao governo estadual, Mário Câmara lançou-se candidato por uma coligação mantida entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Social Nacionalista (PSN), a Aliança Social, vencedora do sufrágio. Contudo a candidatura de Câmara teve sua regularidade contestada pelas lideranças do Partido Popular junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que acatou a representação e deliberou pela realização de eleições suplementares a ocorrer em fevereiro de 1935.

O tempo de quatro meses entre as duas eleições foi o suficiente para o crescimento da violência política no Rio Grande do Norte, chegando a ocorrer



enfrentamentos armados entre os partidários dos dois grupos em disputa. Quando sofreu acusações de praticar abusos contra seus opositores, o interventor Mário Câmara já alertara o Presidente Getúlio Vargas que a qualquer momento poderia eclodir no estado uma agitação, o que tornava necessário um reforço no policiamento.

Nas eleições suplementares, o Partido Popular mais uma vez foi derrotado e novamente recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral que determinou a recontagem dos votos, cabendo a vitória final aos partidários progressistas de José Augusto Bezerra de Medeiros. Pelo resultado obtido, os vencedores elegeram 14 (quatorze) deputados estaduais e 3 (três) deputados federais, contra 11 (onze) deputados estaduais e 2 (dois) deputados federais eleitos pela derrotada Aliança Social.

Insatisfeito com o resultado das eleições dos deputados e já prevendo uma derrota na Assembleia Legislativa, logo em sequência o interventor resolveu retirar sua candidatura ao governo constitucional do Rio Grande do Norte e propôs o nome de Elviro Carrilho como o seu substituto. Também em decorrência da insatisfação pelas derrotas do grupo político que liderava, em 27 de outubro de 1935, Mário Câmara resolveu por se afastar do cargo, passando-o durante dois dias ao capitão Liberato da Cruz Barroso, que era comandante do 21º Batalhão de Caçadores. Após 48 horas, Rafael Fernandes Gurjão, que fora eleito pelo Partido Popular, de maioria no legislativo, foi empossado como Governador Constitucional pela Assembleia Constituinte estadual.

Mesmo com o veredicto homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral e logo após pela Assembleia Legislativa, que favoreceu as lideranças políticas do Partido Popular, o clima de violência em que se inseriu o Estado corroborou para a deflagração, em Natal, da Insurreição Comunista no mês de novembro de 1935.<sup>15</sup> O acontecimento histórico, que estabeleceu no Rio Grande do Norte um governo revolucionário por três dias, iniciou-se em Natal, mas era parte de um grande movimento nacional que, sob a liderança de Carlos Prestes, ainda eclodiria com muita força nos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. Em solo potiguar encontrou uma resistência formada pela aproximação entre os governos estadual e federal, unidos para aniquilar politicamente os opositores e sufocar a Insurreição.

---

<sup>15</sup> Mais informações disponíveis em: COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935**: Natal, o primeiro ato da tragédia, 1995.

Essa primeira fase da administração pública do Estado por parte do médico e político potiguar Rafael Fernandes Gurjão, que perdurou dois anos (29 de out. 1935 a 23 nov. 1937), teve como Diretor do Departamento de Educação o Cônego Amâncio Ramalho, que preconizou a continuidade de políticas para a expansão da educação primária com a maior parte dos recursos públicos sendo direcionados para a criação de escolas de modalidade isolada e também para a subvenção de escolas particulares.

Durante o governo constitucional de Rafael Fernandes, fora ainda promulgada a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte em 22 de fevereiro de 1936. No Título I – Da Organização do Estado eram apresentadas as disposições preliminares que reconheciam o Estado do Rio Grande do Norte como parte integrante da Federação Brasileira, que “[...] em hipótese alguma poderá separar-se, reger-se-á pelos preceitos desta Constituição, exercendo, em seu território, todos os direitos ou poderes que, pela Constituição Federal, expressa ou implicitamente, lhe são atribuídos.” (RIO GRANDE DO NORTE, 1937b, p. 5). Ainda nessa Constituição Estadual de 1936, o Capítulo IV, presente no Título III, é dedicado à Educação e a Cultura:

Art. 111 – Incumbe ao Estado e aos Municípios promover o desenvolvimento da cultura e prestar assistência ao trabalho intelectual, incentivando as iniciativas particulares.

Art. 112 – A educação e o ensino da mulher merecerão especial desvelo, no sentido de elevar o nível moral, cultural e econômico da família.

Art. 113 – O Estado aplicará nunca menos de vinte por cento, e o Município nunca menos de dez por cento de suas rendas resultantes de impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos serviços de educação.

§ Único – Para a realização do ensino nas zonas rurais, o Estado reservará, no mínimo, vinte por cento das verbas destinadas à educação no seu orçamento anual. (RIO GRANDE DO NORTE, 1937b, p. 37).

A discussão sobre educação é apresentada de forma genérica, destacando-se a valorização da educação da mulher e os percentuais de investimento por parte do Estado e de seus municípios, sequer menciona a forma de organização do ensino.

Apesar das conquistas que seguiam o norteamento da Carta Nacional de 1934, teriam ambas as Constituições curta existência, uma vez que em 1937 o país

passaria por uma mudança de cultura política. As citadas mudanças que traziam como forma de sustentação uma nova Carta Constitucional são reconhecidas por Cury quando da condução antidemocrática dos rumos do Brasil:

Contudo, uma Constituição pode se realizar em condições diferentes de um processo democrático. Isto se dá quando grupos de poder ou elites econômicas a elaboram como produto do alto, isto é, de modo vertical e impositivo. Neste caso, a Constituição, da qual se diz *outorgada*, é fruto de um regime autoritário ou mesmo ditatorial. É o caso, no Brasil, da Constituição de 1937 [...]. (CURY, 2014, p. 11).

Justificando por uma “ameaça comunista”, no dia 10 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas golpeou a democracia nacional ao instaurar o governo autoritário do “Estado Novo” e revogar a Constituição Federal de 1934. O seu plano de continuidade à frente do poder nacional seria avalizado imediatamente pela outorga da Constituição de 1937.

Sobre educação, aquela Constituição determinava ser de iniciativa individual, de associações, de pessoas coletivas, públicas e particulares a arte, a ciência e o seu ensino. Dedicava o Artigo 130 ao Ensino Primário, tratado como “[...] obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados [...]” (BRASIL, 2001b, p. 103). Seriam essas algumas iniciativas que, do ponto de vista político-administrativo, fizeram acentuar durante no Estado Novo “[...] a tendência centralizadora, com a nomeação de interventores, que governaram os Estados sob o controle dos Departamentos Administrativos estaduais, cujos membros eram nomeados pelo presidente da República.” (HORTA, 2010, p. 289).

No Rio Grande do Norte, a sintonia entre os governos federal e estadual rendeu a Rafael Fernandes a nomeação como interventor federal em 24 de novembro de 1937. E apesar da continuidade à frente da administração pública, em consonância com o novo regime federal de governo, sua interventoria desconsidera as Constituições Federal (1934) e Estadual (1936). Essa segunda fase de sua administração durou cinco anos e sete meses (24 nov. 1937 a 3 jul. 1943) e foi um período em que muitos dos atos políticos e educacionais da esfera federal passaram a ser replicados nesta unidade federativa.

A exemplo da Ditadura do Estado Novo que fechou o Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Norte também teve as suas portas

fechadas. Atualmente encontra-se no Memorial da Assembleia um livro com páginas em branco, com fluxo de registros interrompido entre o final de 1937 e meados de 1947, quando a redemocratização, que fora iniciada com a eleição para os novos deputados estaduais, possibilitou a reabertura da casa.

No início desse novo período da história política estadual, o Interventor Rafael Fernandes contou com a continuidade do Cônego Amâncio Ramalho Cavalcanti no cargo de Diretor do Departamento de Educação até o ano de 1938. A permanência desse gestor também significou a continuidade da expansão das oportunidades escolares na educação primária, conduzida em ampla predileção pela modalidade de escola isolada, na qual se deu ampla movimentação administrativa, com a criação, edificação e transferência de várias unidades, localizadas em vilas, povoados, pequenos lugarejos e sítios. Investimento considerável também pode ser observado na quantidade expressiva de escolas particulares que foram subvencionadas. Em contraste, praticamente inexistiram ações direcionadas aos grupos escolares.

Com a renúncia do Cônego Amâncio Ramalho à Direção do Departamento de Educação, no início de 1939 o Interventor Rafael Fernandes empossou no cargo o professor Antônio Fagundes, que lecionava Português e Francês na Escola Normal de Natal e também exerceu a presidência da Associação de Professores do Rio Grande do Norte desde o ano de 1936 até aquele ano de 1939. A gestão de Antônio Fagundes deu continuidade da expansão das oportunidades escolares pela educação primária, conforme tendência seguida pelo seu antecessor, o Cônego Amâncio Ramalho, em predileção por políticas direcionadas às escolas de modalidade isolada. Contudo, fontes pesquisadas atestam uma atenção, ao menos significativa, inclusive com edificação de novos prédios para grupos escolares.

Uma matéria do Jornal *A Ordem* tratou de fazer um relato comemorativo sobre a inauguração do novo Grupo Escolar Tomaz de Araújo da cidade de Acari:

Parabéns, Acari!

Deixando a querida região do Seridó em fins de Março próximo findo já estava em últimos retoques o moderno prédio destinado à sede do Grupo Escolar “Tomaz de Araújo”, cuja inauguração teve lugar há poucos dias, conforme noticiaram os jornais daqui.

Esse prédio que é um dos mais modernos e confortáveis, – segundo opiniões abalizadas, – dispõe de amplos e arejados salões, dois dos quais divididos por tabique móvel que permite transformá-los num só, para efeito de festas escolares. É o salão oficial de festas.

Ainda cursava as aulas do referido educandário quando já ouvia falar na sua precariedade; e decorreram quase duas décadas sem solução de continuidade àquele estado de coisas.

Quando a ação demolidora do tempo se fez sentir sobre as velhas paredes, professores e alunos viram-se na contingência do abandonar o solar amigo, e permaneceram por algum tempo em locais de emergência, vendo ruir aquele ninho que tantas saudades lhes trazia.

E quando foi nomeado prefeito para aquele rincão o Sr. Angelo Bezerra Pessoa que de pronto compreendeu a necessidade premente de remediar essa falta: contando com o apoio das autoridades estaduais, sem desânimo ante a incredulidade ou indiferença de muitos, aceitou a incumbência da empresa e venceu galhardamente a dura tarefa governamental de dotar o Acari de um prédio escolar que satisfizesse às normas da moderna pedagogia.

O novo prédio está localizado na parte mais alta da cidade, recebendo assim profusão de ar e luz; dispõe de ótimas instalações sanitárias e embora sejam mixtas as aulas, os recreios, – amplos e murados pátios – são divididos por sexos conforme informações de uma professora.

Não descurando o lado artístico foi construído um espaçoso palco permanente para nele terem lugar as representações das festas escolares ou as sessões magnas do educandário; fica em prosseguimento ao salão de festas supra mencionado.

Recentemente foi criado o Curso Complementar no referido Grupo Escolar alargando, destarte os horizontes à mocidade indígena.

Seu corpo docente compõe-se atualmente das seguintes professoras: Sras. Mirtes Araújo Bezerra – diretora – Calpúrnica Caldas de Amorim e Iracema Lopes de Araújo e Srta. Helena Silva, almas abnegadas que muito amam seus discípulos.

E assim qual gema de subido valor, engastada na vetusta cidade do Acari, está o imponente edifício em cuja fachada fulge o nome impoluto de *Tomaz de Araújo*. M. (PARABÉNS ACARI!, 1942, p. 2, 4).

A matéria que foi assinada apenas com um “M.”, ao que tudo indica, foi escrita por um ex-aluno, possivelmente correspondente do Jornal A Ordem. No corpo do texto ganhou projeção a moderna arquitetura do prédio, no entanto o fechamento da matéria faz a referência ao lugar de destaque do topônimo que nomeava a instituição desde 1909, o nome impoluto de Tomaz de Araújo que fulge na imponente fachada do edifício.

Aquelas iniciativas de construção de grupos escolares e outras modalidades de escola antecipavam-se, inclusive, ao Decreto-Lei N. 4.958, de 14 de novembro de 1942, que instituiu o Fundo Nacional do Ensino Primário e ao Decreto-Lei N. 5.293, de 1º de março de 1943, que ratificou o Convênio Nacional de Ensino Primário. Pelo Art. 4º do Decreto-Lei que delibera sobre Fundo Nacional do Ensino Primário:

Fica o ministro da Educação autorizado a assinar, com os governos dos Estados, Territórios e Distrito Federal, o Convênio Nacional de Ensino Primário, destinado a fixar os termos gerais não só da ação administrativa de todas as unidades federativas relativamente ao ensino primário mas ainda da cooperação federal para o mesmo objetivo. (BRASIL, 1942, p. 1).

Diante das legislações e políticas nacionais e estaduais que pretendiam ampliar o acesso às oportunidades escolares e favoreciam a criação e edificação de mais escolas, verificamos também o direcionamento local de toponímicos para muitas dessas instituições. No penúltimo ano da Interventoria de Rafael Fernandes Gurjão (1942), observamos que alguns imaginários toponímicos que haviam surgido quando da criação dos primeiros grupos escolares na Primeira República passaram a ser utilizados com frequência para nominar Escolas Reunidas e Escolas Isoladas. Algumas instituições escolares que não tinham denominação, ao serem nomeadas pelo Decreto N. 1.043, de 30 de abril, contribuíram para a composição do magma toponímico da História da Educação do Rio Grande do Norte pela diversidade de referenciais a que se remetiam. O decreto

Dá denominações a escolas públicas primárias

O INTERVENTOR FEDERAL, usando de suas atribuições e de acordo com a proposta do Diretor Geral do Departamento de Educação, feita por intermédio da Secretaria Geral

DECRETA:

Art. 1.º – Passam a ter as seguintes denominações as escolas públicas primárias cujas localizações abaixo se declaram:

- “DOM JAIME CÂMARA”, as Escolas Reunidas do Alto São Manuel, do município de Mossoró;
- “RUI BARBOSA”, a Escola Isolada da vila de Tibau, do município de Areia Branca;
- “POTIGUASSÚ”, a Escola Isolada, de Igapó, do município de São Gonçalo;
- “JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE”, a Escola Isolada de Ponta Negra, do município de Natal;
- “DESEMBARGADOR VICENTE DE LEMOS”, a Escola Isolada de Caiada, município de Macaíba. [...]. (RIO GRANDE DO NORTE, 1943a, p. 30).

Essas denominações, que compreendem imaginários toponímicos direcionados por interesses da política local e nacional, contaram com ampla companhia de mais um imaginário que havia surgido numa outra cultura política.

Nos anos de 1942 e 1943, verificamos que o imaginário toponímico que havia aparecido pela primeira vez em 1934 em homenagem a professores que contribuíram com a História da Educação do Rio Grande do Norte, passou a ser

utilizado com constante repetição para também toponimizar Escolas Reunidas e Escolas Isoladas até então sem denominações.

Essa repetição de imaginário toponímico, em reconhecimento à Educação, por via dos nomes de professores, toma como embasamento epistemológico a língua, à medida que oferece aos interlocutores “[...] a possibilidade de se localizar em e por aquilo que dizem para aí moverem-se, de se apoiar no mesmo para criar o outro, de utilizar o código das designações para fazer aparecer [...] outros aspectos das significações já dadas.” (CASTORIADIS, 1982, p. 398). Nesse processo de localização de um referencial para criar outras significações comuns, o Interventor Rafael Fernandes Gurjão externou o valor em torno do reconhecimento aos profissionais homenageados:

Considerando que a preparação moral e cívica da mocidade é o produto da contínua dedicação dos professores que se consagram aos elevados misteres da sua nobre função;  
Considerando que esses servidores da Pátria abraçam ardorosamente a missão de educar e instruir a mocidade, a ela votando o melhor das suas energias e chegando mesmo a se tornarem apóstolos da meritória cruzada da alfabetização,  
Considerando que é de justiça, no “Dia do Professor”, homenagear aqueles que em vida procurarem fielmente os seus deveres de educadores; e  
Considerando que unir os seus nomes aos estabelecimentos de ensino é oferecer oportunidade para que as futuras gerações lhes perpetuem a memória e se inspirem nas virtudes cívicas e morais que souberam cultivar; [...]. (RIO GRANDE DO NORTE, 1924c, p. 69).

Apesar de corresponderem a outras modalidades de escola, foi o padrão nominativo utilizado pela primeira vez em grupos escolares que se tornou referência ao ser objeto de cinco decretos, sendo o primeiro de 15 de outubro de 1942 e o último de 28 de maio de 1943, conforme os Quadros 7 e 8.

Quadro 7: Escolas Reunidas com topônimos de professores (1942 – 1943)

Ano	Modalidade de Escola / Localidade	Denominação	Legislação Educacional
1942	Escolas Reunidas Município – Natal	Professor Oscar Vanderlei	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escolas Reunidas da Vila Fernando Pedroza, Mun. – Angicos	Professor Manuel Garcia	Decreto M. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escolas Reunidas da Vila Epitácio Pessoa, Mun. – Angicos	Professor Abel Furtado	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escolas Reunidas da	Professor Alfredo	Decreto N. 1.104, 15

	Vila Upanema, Mun. – Augusto Severo	Simoneti	out. 1942
1942	Escolas Reunidas da Vila Barcelona, Mun. – São Tomé	Professor Tertuliano Pinheiro Filho	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escolas Reunidas da Vila de São Bento do Norte, Mun. – Angicos	Professor Abel Barreto	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escolas Reunidas da Vila de Cerro-Corá, Mun. – Currais Novos	Professor Ezequiel Benigno	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escolas Reunidas da Vila de São Vicente, Mun. – Flores	Professor Vale Miranda	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escolas Reunidas da Vila de Campestre, Mun. – Nova Cruz	Professor Tomaz de Aquino	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1943	Escolas Reunidas da Povoação Estreito, Mun. – Macau	Professor Odilon Garcia	Decreto N. 1.160, 19 fev. 1943
1943	Escolas Reunidas da Povoação Paraú, Mun. – Augusto Severo	Professor Luiz Gondim	Decreto N. 1.160, 19 fev. 1943
1943	Escolas Reunidas do Sítio São Miguel, Mun. – Angicos	Professora Júlia Barbosa	Decreto N. 1.201, 28 maio 1943

**Fonte:** Legislação Educacional do Rio Grande do Norte (1942-1943).

Quadro 8: Escolas Isoladas com topônimos de professores (1942 – 1943)

<b>Ano</b>	<b>Modalidade de Escola / Localidade</b>	<b>Denominação</b>	<b>Legislação Educacional</b>
1942	Escola Isolada da Redinha, Município – Natal	Professora Leonor Lima	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Dispens. Sinfrônio Barreto, Município – Natal	Professor José Emerenciano	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Pajussara, Município – Natal	Professora Francisca de Oliveira	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Pirangi do Norte, Município – Natal	Professor Apolinário Barbosa	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Betúlia, Município – Macaíba	Professora Ecila Cortês	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Bom Jesus, Município – Macaíba	Professora Natália Fonsêca	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Cana Brava, Município – Macaíba	Professor Bezerra da Costa	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de São Pedro, Município – Macaíba	Professor Pedro Alexandrino	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Serra Caiada, Município – Macaíba	Professora Herondina Caldas	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Barreiros, Município – São Gonçalo	Professor José Fernandes	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Pedra Branca, Município – São	Professora Josefa Alves	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942



Ano	Modalidade de Escola / Localidade	Denominação	Legislação Educacional
	Gonçalo		
1942	Escola Isolada de Guanduba, Município – São Gonçalo	Professora Benigna Silva	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Santo Antônio Município – São Gonçalo	Professor Benvenuto Filho	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Igreja Nova, Município – São Gonçalo	Professora Raimunda Queiroz	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Capim, Município – Ceará-Mirim	Professora Áurea Barros	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Coqueiros, Município – Ceará-Mirim	Professora Maria das Graças Freitas	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Estivas, Município – Ceará-Mirim	Professora Petrolina Leiros	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Laranjeiras, Município – S. J. de Mipibú	Professora Terceira Rocha	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada do Piáu, Município – Goianinha	Professor Wilson Rocha	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada da Vila Equador, Município – Parelhas	Professora Isabel Ferreira	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Carnaúba, Município – Pedro Velho	Professor Joaquim Soares	Decreto N. 1.104, 15 out. 1942
1942	Escola Isolada de Patané, Município – Arez	Professor Luciano Garcia	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escola Isolada de Baldum, Município – Arez	Professora Cristina Mangabeira	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escola Isolada de Cágados, Município – São Miguel	Professor José Próspero	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escola Isolada de Pitangui, Município – Ceará-Mirim	Professora Lígia Navarro	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escola Isolada de São Fernando, Município – Caicó	Professor Joaquim Apolinário	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escola Isolada de Queimadas, Município – Baixa Verde	Professora Maria Diniz	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escola Isolada de Parazinho, Município – Baixa Verde	Professor Miguel Monteiro	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escola Isolada de Japí, Município – Nova Cruz	Professora Dalvanira de Oliveira	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escola Isolada de Regomoleiro, Município – São Gonçalo	Professor Manuel Fernandes	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escola Isolada de Serrinha, Município – Santo Antônio	Professora Domitila Noronha	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escola Isolada de Lagoa de Pedras, Município –	Professora Alice Brito	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942

	Santo Antônio		
1942	Escola Isolada de Currais, Município – Papary	Professora Alice Rocha	Decreto N. 1.113, 29 out. 1942
1942	Escola Isolada da Vila Serra de São Bento, Município – Nova Cruz	Professor Joaquim Torres	Decreto N. 1.115, 10 nov. 1942
1942	Escola Isolada da Povoação de Panelas, Município – Nova Cruz	Professora Nazaré Barbosa	Decreto N. 1.115, 10 nov. 1942
1942	Escola Isolada de Galinhos, Município – Baixa Verde	Professora Cristina Mangabeira	Decreto N. 1.115, 10 nov. 1942
1942	Escola Isolada de Cajazeiras, Município – Portalegre	Professor Antônio Rosendo	Decreto N. 1.115, 10 nov. 1942
1942	Escola Isolada de Morrinhos, Município – Papary	Professora Alice Brito	Decreto N. 1.115, 10 nov. 1942

**Fonte:** Legislação Educacional do Rio Grande do Norte (1942-1943).

Os cinco decretos utilizados para o objetivo de reconhecer a docência, figurada em alguns sujeitos representantes desse lugar de fala, foram direcionados para 50 (cinquenta) escolas, sendo 12 (doze) Reunidas e 38 (trinta e oito) Isoladas, localizadas em cidades, vilas, povoados e sítios, e homenagearam 48 (quarenta e oito) docentes (22 professoras e 26 professores), tendo em vista que as professoras Cristina Mangabeira e Alice Brito tiveram seus nomes lembrados em duas escolas cada uma.

Chegando ao ano de 1943, que foi o último da Interventoria de Rafael Fernandes, a capital do Rio Grande do Norte já se apresentava totalmente incluída na história do grande conflito mundial ocorrido à época. Sobre essa realidade, Spinelli esclarece a relevância de Natal para aquele momento bélico:

Durante a Segunda Guerra Mundial, Natal, em virtude de sua posição estratégica foi praticamente ocupada por tropas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e por forças norte-americanas que utilizavam a Base Aérea de Parnamirim (a 15km da capital) para atingir a África e a Europa. Entre 1943 e 1945, cerca de dez mil soldados norte-americanos estavam em Natal (afora os soldados brasileiros) [...]. (SPINELLI, 2010, p. 168).

Naquele contexto da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), os conflitos políticos locais também ocorriam, o que teria levado à retirada de Rafael Fernandes do cargo que ocupava. Segundo Spinelli (2010, p. 168), o principal mentor da conspiração militar contra o governo civil à frente da administração do Rio Grande do

Norte teria sido “[...] o general Gustavo Cordeiro de Farias, comandante das forças brasileiras sediadas em Natal e eventual beneficiário de uma mudança na interventoria.” Contudo, o Presidente Getúlio Vargas cedeu apenas em parte às pressões dos militares, não empossou no cargo o principal conspirador para a saída de Rafael Fernandes, optando pelo general norte-rio-grandense Antônio Fernandes Dantas.

O General de Brigada do Exército Brasileiro Antônio Fernandes Dantas, nascido no Rio Grande do Norte, no município de Caicó, foi o sétimo Interventor Federal no Estado. Na sua gestão, durante dois anos e um mês (3 jul. 1943 a 15 ago. 1945), o professor Severino Bezerra de Melo foi Diretor do Departamento de Educação e priorizou a condução das políticas públicas educacionais de transferência, abertura e conversão de escolas primárias, principalmente, as escolas isoladas.

Naquela Interventoria também observamos o desenvolvimento de uma política educacional de cuidados com a saúde e bem estar das crianças escolares.

Há impressionantes aspectos na vida de nosso escolar pobre. Dentre eles ressaltam a subalimentação e as dificuldades em adquirir o modesto uniforme para frequentar as aulas. Fiel a esses imperiosos objetivos sociais, o Interventor Fernandes Dantas vem olhando com superior interesse e louvável carinho para esses problemas de tão alta finalidade humana. O seu Governo adquiriu para essas crianças cinquenta mil cruzeiros de comprimidos de vitaminas; forneceu-lhes para mais de dois mil uniformes, instituiu a merenda escolar em cinco Grupos da capital. Diariamente os seus alunos têm o seu copo de leite e o seu pão, gastando-se para isso de dez a quinze mil cruzeiros mensalmente. Roupas, vitaminas, merendas, representam alguma coisa na vida dos escolares pobres. Pois tudo isso vão eles tendo, com a satisfação dos que lhes estão proporcionando esses benefícios que jamais serão esquecidos. (CUIDADO COM A SAÚDE E O BEM ESTAR DOS ESCOLARES, 1945, p. 9).

Apesar da preferência por uma modalidade de escolas isoladas, que requeriam menos custos, assim como pelo interesse de prover roupas, vitaminas, e merendas aos escolares pobres, no ano de 1945 o Interventor Antônio Fernandes Dantas autorizou a conversão de uma unidade de escolas reunidas para grupo escolar na Vila de Parnamirim.

Pelo olhar de Câmara Cascudo constante da obra *Nomes da Terra* (1968), Parnamirim, enquanto espaço para a sua futura ocupação urbana nos moldes das cidades atuais, detinha uma “certidão de nascimento” do ano de 1927, quando já nascera (de)marcada pelo “signo” da aviação certa vez que ali existia uma excelente área que fora propícia à implantação de um campo de pouso, de uma futura Base Militar da Aeronáutica e de um aeroporto. À medida que se buscava o crescimento físico do espaço urbano de Parnamirim, tentava-se associar a tal desenvolvimento os avanços advindos com a presença modernizadora naquele recorte do solo da capital do Estado em que o imaginário tinha a modernização como uma atividade de planejamento do urbano.

Uma referência ao tempo de seu desenvolvimento inicial, momento em que Parnamirim ainda era uma Vila do Município de Natal, pode ser visibilizada no topônimo do grupo escolar que fora criado pelo Decreto-lei N. 388, de 11 de julho de 1945. Modernização aqui também está associada à educação, certa vez que os grupos escolares correspondiam à categoria de escola que detinha as melhores condições de ensino:

Art. 1.º – É criado na povoação de Parnamirim, do Município desta capital, um Grupo Escolar denominado “Presidente Roosevelt”, com três cadeiras primárias, que serão providas na forma da lei.

Parágrafo único – A escola [rudimentar] ali existente passará a constituir uma das cadeiras de que se compõe o referido Grupo Escolar.

Art. 2.º – O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (RIO GRANDE DO NORTE, 1946, p. 34).

A citada homenagem deu-se em reverência ao Presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, à época recém-falecido. Era Roosevelt o líder político dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Fora ele o responsável pelos investimentos na Parnamirim Field, garantindo assim o acordo entre Estados Unidos e Brasil, do qual decorreu o envolvimento do nosso país naquele trágico momento da história mundial. Os contatos entre as duas nações trouxeram ao Brasil – e mais especificamente ao solo potiguar – a visita do Presidente norte-americano. O acontecimento que se deu no dia 28 de janeiro de 1943 ficou conhecido como “Conferência de Natal”, quando Getúlio Dornelles Vargas e Franklin Delano Roosevelt se encontraram e firmaram importantes acordos que refletiram

diretamente no crescimento e no desenvolvimento do que naquele mesmo ano seria a Vila de Parnamirim.

A homenagem ao Presidente Roosevelt, presente na denominação do primeiro grupo escolar de Parnamirim, fortalece o imaginário toponímico alicerçado no tempo histórico dos acontecimentos. Assim como foi com o Grupo Escolar Três de Outubro, o Grupo Escolar Presidente Roosevelt também apresentava em seu nome uma “leitura” do contexto histórico que a nação vivia no espaço local. Nesse sentido, concordamos com o pensamento de Lima (2017, p. 31) para compreendermos a criação do Grupo Escolar Presidente Roosevelt como parte do contexto da Segunda Guerra, que “[...] trouxe transformações substanciais para a cidade, e seu fim possibilitou mudanças significativas do ponto de vista político, com o processo de redemocratização.”

O bacharel em Direito e jornalista José Georgino Alves de Souza Avelino, nascido no município de Angicos, no Rio Grande do Norte, foi o oitavo Interventor Federal que governou o estado. Sua curtíssima administração, que durou cerca de dois meses (15 ago. a 19 out. 1945), foi interrompida pelo fato de sua eleição para o cargo de Senador da Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Com a renúncia de Georgino Avelino, assumiu interinamente a Interventoria o também bacharel em Direito e jornalista Dioclécio Dantas Duarte – natural de Natal –, que naquele momento ocupava o cargo de Secretário-Geral do Governo e que permaneceu poucos dias à frente da administração estadual (28 de out. a 3 de nov. 1945).

Naqueles pouco mais de dois meses das interventorias de Georgino Avelino e Dioclécio Dantas, que tiveram como Diretor do Departamento de Educação o professor Severino Bezerra de Melo, observamos a existência de um único ato político em favor da educação pública do Rio Grande do Norte, que condiz à conversão de uma escola da modalidade reunidas, denominada Jacumaúma e localizada na cidade de Arez (do município homônimo), em grupo escolar. O exíguo tempo de interventoria e o momento de instabilidade política por que passava a nação, culminado com a retirada de Getúlio Vargas do poder, impossibilitaram naqueles meses a continuidade da política de expansão da educação primária para crianças, jovens e adultos. O desembargador natalense Miguel Seabra Fagundes foi o sucessor de Georgino Avelino, sendo o nono Interventor Federal no Rio Grande do

Norte, tendo a sua curta interventoria durado apenas 3 (três) meses (7 nov. 1945 a 13 fev. 1946).

Sobre as mudanças que ocorriam na nação e os seus reflexos no âmbito da espacialidade local, Mariz e Suassuna (2001, p. 70) apontam para uma reorganização política em que, mesmo com o fim do Estado Novo (1945), “[...] o sistema administrativo dos Estados foi mantido provisoriamente, enquanto as forças políticas se recompunham, se articulavam e se organizavam em partidos, com vistas ao procedimento democrático das eleições do ano seguinte.” Para o momento histórico por que a nação e o estado passariam, Lima (2017, p. 43) nos indica metodologicamente que “[...] é importante desnaturalizar o processo de redemocratização, certa vez que existiu intensidade dos acontecimentos políticos daquele ano (1945).”

A política nacional que até então era controlada pela Ditadura do Estado Novo começava a passar por um processo de clivagem que recuperaria para a maioria dos brasileiros alguns direitos tolhidos pelo Golpe de 1930 e pela Constituição de 1937. Com a eleição direta para a presidência da República, realizada em 2 de dezembro de 1945, o processo de redemocratização estava deflagrado e afetaria na concepção e promulgação de uma das leis nacionais e locais que garantiriam direitos para os brasileiros.

Assim, logo ao começar o primeiro ano pós-eleição, foi sancionada por José Linhares, chefe provisório do governo federal, a Lei Orgânica do Ensino Primário. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-lei N. 8.529 ganhou existência e validade para direcionar o ensino primário nacional e acolher possíveis adaptações que existissem posteriormente pelas sanções das Leis Orgânicas dos Ensinos Primários dos Estados. O Decreto-lei cuidava de todos os pontos que sistematizariam e ordenariam o Ensino Primário, tendo início pela exposição das finalidades que estavam na base da organização desse segmento da educação:

- a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeçam, dentro de elevado espírito e fraternidade humana;
- b) oferecer, de modo especial às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade;

c) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, a defesa da saúde e a iniciação ao trabalho. (RIO GRANDE DO NORTE, 1946b, p. 1).

Depois de apresentadas as finalidades, a sequência era esclarecedora das categorias do Ensino Primário e de seus cursos, destinando o Ensino Primário Fundamental às crianças de sete a doze anos e prevendo que seja ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar e o complementar. É disposto também o Ensino Primário Supletivo, destinado a adolescentes e adultos e ministrado em curso único.

Os demais pontos do decreto-lei correspondiam à ligação do Ensino Primário às outras modalidades de ensino; à sua estrutura composicional (disciplinas ensinadas em cada curso elementar, complementar e supletivo); à orientação geral para o atendimento aos princípios envolvidos no processo da formação humana; à adoção dos programas mínimos de ensino; à vida escolar (com a sistematização do calendário letivo, admissão aos cursos e avaliação dos resultados do ensino); à administração e organização (sendo ministrado pelos poderes públicos e podendo também contar com a livre iniciativa particular); ao sistema de ensino e seus itens a serem executados; aos tipos de estabelecimentos de ensino; à disposição do corpo docente e administrativo; à existência de instituições complementares à escola; à construção e aparelhamento escolar; à gratuidade e obrigatoriedade do ensino; aos recursos para manutenção e desenvolvimento dos serviços; às medidas auxiliares e às disposições finais.

No entanto, apesar de dispor sobre tamanha variedade de pontos relativos à educação primária do país, a Lei Orgânica do Ensino Primário não fazia qualquer menção ao processo de denominação de instituições escolares, fator este que indica uma possibilidade de livre escolha, o que pode ser apreendido como uma peculiaridade da época, decorrente do processo recente de redemocratização vivido e da inerente valorização da liberdade, constituindo ainda um elemento que coaduna com a afirmação de Aróstegui (2006, p. 480) de que “a observação da história é a observação das fontes.”

O breve tempo de administração do Interventor federal Miguel Seabra Fagundes não significou empecilho para promover a execução da Lei Orgânica do Ensino Primário. Para isso, a política pública de criação de escolas que tinha o objetivo de alfabetizar crianças, adolescentes e adultos foi priorizada. Já buscando promover a expansão da educação escolar pública e primária, um primeiro Decreto

Decreto N. 1.436, criou dez Escolas Isoladas na espacialidade da capital, compreendendo as seguintes localizações: 8 (oito) em bairros – 3 (três) no Alecrim, 2 (duas) nas Rocas, 2 (duas) no Tirol, 1 (uma) em Areia Preta; e 2 (duas) em povoações – 1 (uma) na Redinha e 1 (uma) em Ponta Negra (RIO GRANDE DO NORTE, 1947a).

Miguel Seabra não deixou restrito à capital o processo de expansão e democratização do acesso às oportunidades educacionais primárias. Com o Decreto-Lei N. 522, de 4 fev. 1946, determinou a criação de 50 (cinquenta) cursos para alfabetização de adultos, os quais funcionariam nos quarenta e dois municípios do Estado. Naquele Decreto-Lei não se encontram dispostas as quantidades de cursos a funcionar em cada município, mas relacionando a quantidade de cursos criada (cinquenta) ao número de municípios atendidos (quarenta e dois), inferimos a probabilidade de que a capital ou outro(s) município(s) com maior demanda populacional adulta carente de alfabetização recebessem número de cursos superior a municípios com população numericamente inferior.

Não obstante a ausência das quantidades de cursos para cada município, o decreto-lei revelava preocupação em definir quais os profissionais que poderiam lecionar nos cursos criados e quais os valores relativos ao pagamento daqueles que já eram professores de escolas primárias de competência dos entes públicos e que viriam a ter um aumento de carga horária para outra regência:

§ 1º – Esses cursos poderão ser ministrados

a) Por Professor Primário já pertencente ao magistério, quando no interesse do ensino for designado sem outras vantagens além dos vencimentos de seu respectivo cargo.

b) Por Professor Primário extranumerário mensalista.

§ 2º – No interesse do ensino, poder-se-á atribuir, eventualmente, ao Professor com exercício em escola primária, a regência de qualquer desses Cursos, com direito a mais Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) por aula excedente às do horário normal a que esteja obrigado no exercício de sua cadeira. (RIO GRANDE DO NORTE, 1947b, p. 22-23).

A criação dos 50 (cinquenta) cursos para alfabetização de adultos ocorreu quase concomitantemente à aprovação da Lei Orgânica do Ensino Primário no Brasil (Decreto-Lei N. 8.529, de 2 jan. 1946), fator este que fomenta a compreensão de que o Estado do Rio Grande do Norte já começava a efetivar a execução de parte da legislação maior do ensino primário nacional no que corresponde a uma das duas



categorias de ensino oferecidas – o ensino primário supletivo (destinado aos adolescentes e adultos), favorecendo assim ao que entendemos ser um processo de democratização da educação, por via da alfabetização de uma parcela da população que ainda não era contemplada por oferta educacional regular.

O funcionário dos Correios e Telégrafos, Diretor-Presidente do Banco do Rio Grande do Norte e empresário da indústria açucareira, Ubaldo Bezerra de Melo, pernambucano da cidade de Recife, foi nomeado décimo Interventor Federal do Rio Grande do Norte, governando por um período de 11 (onze) meses (13 fev. 1946 a 15 jan. 1947).

Em sua interventoria, a política pública de expansão das oportunidades escolares por via da educação primária recebeu considerável atenção. Ubaldo Bezerra de Melo pode contar com o próprio irmão, o professor Severino Bezerra de Melo, à frente do Departamento de Educação. Juntos, somaram poder, empreenderam um planejamento que ficou evidente pelas ações que gradualmente foram sendo executadas para a educação local.

Pelo fato de o Rio Grande do Norte ainda não possuir naquele momento a sua própria Lei Orgânica para o Ensino Primário, a Lei Orgânica [Nacional] do Ensino Primário era utilizada como mecanismo norteador para o desenvolvimento das políticas públicas que abrangeriam as modalidades de escola que aqui existiam. Seguindo as orientações legais que validariam cada ação, um planejamento começou a ser realizado, a princípio por via da ampliação de algumas instituições escolares que já existiam. O Decreto N. 1.452, de 28 de fevereiro de 1946, criou cadeiras em diversos estabelecimentos de ensino da capital e do interior:

Art. 1º – Ficam criadas nos estabelecimentos de ensino primário abaixo mencionados, as seguintes cadeiras: duas (2) em cada um dos Grupos Escolares “João Tibúrcio”, “Frei Miguelinho”, “Izabel Gondim”, “Alberto Torres”; uma (1) nas Escolas Reunidas “Áurea Barros”, desta Capital; uma (1) em cada um dos Grupos Escolares “Barão do Mipibú”, da cidade de São José de Mipibú; “Alberto Maranhão”, da cidade de Nova Cruz; “Pedro Velho”, da cidade de Pedro Velho, e “Joaquim Correia”, da cidade de Pau dos Ferros.

Parágrafo único – Essas cadeiras serão instaladas, no corrente exercício, dentro dos recursos orçamentários, e providas de acordo com a legislação vigente (RIO GRANDE DO NORTE, 1947c, p. 45).

A ampliação das oportunidades em instituições escolares já existentes nos espaços da capital e do interior foi continuada pela conversão de duas escolas

reunidas em grupos escolares – respectivamente “Áurea Barros”, no município de Natal e “Padre Cosme”, no município de São Miguel – e pelo desdobramento de uma escola isolada em duas, na povoação de Sertãozinho, no município de Canguaretama. Estas últimas, em decorrência do novo número de cadeiras, foram simultaneamente convertidas para Escolas Reunidas “Professor Manuel Miranda”.

Em todos esses casos houve continuidade das denominações que identificavam as instituições antes de cada conversão de modalidade, o que repetia os imaginários já existentes em homenagem à uma referência religiosa local e à história da educação, pelos nomes de professores, preservando-os integrantes da composição do magma toponímico da educação do Rio Grande do Norte.

Naquele curto governo interventor, que durou apenas onze meses, também foram criadas 127 (cento e vinte e sete) escolas isoladas, localizadas em povoações, pequenos lugarejos e sítios de todas as regiões do Estado. Dentre elas, 81 (oitenta e uma) resultaram do Decreto N. 1.460, de 10 de maio de 1946; 15 (quinze) foram criadas pelo Decreto N. 1.476, de 19 de junho de 1946; e 30 (trinta) surgiram a partir do Decreto N. 1.511, de 15 de outubro de 1946. Por aquela política pública de expansão das oportunidades escolares por via da educação primária, foram contemplados 34 (trinta e quatro) municípios, dentre os 42 (quarenta e dois) existentes, destacando-se, pela quantidade de escolas criadas, Pau dos Ferros com 15 (quinze) e Patú com 11 (onze) escolas de modalidade isolada.

Entretanto, mesmo com o grande investimento verificado pelo número expressivo de escolas de modalidade isolada criadas, aquelas instituições, que poderiam existir num ano e não mais no ano seguinte, a depender da quantidade de alunos matriculados, como a maioria das semelhantes já existentes, continuaram sem apresentar uma denominação que as identificasse. Pelo menos nos decretos até agora encontrados e aqui expostos, tais equipamentos educacionais são apenas criados e estabelecidos num lugar de funcionamento, o que os coloca em clara diferenciação de relevância em comparação aos grupos escolares.

No segundo semestre do ano de 1946, porém, uma mudança começa a aparecer no hábito de criar e automaticamente nomear um grupo escolar. Pelo Decreto N. 1.499, de 6 de setembro de 1946, oito grupos foram criados em Natal, sem qualquer alusão às suas denominações:

Cria oito escolas no município de Natal

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, n.º I, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1.º – Ficam criados, no município de Natal, oito Grupos Escolares situados nos seguintes pontos: Cidade Alta, Rocas, Tirol, Alecrim, Quintas, Praia do Meio, Ponta Negra e Redinha (RIO GRANDE DO NORTE, 1947g, p. 84).

Com esse Decreto, testemunhamos a primeira vez na história do Rio Grande do Norte em que um grupo escolar foi criado e não simultaneamente nomeado, além da vagueza legada às localizações definidas no Decreto. Isso nos faz questionar qual intenção poderia ter motivando tão radical mudança de procedimento. Ao que nos parece, o período de redemocratização nacional que era vivenciado já poderia estar refletindo numa alteração do perfil institucional dos grupos escolares do Rio Grande do Norte, os quais estariam em declínio valorativo, tendo suas imagens descoladas da suntuosidade que em muito deviam ao status de algumas elites políticas que de algum modo representavam.

Conforme Berstein (1998, p. 355), poderíamos estar presenciando “[...] um fenômeno evolutivo que corresponde a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo.” Dessa forma, não nomeá-los de imediato poderia ser um princípio democrático que se objetivava associar à ideia de maior acesso a educação pública naquelas instituições.

Iniciada a Interventoria do General Orestes da Rocha Lima, que governou por seis meses (15 jan. a 31 jul. 1947), verificamos a expedição da Lei Orgânica do Ensino Primário para o Estado do Rio Grande do Norte (Decreto-Lei N. 683, de 10 de fevereiro de 1947), dentro das normas estabelecidas pela Lei Orgânica [Nacional] do Ensino Primário (Decreto-Lei N. 8.529, de 2 jan. 1946). Em consonância com os ordenamentos da Lei Orgânica [Nacional] do Ensino Primário, a versão estadual também não fazia qualquer menção a como deveria ser o processo de denominação de instituições educacionais, seja qual fosse modalidade de escola a que pertencesse, o que nos leva a compreender que o momento daquela cultura política nacional de redemocratização poderia dar abertura para a livre escolha dos topônimos, já que não havia preocupação em orientar sobre o tema.

Ainda no decorrer da referida Interventoria também apreciamos, em duas oportunidades, o empreendimento dos últimos atos em prol de uma política pública de expansão das oportunidades educacionais em grupos escolares naquele ano que encerrava, no Rio Grande do Norte, a cultura política de intervenções federais, iniciadas ainda em 1930. Pelo Decreto N. 1.560, de 7 de março de 1947, foram criadas 11 (onze) cadeiras primárias assim distribuídas: 2 (duas) no Grupo Escolar “Augusto Severo”; 2 (duas) no Grupo Escolar “Isabel Gondim”; 2 (duas) no Grupo Escolar “Frei Miguelinho”; 2 (duas) no Grupo Escolar “João Tibúrcio”; 2 (duas) no Grupo Escolar “Alberto Torres” e 1 (uma) no Grupo Escolar “Áurea Barros” na capital. Já pelo Decreto N. 1.595, de 6 de junho do mesmo ano, foram criadas 3 (três) cadeiras primárias no Grupo Escolar “30 de Setembro” na cidade de Mossoró.

Apesar dos Decretos não apresentarem atos que criavam grupos escolares, alteravam ou conservavam nomes em ato de conversão, tornaram evidente o convívio e a manutenção de diversos imaginários toponímicos que sobreviveram ao tempo das mudanças e das diferentes culturas políticas. Os nomes do engenheiro aeronauta, político e membro da organização familiar Albuquerque Maranhão, Augusto Severo; do padre e revolucionário Frei Miguelinho; dos professores Isabel Gondim, João Tibúrcio e Áurea Barros; do magistrado e político de referência nacional Alberto Torres; e da data histórica e comemorativa local, para o município de Mossoró, 30 de setembro, demonstram as suas permanências e dos imaginários que compunham no magma de significações da linguagem na história da educação do Rio Grande do Norte, ao mesmo tempo em que podem ser compreendidos como resquícios democráticos que sobreviveram às clivagens políticas.

Por fim, em 30 de julho de 1947, um último Decreto emitido por parte de um governo interventor foi direcionado aos estabelecimentos de ensino do Estado e demais repartições públicas. Mas este derradeiro enlace político-administrativo não prescreveu denominação, repetição ou aparecimento de um novo imaginário toponímico para grupos escolares, objetivava especificamente constituir festiva a data em que se completou, no âmbito do Estado, a transição política nacional que iniciara com a eleição direta de Eurico Gaspar Dutra para Presidente da República, em 1945, e foi solidificada com a promulgação de nova Constituição Federal em 1946.

Assim, o interventor General Orestes da Rocha Lima, em reconhecimento ao momento de transição política que se dava no Estado federativo do Rio Grande do Norte, decretou:

Art. 1º – É declarado de Festa Cívica o dia 31 de julho de 1947, em que tomará posse o Governador eleito do Estado.

Parágrafo único – Nesse dia não funcionarão as repartições públicas estaduais, nem os estabelecimentos de ensino do Estado (RIO GRANDE DO NORTE, 1948d, p. 118).

Tal Festa Cívica e pública ocorreu em comemoração a um ato político que de grande importância para o Rio Grande do Norte: a posse do Governador de Estado José Augusto Varela. Resultante de eleição direta, aquela posse desfechava um hiato de cerca de vinte anos, uma lacuna democrática aberta logo após a eleição do governador Juvenal Lamartine de Faria, em 1927, e sua posse, em 1928. Desta feita, o teor desse decreto demarcava e festejava o encerramento, na instância estadual, daquela cultura política de administração interventora e autoritária iniciada em 1930.

Na realidade local, a existência de uma nova cultura política podia ser observada, certa vez que “[...] um fenômeno é identificado desde o momento em que pode ser isolado de outros, ao menos mentalmente, que seus contornos podem ser delimitados e que uma explicação a seu respeito pode ser esboçada.” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 477). Nesse sentido, o processo de redemocratização nacional, que havia sido aberto com as eleições diretas de 1945 e com a Constituição de 1946, havia se completado no espaço local, pela eleição e posse das representações político-constitucionais eleitas para os cargos contidos na Tabela (1) a seguir:

Tabela 1: Eleições e cargos (1945 – 1955)

<b>Data</b>	<b>Níveis</b>	<b>Cargos/vagas</b>
02/12/1945	Federal Estadual	Presidente da República; senador (2); deputado constituinte (7);
19/01/1947	Estadual	Senador (1); suplentes de senadores (2 suplentes para os senadores eleitos em 1945 e 1 para o eleito em 1947); Governador do Estado; deputado estadual (30);

**Fonte:** Adaptada de Lima (2017, p. 15).

Conforme afirma Aróstegui (2006, p. 482), “o desfecho lógico do processo de uma pesquisa é [...] a construção de uma explicação”, logo, saía de cena, no espaço local, não apenas o poder interventor, também considerável parte das proposituras nominativas que emanavam ainda de um federalismo centrípeto, que teve o seu tempo próprio em cada Estado da União. Era a efetivação por completo, nesta unidade federativa, de uma passagem para outra página histórica de cultura política e de democracia nacional, que perduraria até abril de 1964. Decorrente desses, fatos, a partir daquele tempo, abre-se para nós o interesse pela continuidade das pesquisas sobre a História da Educação pelas toponímias.



*Considerações  
finais*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para pensar como foi forjado cada imaginário toponímico dos grupos escolares do Rio Grande do Norte entre 1907 e 1947, fez-se necessário problematizar as relações com as culturas políticas que fomentaram a sustentação de suas elites e a aposição de cada denominação. Por essa premissa, evidenciam-se também considerações que possibilitam uma composição histórica que fez “dialogar” o(s) sujeito(s) político(s) viabilizador(es) da homenagem com o(s) sujeito(s)/ente(s) homenageado(s).

A pesquisa nos documentos escritos e as análises provenientes do teor de cada fonte relacionada nos possibilitou compreender, pelos imaginários toponímicos dos grupos escolares, como as culturas políticas determinaram a aposição, repetiram determinado imaginário, modificaram e até promoveram silenciamentos de imaginários no decorrer dos processos de denominação dos grupos escolares. A cada momento analisado, as culturas políticas e os imaginários toponímicos que elas determinaram “apareciam” para a história da educação, materializados nos decretos de criação ou modificação dos grupos, pelas escolhas dos nomes do homenageado e do patrono de cada instituição quando estava a se expandir a escola graduada primária.

Nesse sentido, compreendemos que o primeiro imaginário toponímico dos grupos escolares do Rio Grande do Norte, instaurado e ampliado no intervalo que inscreve do primeiro governo de Antônio de Souza ao segundo governo de Alberto Maranhão, foi fundado na criação e aposição denominativa do pioneiro grupo escolar que, em 1908, fora toponimizado “Augusto Severo”. Tal fato serve-nos como marco e revela-se resultado das motivações de uma cultura política própria da Primeira República, conduzida sempre em direção à afirmação e à defesa dos interesses da organização familiar que estava no poder desde 1892. A consolidação dessa cultura política pelos imaginários toponímicos dos grupos escolares inicia-se em 1907 por via da autorização para uma Reforma da Instrução Pública, que no ano seguinte (1908) permitiria a criação e denominação daquelas instituições nos municípios com sede de Comarca.

Resta aparente, da maneira como os integrantes daquela organização familiar dispunham da Reforma da Instrução Pública efetivada quando estavam à



frente do poder político-administrativo do Estado, um entendimento fundado na cultura política que lhes possibilitou manterem-se naquela prestigiosa condição por cerca de duas décadas da Primeira República. Os atos administrativos e as atitudes políticas por eles realizados revelam o que parecia constituir-se em apropriação da *res publica*, como se a liderança política e a ocupação do principal cargo de gestão do Estado lhes conferissem o direito de dispor como quisessem da existência daqueles primeiros grupos escolares, inclusive de agraciar seus entes com homenagens pelas nomeações das referidas escolas. Assim imprimiu-se a imagem de um estudioso que era cientista aeronauta, mas também irmão do então governador, como ícone da educação representada por essas novas instituições educacionais graduadas.

Compreendemos ainda que esse primeiro imaginário toponímico dos grupos escolares, surgido em homenagem aos políticos integrantes da organização familiar Albuquerque Maranhão, deu visibilidade à memória de entes que haviam outrora ocupado cargos políticos eletivos, já falecidos, porém com ampla valorização por parte do grupo que lideravam e da população. Augusto Severo de Albuquerque Maranhão fora reconhecido como o centro da intelectualidade científica da família, alçado para o topônimo do primeiro grupo escolar criado e posteriormente tomado como modelo para os demais; Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, mentor do governador Alberto Maranhão, fora considerado o artífice e consolidador da República no Estado do Rio Grande do Norte.

Essa cultura política que simbolizava a força das organizações familiares que se prolongaram no poder em cada unidade da federação teve iniciativas muito peculiares no Rio Grande do Norte, onde se tornou hábito recorrente homenagear os entes que ocuparam ou ocupavam alguns dos principais cargos da esfera pública do Estado, alcançando, para além dos sujeitos já falecidos, também aqueles ainda vivos e em plena atividade política. Fora esse o caso de outro irmão do governador, Fabrício Maranhão, que representava a longevidade da ocupação de cargos políticos por aquela organização familiar sendo simultaneamente Presidente da Assembleia Legislativa e Intendente de Canguaretama. Caso extremado dessa cultura cunhada pelos Albuquerque Maranhão fora o do governador, Alberto Maranhão, que, à busca por reconhecimento para sua organização familiar e

aproveitando a expansão das escolas graduadas primárias, chega a nomear uma em homenagem a si mesmo.

Por esse *modus operandi* que originara os grupos escolares “Augusto Severo”, de 1908; “Fabrício Maranhão”, de 1910, “Alberto Maranhão”, de 1912; e “Pedro Velho”, de 1913; aquela família não só prosseguiu com o hábito de levar a diversas espacialidades do Rio Grande do Norte homenagens autorreferidas, sobretudo disseminava na e para a história o nome de sua organização familiar como sendo a protagonista do processo de edificação das modernas escolas primárias graduadas aqui construídas e instaladas.

Dando continuidade à prospecção do interesse de serem mais reconhecidos pelos nomes para também serem mais lembrados nas situações políticas que lhes concediam continuidade na gestão pública do Estado, a organização familiar Albuquerque Maranhão, pela liderança do governador Alberto Maranhão, possibilitou a criação de outros imaginários toponímicos ao decretar a existência legal, física e denominativa de cerca de mais 21 (vinte e um) grupos escolares entre 1908 e 1913.

Porém a cultura política dominante que permitia a continuidade daquela organização familiar à frente do poder estadual não lhes dava condições de sobreviver sem apoios, especialmente após o falecimento do seu principal líder e articulador político, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Logo seus correligionários também ganhavam “existência” e visibilidade ao terem homenageado no topônimo de um grupo escolar um sujeito de expressão, um familiar ou uma referência a algum acontecimento histórico de seu espaço de origem. Isso firmava alianças e prorrogava a estabilidade perseguida.

Foi seguindo essa premissa que políticos, líderes religiosos que também faziam política, intelectuais e datas históricas passaram a compor outros imaginários toponímicos alicerçados nas políticas local e nacional e associados ao imaginário – organizações familiares – que ajudavam a sustentar e ao mesmo tempo lhes davam sustentação. Por essas correlações entre grupos políticos aliados ocorrera um processo de difusão de imaginários toponímicos que conviveram a partir de concessões que poderiam inclusive acarretar o reconhecimento da população e mais especificamente a garantia de mais apoios e votos.

Com essa abertura para a coexistência, num mesmo tempo, de vários imaginários toponímicos, inaugurada pelos Albuquerque Maranhão, verificamos

também um processo de continuidade desse *modus operandi* de valorização dos diversos grupos políticos do Estado, mesmo após a desocupação do poder por aquela organização familiar.

Porém compreendemos que, a partir de 1914, quando Joaquim Ferreira Chaves assumiu novamente o governo do Rio Grande do Norte e logo em seguida rompeu com a liderança dos Albuquerque Maranhão, encerrou-se um ciclo de poder na esfera estadual. Até o ano 1930 as motivações para a aposição dos topônimos dos grupos escolares evidenciou a necessidade de dividir as homenagens para que esse ato pudesse de alguma forma somar apoios e assegurar a manutenção do poder nas mãos do grupo que o detinha. Seja pelos correligionários Joaquim Ferreira Chaves e Antônio José de Melo e Souza ou pelo grupo político do Seridó, liderado por José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, essa prática de dividir homenagens para ganhar alianças fazia-se parte da cultura política dos governadores e era também demarcatória das relações de poder na Primeira República.

Nesse momento da ascensão de Joaquim Ferreira Chaves à liderança, apesar de verificarmos a continuidade do hábito de homenagear lideranças locais, também verificamos a necessidade de articulação com o cenário político nacional, evidenciada na edificação de um imaginário pelo enobrecimento nominativo de sujeitos que tiveram vultosa representação neste raio mais amplo. Ao mesmo tempo foi deflagrado um processo de silenciamento – ou ao menos de descontinuidade – do primeiro imaginário toponímico, que reverenciava pelas denominações de espaços públicos a organização familiar Albuquerque Maranhão. Ofuscar sua memória, esmaecê-la, após deixarem os cobiçados cargos que ocuparam por cerca de duas décadas, não mais lhes concedendo homenagens em topônimos, foi uma forma de descolamento das imagens, anteriormente aderidas, de Ferreira Chaves e daquela organização familiar e política desgastada e de diminuir o espaço de reconhecimento dela junto à população.

Com a conquista do governo do Estado por parte do grupo político do Seridó liderado por José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, a partir de 1924 a política local conviveu com o forte interesse dos governantes em valorizar a educação pública, ao mesmo tempo em que buscavam enaltecer a sua região de origem, tornando-a presente nas superfícies das espacialidades, rendendo

homenagens a nomes de figuras dela oriundas e de proeminência em suas áreas de atuação, a exemplo do que fizeram com as criações e denominações dos grupos escolares Manoel Dantas e Amaro Cavalcanti. Ao mesmo tempo, continuaram o hábito de toponimizar alguns grupos escolares com homenagens a sujeitos de expressão política nacional e de outras regiões do estado, configurando uma difusão de imaginários toponímicos – ou um imaginário toponímico difuso – que garantia melhor trânsito e mais alianças na cena política.

Com a Revolução de 1930 e ascensão de outras culturas políticas que variavam conforme o modelo de federalismo que estava em voga, foi o imaginário toponímico em homenagem a políticos de expressão no âmbito nacional e a datas alusivas a acontecimentos emblemáticos – o qual inclusive já havia sido “visitado” desde a criação dos primeiros grupos escolares do Rio Grande do Norte – que ganhou a notoriedade principal, para poder valorizar a historicidade associada à cultura do novo momento político vivido desde 3 de outubro daquele ano. Inscrito nesse imaginário toponímico em referência à história, com valorização da data que demarcava o momento de clivagem política entre a República Velha e a Nova República, o Grupo Escolar “3 de Outubro” teve sua existência constituída e festejada em 1935, para comemorar o aniversário de cinco anos da Revolução.

Apesar dos poucos investimentos públicos direcionados para essa modalidade de escola primária graduada no decurso daquele período, evidenciou-se a relevância do(s) imaginário(s) toponímico(s) por elas ostentado, quando em 1945 fora escolhida uma daquelas instituições para registrar a homenagem prestada a um sujeito político de projeção internacional, com ampla influência no Rio Grande do Norte. Assim, quando foi concedido ao distrito de Parnamirim o seu primeiro grupo escolar, a menção ao “Presidente Roosevelt” na escolha do nome demarcava uma cultura política de valorização nacional que se havia permitido dialogar com as relações internacionais, o que àquela altura era possível e rentável pelos vultosos investimentos destinados à edificação da principal Base Militar do Hemisfério Sul durante a Segunda Guerra Mundial.

Concomitantemente a essa proeminência da História Política presente nos topônimos, também verificamos a evidência de um novo imaginário toponímico, com elevação da História da Educação, pela exaltação de nomes de professores do Rio Grande do Norte. Inaugurado esse imaginário nas denominações de grupos

escolares no ano de 1934, a relevante homenagem serviu de modelo para outras modalidades de escola – Reunidas e Isoladas – na década seguinte, de certo modo representando em parte o acompanhamento das políticas nacionais em benefício da expansão, democratização e sistematização, a partir de legislações próprias (nacionais e locais) para a educação primária.

Chegado o momento de transição entre Repúblicas – da Ditadura do Estado Novo ao Governo Constitucional (entre 1945 e 1946) –, e com extensão, no âmbito local, dos resquícios da presença dos governos interventores até meados de 1947, constatamos a adoção de valores democráticos nos atos de denominações de grupos escolares, que deixaram de acompanhar, por um determinado momento, a suntuosidade de sua estrutura própria de funcionamento e nomeação advinda ainda da Primeira República. Por um decreto que criou vários grupos escolares, a princípio sem nomeação, verificamos a necessidade de se completar no espaço local a nova cultura política nacional, concretizada em 1946 com um governo eleito e uma nova Constituição Federal.

Assim, podemos dizer que o engrandecimento dos nomes da organização familiar Albuquerque Maranhão, de figuras políticas, religiosas, intelectuais e datas históricas com relevância local e nacional; a afirmação da espacialidade local seridoense pelas denominações em referência a cidadãos nativos ilustres; e o reconhecimento prestado ao nome de professores compuseram um magma da história da educação norte-rio-grandense no qual a cultura política foi o fator determinante para a definição dos imaginários toponímicos relativos aos grupos escolares do Rio Grande do Norte no período de 1907 a 1947.



## REFERÊNCIAS

ÁLBUM de Fotografias do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte: “Escola Normal” de 1927. 1 álbum. (100 fot.). Disponível em: <http://repositoriolabim.cchla.ufrn.br/> Acesso em: 12 dez 2018.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Políticas educacionais e Estado Federativo:** conceitos e debates sobre a relação entre município, federação e educação no Brasil. Curitiba: Appris, 2013.

ARAÚJO, Maria Marta. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte:** da Colônia à Primeira República. 1979. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica:** teoria e método. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. **O corpo e alma da cidade:** Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.

AZEVEDO, Fernando et al. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BASTIANI, Carla. Topônimos, nomes de escola e memória: o léxico como repertório do conhecimento cultural. **DLCV**, v. 12, n. 2, p. 189-209, 2016.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BRASIL. Decreto N. 19.398, de 11 de novembro de 1930. Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 1 fev. 1931a, seção 1, p. 1603. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em: 13 mai. 2015.

BRASIL. Decreto N. 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1930, seção 1, p. 20883. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 mai. 2015.

BRASIL. Decreto N. 19.444, de 01 de dezembro de 1930. Dispõe sobre os serviços que ficam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 25 dez. 1930b, seção 1, p. 22907. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19444.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2016.

BRASIL. Decreto N. 20.772, de 11 de dezembro de 1931. Autoriza o Convênio entre a União e as unidades da federação, para o desenvolvimento e padronização das estatísticas educacionais. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1931b, seção 1, p. 20032. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/htm>. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. **Constituições Brasileiras (1934)**. Organizado por Ronaldo Poletti. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001a. v. 3.

BRASIL. **Constituições Brasileiras (1937)**. Organizado por Walter Costa Porto. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001b. v. 4

BRASIL. **Constituições Brasileiras (1946)**. Organizado por Aliomar Baleeiro e Barbosa Lima Sobrinho. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001c. v. 5.

BRASIL. Decreto-Lei N. 4.958, de 14 de novembro de 1942. Institui o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1492, seção 1, p. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/html>. Acesso em 27 de jun. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei N. 5.293, de 1º de março de 1943. Declara ratificado o Convênio Nacional de Ensino Primário. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 03 mar. 1943, seção 1, p. 3115 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei/html>. Acesso em 28 de jun. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei N. 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 2 jan. 1946b, seção 1, 9.113 Disponível em: <http://www.soleis.adv.br>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRITO, Anderson Dantas da Silva; OLIVEIRA, Cledinaldo Antônio de. **Violeiros do Seridó: entre o repente e a história da cantoria de viola no sertão seridoense**. 2004. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2004.

BRITO, Anderson Dantas da Silva. **Em nomes dos interesses: imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República**. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

CARLOS, Nara Lidiana Silva Dias; SILVA, Lígia Pessoa; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. Centenário da Lei de 15 de outubro de 1827: um lugar de memória. **Research, Society and Development**, v. 7, n. 10, p. 1-20, 2018.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20 (estudo introdutório de Raimundo Arrais)**. Natal: EDUFRN, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da República no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965.



CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 4. ed. Natal: EDUFRN, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da Terra**: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: FJA, 1968.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935**: Natal, o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio, Natal: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

CRUZ, Paula Lorena C. A. da. **A Educação como instrumento na construção do imaginário republicano**: Grupo Escolar Barão de Mipibu (1909-1920). 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

CRUZ, Paula Lorena C. A. da. **Da suntuosidade à funcionalidade**: Grupo Escolar Barão de Mipibu (1909-1971). 2018. 208. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

CUIDADO com a saúde e o bem estar dos escolares. **A República**, Natal, 11 jul. 1945, p. 9.

CURSO de férias. **A República**, Natal, 14 jan. 1934, p. 6.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito à educação no Brasil**: um histórico pelas constituições. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

DICK, Maria V. de P. do A. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo** (1554-1897). São Paulo: ANNABLUME, 1996.

DICK, Maria V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

DISCURSO de posse na chefia do governo provisório em 3 de novembro de 1930. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **Getúlio Vargas**. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2011.

DUARTE, Constância Lima. Narrativas de viagem de Nísia Floresta. **Via Atlântica**, n. 2, p. 58-75, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira Educação**, n.14, p.19-34, 2000.

FERNANDES, Aline de Medeiros. **A expansão das escolas unitárias públicas norte-rio-grandenses (1835-1961)**. 2018. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

HORTA, José Silvério Baia. A política educacional do Estado Novo. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.

IV CONFERÊNCIA Nacional de Educação. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1931.

LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIMA, Jailma Maria de. **Taquei Detefon nos Brutos**: O Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955). Campina Grande: EDUFCG, 2017.

LIMA, Manoel Jácome de; VERAS, George. (Org.). **Patronos escolares**: dados biográficos dos patronos de antigos grupos escolares do Rio Grande do Norte. Alexandria(RN): Instituto Zulmirinha Veras, 2012.

LIMA, Nestor dos Santos. **Um século de Ensino Primário**. Natal: Typ. d'A República, 1927.

MAIA, Sebastião Alves. **Grupo Escolar Duque de Caxias festas escolares**: uma celebração de múltiplos significados – 1949-1962. 2012. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: espaço e história no regionalismo seridoense. Natal: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan K. de. Do Seridó. No Rio Grande do Norte. **Perigo Iminente**, v. 2, p. 31-33, 2012.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte contemporâneo (1934-1990)**. Natal-RN: CDF Gráfica e Editora, 2001.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Mensagens dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Norte na Primeira República**. Natal: Fundação José Augusto; Brasília: Centro Gráfico, 1984. (Coleção Documentos Potiguares, 16).

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **O Rio Grande do Norte no Senado da República**. Natal: EDUFRN, 2008.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de *et al.* A expansão da escola primária no Rio Grande do Norte e no Maranhão (1930-1961). In: SOUZA, Rosa Fátima de; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira Pinheiro; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho.

**História da escola primária no Brasil:** investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracajú: Edise, 2015.

MONARCHA, Carlos. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros** (Brasil – séculos XIX e XX). Uberlândia: EDUFU, 2016.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

MORAIS, Isabela Cristina Santos de. **A atuação de Manoel Dantas na instrução pública norte-riograndense (1897-1924)**. 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

MORAIS, Janaína Silva de. **Grupo escolar Joaquim Nabuco: história e práticas educativas** (Taipú/Rio Grande do Norte, 1919-1940). 2016. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar Augusto Severo – Natal/RN – 1908/1913**. 2005. 166f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

MOREIRA, Keila Cruz. **Padre Miguelinho: o intelectual, o professor, o revolucionário – vozes que se fazem ouvir**. 2005. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

MOREIRA, Keila Cruz. **Em nome da Pátria: escolas e tradições modernas**. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

O HOSPITAL. **Diário do Natal**, Natal, 14 set. 1909. p. 2.

PARABÉNS Acari!. **A Ordem**, Natal, 19 ago. 1942, p. 2, 4.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional**, v. 15, p. 169-193, 2010.

PINTO, Amanda Thaíse Emereciano. **A presença do professor Luís Correa Soares Araújo no Grupo Escolar Frei Miguelinho (1912-1967)**. 2015. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

PRÉDIOS ESCOLARES EM CONSTRUÇÃO. **A República**, Natal, 30 dez. 1933, p. 1.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei N. 175, de 26 de novembro de 1902: Declara feriado o dia 12 de maio homenagem à memória do eminente aeronauta Rio Grandense do Norte, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão. In: **Actos Legislativos e**

**Decretos do Governo do Estado (1902).** Natal: Typographia d'A República, 1903. p. 6.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei N. 197, de 28 de agosto de 1903: Declara que a Villa do Triumpho e município e districto judiciário do mesmo nome denominar-se-ão Augusto Severo In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo do Estado (1903).** Natal: Typographia d'A República, 1904. p. 4.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo da Abertura da Primeira Sessão da Sexta Legislatura em 1 de novembro de 1907 pelo Governador Antonio José de Mello e Souza.** Natal: Tip. D' A República, 1907.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei N. 249, de 22 de novembro de 1907. Autoriza o governo a reformar a Instrução Pública. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1907).** Natal: Typographia d'A República, 1908a. p. 5.

RIO GRANDE DO NORTE. Regimento Interno do Grupo Escolar "Augusto Severo". **Atos legislativos e decretos do Governo de 1908.** [Typographia d'A República], Natal, 1908b.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 174, de 5 de março de 1908. Cria no bairro da Ribeira um Grupo Escolar denominado "Augusto Severo". In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1908-1909).** Natal: Typographia d'A República, 1909a. p. 31.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 178, de 29 de abril de 1908. Restabelece a Diretoria na Instrução Pública, cria a Escola Normal, Grupos Escolares e Escolas Mistas e dá outras providências. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1908-1909).** Natal: Typographia d'A República, 1909b.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 180, de 15 de novembro de 1908. Cria na cidade de Mossoró um Grupo Escolar denominado "Trinta de Setembro". In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1908).** Natal: Typographia d'A República,

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 193, de 13 de março de 1909. Cria na cidade de Acari um Grupo Escolar denominado "Thomaz de Araujo". In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1909).** Natal: Typographia d'A República, 1910c. p. 64-65.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 198, de 10 de maio de 1909. Declara que o Grupo Escolar "Augusto Severo" será a Escola Modelo para servir de tipo ao ensino público elementar em todo Estado. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1909).** Natal: Typographia d'A República, 1910a. p. 73-74.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei N. 284, de 30 de novembro de 1909. Reforma a Instrução Pública do Estado. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1909).** Natal: Typographia d'A República, 1910b. p. 20-23.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 189, de 16 de fevereiro de 1909. Cria na cidade do Caicó um Grupo Escolar denominado "Senador Guerra". In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1909).** Natal: Typographia d'A República, 1910d. p. 43-44.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 194, de 15 de março de 1909. Cria na vila de Caraúbas um Grupo Escolar denominado “Antonio Carlos”. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1909)**. Natal: Typographia d’A República, 1910e. p. 66-67.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 196, de 21 de abril de 1909. Cria o Grupo Escolar “Almino Afonso”, na cidade de Martins. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1909)**. Natal: Typographia d’A República, 1910f. p. 70-71.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 202, de 2 de julho de 1909. Cria o Grupo Escolar “Coronel Mariz”, na vila de Serra Negra. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1909)**. Natal: Typographia d’A República, 1910g. p. 79-80.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 204, de 12 de agosto de 1909. Cria o Grupo Escolar “Barão de Mipibú”, na cidade de São José de Mipibú. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1909)**. Natal: Typographia d’A República, 1910h. p. 83-84.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 214, de 26 de janeiro de 1910. Providencia sobre a systhematização do ensino médio. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1910)**. Natal: Typographia d’A República, 1910i.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 239, de 15 de dezembro de agosto de 1910. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1910)**. Natal: Typographia d’A República, 1910j.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 224, de 8 de julho de 1910. Cria um Grupo Escolar denominado “Fabrício Maranhão” na vila de Pedro Velho. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1910)**. Natal: Typographia d’A República, 1911a. p. 76-77.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 220, de 7 de maio de 1910. Cria o Grupo Escolar “Moreira Brandão”, em Goianinha. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1910)**. Natal: Typographia d’A República, 1911b. p. 71-72.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 225, de 8 de julho de 1910. Cria um Grupo Escolar denominado “Antonio de Azevedo”, na cidade de Jardim do Seridó. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1910)**. Natal: Typographia d’A República, 1911c. p. 78-79.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 226, de 8 de julho de 1910. Cria um Grupo Escolar denominado “Nísia Floresta” na vila de Papari. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1910)**. Natal: Typographia d’A República, 1911d. p. 80-81.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 234. Decreto N. 234, de 10 de novembro de 1910. Cria um Grupo Escolar na vila de Pau dos Ferros denominado “Joaquim Correia”. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1910)**. Natal: Typographia d’A República, 1911e. p. 104-105.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 254, de 11 de agosto de 1911. Cria na cidade do Assú um Grupo Escolar denominado “Tenente Coronel José Correia”. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1911)**. Natal: Typographia d’A República, 1912a. p. 83.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 256, de 25 de novembro de 1911. Cria na vila de Currais Novos um Grupo Escolar denominado “Capitão Mor Galvão”. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1911)**. Natal: Typographia d’A República, 1912b. p. 85.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 257, de 25 de novembro de 1911. Cria na cidade do Apodi um Grupo Escolar, denominado “Ferreiro Pinto”. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1911)**. Natal: Typographia d’A República, 1912c. p. 86.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 258, de 11 de dezembro de 1911. Cria na vila de Angicos um Grupo Escolar, denominado “José Rufino”. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1911)**. Natal: Typographia d’A República, 1912d. p. 87.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 255, de 19 de outubro de 1911. Cria na cidade de Macaíba um Grupo Escolar denominado “Auta de Souza”. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1911)**. Natal: Typographia d’A República, 1912e. p. 84.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 243, de 4 de março de 1911. É criado na vila de Ares um Grupo Escolar denominado “Jacumaúma”. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1911)**. Natal: Typographia d’A República, 1912f. p. 59.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 266, de 23 de março de 1912. Cria um Grupo Escolar na cidade do Ceará - Mirim. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1912)**. Natal: Typographia d’A República, 1912g.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 261, de 28 de dezembro 1911. Cria o Código de Ensino. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1911)**. Natal: Typographia d’A República, 1912i. p. 90-116.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 263, de 8 de janeiro de 1912. Cria um Grupo Escolar na vila de Nova Cruz, denominado “Alberto Maranhão”. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1912)**. Natal: Typographia d’A República, [1913a?]. p. 76.

Rio Grande do Norte. Decreto N. 275, 18 set. 1912. Cria o grupo escolar Grupo Escolar Dr. Octaviano. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1912)**. Natal: Typographia d’A República, [1913b?]

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 265, de 20 de janeiro de 1912. Cria um Grupo Escolar denominado “Coronel Fernandes”, na vila de Luis Gomes. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1912)**. Natal: Typographia d’A República, [1913c?]. p. 78.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 277-B, de 28 de novembro de 1912. Cria o Grupo Escolar “Frei Miguelinho”, no bairro do Alecrim. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1912)**. Natal: Typographia d’A República, [1913d?]. p. 94.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 286, de 10 de julho de 1913. Cria, na cidade de Canguaretama, um Grupo Escolar denominado “Pedro Velho”. In: **Actos**

**Legislativos e Decretos do Governo (1913).** Natal: Typographia d'A República, 1914. p. 136.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 26, de 17 de dezembro de 1914. Cria na cidade de Santa Cruz um Grupo Escolar, denominado "Quintino Bocaiúva". In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1914).** Natal: Typographia d'A República, 1915. p. 104.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 59, de 07 de dezembro de 1916. Crêa na Billa de Areia Branco o grupo Escolar. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1916).** Natal: Typographia d'A República, 1916.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei N. 405, de 29 de novembro de 1916.** Reorganiza o Ensino Primário, Secundário e Profissional. Natal: Tipografia d'A República, 1917.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 74, de 16 de março de 1918. Cria um grupo escolar na vila de Santana do Matos. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1918).** Natal: Typographia d'A República, 1919. p. 195.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 92, de 3 de abril de 1919. Cria na vila de "Augusto Severo" um Grupo Escolar denominado Coronel "Tito Jacome". In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1919).** Natal: Typographia Comercial – J. Pinto & C. 1920. p. 74.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 113 de 14 de fevereiro de 1921. Cria no grupo escolar "Frei Miguelinho" um curso complementar mixto. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1921).** Natal: Typographia d'A República, 1921a.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 158 de 15 de dezembro de 1921. Cria no Grupo Escolar Modelo duas escolas complementares. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1921).** Natal: Typographia d'A República, 1921b.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem lida perante o Congresso Legislativo em 1º de novembro de 1922 pelo governador Antônio José de Mello e Souza.** Natal: Typ. Comercial – J. Pinto & Companhia, 1922.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 220 de 04 de dezembro de 1923. Cria o curso complementar em diversos Grupos Escolares. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1923).** Natal: Typographia d'A República, 1923.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 198, de 26 de fevereiro de 1923. Cria na cidade de Macau um Grupo Escolar com a denominação de "Duque de Caxias". In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1923).** Natal: Typographia d'A República, 1924a. p. 96.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. **Relatório apresentado pelo Dr. Nestor dos Santos Lima, Diretor do Departamento de Educação.** Natal, 1924b (Datilografado).

Rio Grande do Norte. Decreto N. 1.104 de 15 de outubro de 1942. Dá denominação às Escolas Reunidas e Isoladas. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1924)**. Natal: Typographia d'A República 1924c.

RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno das Escolas Isoladas**. Natal: Typ. d'A República, 1925a.

RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno das Escolas Rudimentares**. Natal: Typ. d'A República, 1925b.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. **Relatório apresentado pelo Dr. Nestor dos Santos Lima, Diretor do Departamento de Educação**. Natal, 5 out. 1925c. (Datilografado).

RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno dos Grupos Escolares**. Natal: Typ. d'A República, 1925d.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei N. 596, de 5 de dezembro de 1924. Declara que o Estado subvencionará as escolas particulares, primárias, secundárias ou profissionais que reunirem, no mínimo, 30 alunos de matrícula e média diária de 20 de frequência. **Atos Legislativos e Decretos do governo (1925)**. Natal: Typographia d'A República, 1925e.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 284, de 2 de dezembro de 1925. Cria na cidade de Lages um Grupo Escolar denominado "Pedro II". In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1925)**. Natal: Typographia d'A República, 1926a. p. 204.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. **Relatório apresentado pelo Dr. Nestor dos Santos Lima, Diretor do Departamento de Educação**. Natal, 15 set. 1926b. (Datilografado).

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 338, de 11 de agosto de 1927. Cria na Vila de Port'Alegre um grupo escolar, denominado Margarida de Freitas. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, 1928a. p. 319.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 341, de 23 de agosto de 1927. Cria um grupo escolar denominado Silvino Bezerra, na Vila de Flores. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Typographia d'A República, 1928b. p. 322.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 348, de 14 de outubro 1927. Considera feriado estadual o dia 15 de outubro, reconhecendo o centenário de 15 de outubro de 1927. **Actos Legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (1928)**. Natal: Typographia d'A República, 1928c. p. 329.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 350, de 15 de outubro 1927. Cria nas Vilas de Santo Antônio e de Touros e na Povoação de Baixa Verde, os grupos escolares Dr. Manoel Dantas, Coronel Antônio Lago e Capitão José da Penha. **Actos Legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Typographia d'A República 1928d. p. 331.



RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 368, de 31 de dezembro 1927. Cria nas Povoação de São Thomé um grupo escolar. **Actos Legislativos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Typographia d'A República 1928e. p. 514.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. **Relatório apresentado pelo Dr. Nestor dos Santos Lima, Diretor do Departamento de Educação**. Natal, 15 ago. 1928f. (Datilografado).

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 22 de 27 de dezembro de 1930. Considera aprovar nos exames de promoção e finaes todos os alunos das Escolas Normaes de Natal e Mossoró e dos cursos complementares do Estado que tenham obtido media nção inferior a 4 e dá outras providencias. In: **Actos Legislativos e Decretos do Governo (1930)**. Natal: Typographia d'A República, 1930.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 86, de 9 de maio de 1931. Concede subvenção às diversas escolas desta capital. **Decretos do governo (1931)**. Natal: Imprensa Oficial, 1931a. p. 145.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1, de 6 de outubro de 1930. Mantém a forma republicana e federativa, suprime o Poder Legislativo e dá outras providências. **Decretos do Governo Revolucionário de 6 de outubro a 31 de dezembro (1930)**. Natal: Imprensa Oficial, 1931.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 98, de 1 de junho de 1931. Considera os meses de dezembro, janeiro e junho de férias escolares. **Decretos do Governo de janeiro a junho (1931)**. Natal: Imprensa Oficial, 1932a. p. 170.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 116, de 13 de julho de 1931. Converte em Escola Isolada mista as duas cadeiras reunidas "Amaro Cavalcanti", de São Tomé. **Decretos do Governo de julho a dezembro (1931)**. Natal: Imprensa Oficial, 1932b. p. 4.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 155, de novembro de 1931. Autoriza o representante do Estado na 4ª Conferência Nacional de Educação a tomar parte no convênio para a padronização e desenvolvimento das estatísticas escolares. In: **Decretos do Governo de julho a dezembro (1931)**. Natal: Imprensa Oficial, 1932c. p. 56.

RIO GRAND DO NORTE. Decreto N. 168, de 30 de novembro de 1931. Estabelece o serviço de intercâmbio bibliográfico. **Decretos do Governo de julho a dezembro (1931)**. Natal: Imprensa Oficial, 1932d. p. 72.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 180, de 21 de dezembro de 1931. Cria o Fundo Especial de Contribuições Municipais. **Decretos do Governo de julho a dezembro (1931)**. Natal: Imprensa Oficial, 1932e. p. 149-150.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 195, de 9 de janeiro de 1932. Manda subvencionar as escolas primárias mantidas ou subvencionadas pelos municípios e que funcionavam regularmente em 1931 e dá outras providências. **Decretos do Governo de janeiro a junho (1932)**. Natal: Imprensa Oficial, 1933a. p. 6-8.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 199, de 20 de janeiro de 1932. Aprova e ratifica o Convênio inter-administrativo para a padronização das estatísticas escolares. In: **Decretos do Governo de janeiro a junho (1932)**. Natal: Imprensa Oficial, 1933b. p. 97-113.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 295, de 28 de junho de 1932. Adota a ortografia aprovada pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia de Ciências de Lisboa. **Decretos do Governo de janeiro a junho (1932)**. Natal: Imprensa Oficial, 1933c. p. 218.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 306, de 12 de julho de 1932. Dispõe sobre o emprego dos 15% que constituem o Fundo Especial de contribuições municipais. **Decretos do Governo de julho a dezembro (1932)**. Natal: Imprensa Oficial, 1933d. p. 37.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 310, de 26 de julho de 1932. Proíbe dar-se o nome de pessoas vivas a localidades, ruas, escolas e quaisquer outros estabelecimentos e a aposição de seus retratos em repartições públicas. In: **Decretos do Governo de julho a dezembro (1932)**. Natal: Imprensa Oficial, 1933e. p. 53.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 324, de 22 de agosto de 1932. Manda incorporar à receita ordinária do Estado a contribuição de 10% dos municípios para a instrução pública e dá outras providências. **Decretos do Governo de julho a dezembro (1932)**. Natal: Imprensa Oficial, 1933f. p. 97-99.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 413, de 16 de janeiro de 1933. Incumbe à Diretoria de Estatística de organizar uma sinopse de toda a legislação e documentos administrativos dos diversos Departamentos do Estado. In: **Decretos do Governo de janeiro a junho (1933)**. Natal: Imprensa Oficial, 1934a. p. 103.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 522, de 5 de outubro de 1933. Institue o “Curso de Férias” para os professores primários do Estado. In: **Decretos do Governo de julho a dezembro (1933)**. Natal: Imprensa Oficial, 1934b. p. 104.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 601, de 14 de abril de 1934. Cria no município de João Pessoa um grupo escolar com a denominação de “João Bernardino”. In: **Decretos do Governo de janeiro a junho (1934)**. Natal: Imprensa Oficial, 1935. p. 51.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 720, de 3 de outubro de 1934. Cria na povoação de Carnaúba, município de Acari, um grupo escolar com a denominação de “Caetano Dantas”. In: **Decretos do Governo de julho a dezembro (1934)**. Natal: Imprensa Oficial, 1935.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 749, de 19 de novembro de 1934. Cria um grupo escolar no bairro das Rocas nesta capital, denominado “Izabel Gondim”. In: **Decretos do Governo de julho a dezembro (1934)**. Natal: Imprensa Oficial, 1935a. p. 159.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 765, de 21 de dezembro de 1934. Cria no bairro do Alecrim, nesta capital, um grupo escolar denominado “João Tibúrcio”. In:

**Decretos do Governo de julho a dezembro (1934).** Natal: Imprensa Oficial, 1935b. p. 181.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto N. 830, de 3 de maio de 1935.** Cria na Vila de São Migue Jucurutú, município de Caicó, um grupo escolar denominado “Antonio Baptista” com 3 cadeiras primárias. Natal: Imprensa Oficial, 1936a. p. 65.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto N. 925, de 3 de outubro de 1935.** Cria um grupo escolar na povoação de Cruzeta, do município de Acari, com a denominação de “3 de Outubro. Natal: Imprensa Oficial, 1936b. p. 224.

RIO GRANDE DO NORTE. **Exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da República, pelo Interventor Federal no Rio Grande do Norte Mário L. Pereira da Camara (1935).** Natal: Imprensa Oficial, 1936c.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada pelo Governador Raphael Fernandes Gurjão à Assembleia Legislativa do estado em 1º de Setembro de 1936.** Natal: Imprensa Oficial, 1937a.

RIO GRANDE DO NORTE. **Constituição do Estado do Rio Grande do Norte (1936).** Natal: Imprensa Oficial, 1937b.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem apresentada pelo Governador Raphael Fernandes Gurjão à Assembleia Legislativa do estado em 1º de Setembro de 1937.** Natal: Imprensa Oficial, 1938.

RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas – Presidente da República pelo Dr. Raphael Fernandes Gurjão – Interventor Federal no Rio Grande do Norte (1938-1939).** Natal: Imprensa Oficial, 1940.

RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas – Presidente da República pelo Dr. Rafael Fernandes Gurjão – Interventor Federal no Rio Grande do Norte.** Natal: Oficinas do D.E.I.P., 1941.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.043, 30 de abril de 1942. Dá denominações a escolas públicas primárias. **Atos legislativos e decretos do governo.** Natal: Departamento de Imprensa, 1943a. p. 30.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.109, 15 de outubro de 1942. Dá denominações às Escolas Reunidas e Isoladas. **Atos legislativos e decretos do governo.** Natal: Departamento de Imprensa, 1943b. p. 69-70.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.113, 29 de outubro de 1942. Dá denominações a escolas públicas primárias. **Atos legislativos e decretos do governo.** Natal: Departamento de Imprensa, 1943c. p. 73-74.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.115, 10 de novembro de 1942. Dá denominação à escolas públicas primárias. **Atos legislativos e decretos do governo.** Natal: Departamento de Imprensa, 1943d. p. 75.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.160, 19 de fevereiro de 1943. Dá denominações à diversas Escolas públicas primárias. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1944a. p. 9.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.201, 28 de maio de 1943. Denomina “Professora Júlia Barbosa” as Escolas Reunidas do sítio São Miguel. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1944b. p. 34.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto-lei N. 388, 11 de julho de 1945. Cria na povoação de Parnamirim, do Município de Natal, um Grupo Escolar denominado “Presidente Roosevelt”, com três cadeiras primárias. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1946. p. 34.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.436, 29 de janeiro de 1946. Cria dez Escolas Isoladas no Município de Natal. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1947a. p. 24.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto-lei N. 522, 4 de fevereiro de 1946. Cria 50 cursos para alfabetização de adultos, com funcionamento em todos os municípios do Estado, e dá outras providências. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1947b. p. 22-23.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.452, 28 de fevereiro de 1946. Cria cadeiras em diversos estabelecimentos de ensino desta Capital e do interior. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1947c. p. 45.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.460, 10 de maio de 1946. Cria Escolas Isoladas em diversas localidades do interior. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1947d. p. 52-53.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.476, 19 de junho de 1946. Cria escolas isoladas em diversas localidades do interior do Estado. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1947e. p. 64-65.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.511, 15 de outubro de 1946. Cria Escolas Isoladas em diversos municípios. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1947f. p. 91.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto N. 1.499, 6 de setembro de 1946. Cria oito escolas no município de Natal. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1947g. p. 84.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto-lei N. 683, 10 de fevereiro de 1947. Expede a Lei Orgânica do Ensino primário para o Estado do Rio Grande do Norte, dentro das normas estabelecidas pelo decreto-lei federal N. 8.529, de 2 de janeiro de 1947. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1948a. p. 7-13.

RIO GRANDE DE NORTE. Decreto N. 1.560, 7 de março de 1947. Cria cadeiras primárias em Grupos Escolares desta Capital. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1948b. p. 54.

RIO GRANDE DE NORTE. Decreto N. 1.595, 6 de junho de 1947. Cria cadeiras primárias no Grupo Escolar “30 de Setembro”, da cidade de Mossoró. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1948c. p. 76.

RIO GRANDE DE NORTE. Decreto N. 1.628, 20 de julho de 1947. Declara de Festa Cívica o dia da posse do Governador eleito do Estado. **Atos legislativos e decretos do governo**. Natal: Departamento de Imprensa, 1948d. p. 118.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em história da educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio, INÁCIO FILHO, Geraldo. (Org.). **História da educação em perspectiva: ensino pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; FERRO, Maria do Amparo Borges. A expansão da escola primária graduada nos Estados na Primeira República: a ação dos poderes públicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Orgs.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigações comparadas sobre a Escola Graduada (1870–1930)**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SILVA, Francinaide Lima. **O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908- 1928): vinte anos de formação de professores**. 2010. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

SILVA, Gilson Lopes da. **História da educação primária na Atenas nortério-grandense: das escolas de primeiras letras ao Grupo Escolar Tenente Coronel José Corrêa (1829-1929)**. 2017. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SOARES, Antonio. **Diccionario Historico e Geographico do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Oficial, 1930. v. 1 A-E.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

SOUZA, Itamar de. **Nova História de Natal**. 2. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

SOUZA, Maria do C. C. de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização. A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et. al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SPINELLI, José Antônio. **Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos**. Natal: EDUFRN, 2010.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935**. Natal: EDUFRN, 2010.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A legislação como fonte para a História da Educação. In: SOUZA, Elizeu Clementino de, VASCONCELOS, José Gerardo, CASTRO, César Augusto (Orgs.). **História da Educação: memória, arquivos e cultura escolar**. Rio de Janeiro: Quartet; Salvador: Uneb, 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.